

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINEKER NOBERTO

**A experiência comunista da  
Organização Revolucionária Marxista - Política Operária  
(1961-1964)**

NITERÓI  
2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

N744 Noberto, Lineker.

A experiência comunista da organização revolucionária marxista - política operária (1961-1964) / Lineker Oliveira Noberto da Silva. – 2015.

151 f.

Orientador: Carlos Augusto Addor.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 143-151.

1. Classe trabalhadora. 2. Política. 3. Marxismo. 4. Movimento de trabalhador. I. Addor, Carlos Augusto. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 335.4

LINEKER NOBERTO

A experiência comunista da  
Organização Revolucionária Marxista - Política Operária  
(1961-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História contemporânea.

Orientador: prof. Dr. CARLOS AUGUSTO ADDOR

NITERÓI  
2015

LINEKER NOBERTO

A experiência comunista da  
Organização Revolucionária Marxista - Política Operária  
(1961-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História contemporânea.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO ADDOR (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. RICARDO FIGUEIREDO DE CASTRO (Arguidor)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. MUNIZ GONÇALVES FERREIRA (Arguidor)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Prof. Dr. CEZAR TEIXEIRA HONORATO (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

NITERÓI  
2015

À Didi e mainha

E a todos que compartilharam e contribuíram para esta incrível experiência de consciência igualitária, e que possam também partilhar da utopia revolucionária de um novo mundo, com novas relações, e novas pessoas.

## **Agradecimentos**

Quero agradecer ao professor Cezar Honorato que aceitou me orientar quando me encontrava recém chegado, e assim perdido, em Niterói. E que por praticamente dois anos contribuiu bastante para que eu me mantivesse mais confortável nesta nova empreitada, e para que a pesquisa finalmente começasse a andar.

Para tanto agradeço também ao professor Carlos Addor, que aceitou em condições “especiais” me orientar nos últimos passos da reta final de conclusão desta dissertação.

Agradeço aos professores Ricardo Figueiredo e Muniz Ferreira que gentilmente aceitaram compor a banca de qualificação e defesa.

Agradeço a Capes pelo último ano de bolsa.

Agradeço também aos (e as) camaradas do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU-UEFS) que continuam a contribuir enormemente para com este aprendiz de historiador. Mesmo que nos últimos dois anos, por questões de distância, este não tenha cooperado da forma devida.

Por fim, agradeço imensamente a minha mãe, principal responsável por tudo isso, e a meu irmão, Osni (Didi) pela generosidade, amizade e tudo mais.

## **Resumo**

Esta dissertação trata das origens e primeiros anos de existência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO, simplesmente POLOP ou PO). Organização que vem sendo reconhecida pela historiografia da esquerda brasileira, pelo caráter peculiar de seu marxismo e pela inovação que representou no campo das organizações de esquerda no Brasil a partir dos anos de 1960.

**Palavras-Chave:** POLOP, marxismo, revolucionário.

## **Abstract**

This dissertation deals with the origins and early years of the Marxist Revolutionary Organization - Workers Policy (ORM-PO, simply POLOP or PO). Organization that has been recognized by the historiography of the Brazilian left, the peculiar character of his Marxism and the innovation represented in the field of leftist organizations in Brazil since the 1960s.

**Key-words:** POLOP, marxism, revolutionary.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Primeiro Capítulo - Sobre a formação da POLOP</b> .....	13
1. A centralidade do nacionalismo no Brasil que se desenvolve.....	15
2. O reformismo predominante no PCB.....	42
3. Forjando a contestação.....	57
<b>Segundo Capítulo - A estruturação de um ideário</b> .....	93
1. A construção da aliança dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, e uma Frente de Esquerda.....	96
2. Autonomia intelectual e política: a POLOP e as outras experiências revolucionárias vitoriosas.....	122
3. Na ante-sala do golpe, a democracia por um fio.....	127
<b>Considerações finais</b> .....	141
<b>Bibliografia</b> .....	143
<b>Fontes</b> .....	149

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AP** – Ação Popular

**CEPAL** – Comissão Econômica Para América Latina

**DCE** – Diretório Central dos Estudantes

**FMP** – Frente de Mobilização Popular

**ISEB** – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

**JUC** – Juventude Universitária Católica

**LSI** – Liga Socialista Independente

**ORM-PO/POLOP/PO** – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

**PCB** – Partido Comunista do Brasil, e depois, Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PSR** – Partido Socialista Revolucionária

**POL** – Partido Operário Leninista

**POR** – Partido Operário Revolucionário

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PTB** – Partido Trabalhista do Brasil

**PCUS** – Partido Comunista da União Soviética

**ULTAB** – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

Esta dissertação trata das origens e primeiros anos de existência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO, simplesmente POLOP ou PO). Organização que vem sendo reconhecida pela historiografia da esquerda brasileira, pelo caráter peculiar de seu marxismo e pela inovação que representou no campo das organizações de esquerda no Brasil a partir dos anos de 1960.

A fundação da POLOP, sigla pela qual a organização tornou-se conhecida, foi o resultado de uma série de debates e articulações entre quadros políticos e intelectuais marxistas que então militavam em pequenas organizações políticas, como a *Juventude do Partido Socialista Brasileiro* (PSB) – seção Guanabara; a *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais; e a *Liga Socialista Independente*. Partindo das mais variadas referências teóricas, como Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, Bukhárin, August Brandler, Ernest Talheimer, entre outros, consolidaram em Jundiaí/SP, em 1961, o I Congresso da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-PO).

A POLOP surgiu como proposta para a formação de um novo partido que tivesse origem na classe operária brasileira, sendo, desta forma, o real representante de seus interesses. Uma vanguarda que não a levasse a “reboque” das políticas da burguesia, como acreditava agir o Partido Comunista do Brasil. Ao se articular em torno de uma crítica ao diagnóstico feito pelo PCB sobre a realidade brasileira, a POLOP propunha uma alternativa ao Partido Comunista, pois em sua opinião, o PCB falhara na tentativa de se tornar o partido independente da classe operária. Entre outras questões, a POLOP criticava a compreensão que os militantes do PCB possuíam da realidade brasileira, condenava o que acreditava se tratar de uma política de colaboração de classes, na época comandada tanto pelo Partido Comunista, como pelo PSB e PTB. E reconhecendo o papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, buscava a formulação de um verdadeiro projeto socialista para o Brasil, que defendesse uma única revolução, e essa de caráter socialista.

Constituía assim, um posicionamento contrário aos eixos programáticos, e principalmente táticos do PCB, como a concepção de revolução por etapas, pela qual o Brasil deveria passar até uma revolução socialista. A POLOP acreditava que o Brasil já era um país

capitalista, e por isso, não precisava de uma etapa democrático-nacional-burguesa, na qual apostava o Partido Comunista<sup>1</sup>.

Desta forma, a POLOP tornou-se “um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960<sup>2</sup>”, surgindo enquanto “matriz<sup>3</sup>” do que se convencionou chamar, tempos depois, de “nova esquerda” brasileira<sup>4</sup>. Ou seja, uma esquerda que não seguia “às cegas” os posicionamentos do Partido Comunista Soviético, criando assim, suas próprias formulações, que tentavam dar conta de seu particular campo de atuação (nacional), em vez de aceitar um modelo pronto de revolução. Criticando correntes políticas como o stalinismo, o trotskismo e o maoísmo.

A POLOP chegaria, entre os anos de 1963 e 1964, a concretizar mais dois congressos nacionais. Tendo inclusive o seu III Congresso sido realizado dias antes do golpe civil-militar pelo qual passaria o Brasil. Porém, o golpe modificou o cenário político da nação, fazendo com que houvesse uma reordenação nos projetos políticos dos grupos de esquerda do país. A mudança na administração do Estado brasileiro exigiu dos grupos de esquerda da época, entre eles a POLOP, uma nova estratégia de disputa da classe trabalhadora, além da exigência de uma ação urgente sobre o golpe que derrubara o presidente Jango e sepultara a democracia, fechando ainda mais o cerco contra os partidos e as organizações comunistas.

Esta dissertação se prontificou a analisar a experiência constituída pela Organização neste curto interim, tendo 1964 como seu marco final. Esta opção se deu por dois motivos, um de conteúdo histórico, outro de operacionalidade da própria pesquisa. O primeiro se atentou ao fato de que, mesmo que a Organização tenha continuado a existir pós-golpe, tendo inclusive crescido em número de militantes nos primeiros anos seguintes ao

---

<sup>1</sup> Já está disponível atualmente uma vasta literatura especializada na história do PCB, que, felizmente, expõem variadas linhas interpretativas sobre o conteúdo programático e prática política vivida pelo partido no período aqui exposto. Para evitar digressões que forçariam desgastes desnecessários aos leitores, não realizamos uma revisão desta literatura, achando por bem, indicar apenas que nos apropriamos, parcialmente, dela, e da forma que compreendemos mais adequada para o escopo deste trabalho. Para uma análise crítica do programa pecebista dos anos de 1958-1964 (uma das vertentes possíveis de interpretação da história deste período do PCB, e que contribuiu para este trabalho) Cf. COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira: O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964)*. Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2005.

<sup>2</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, p.199.

<sup>3</sup> MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

<sup>4</sup> Como Marco Aurélio Garcia, que vê no surgimento da POLOP um episódio significativo na emergência de uma “nova esquerda” revolucionária brasileira GARCIA, Marco Aurélio. *Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira*. Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960-1979. *Em Tempo*, 84, 4 de outubro de 1979, p. 13.

estabelecimento da ditadura, por ter se valido do começo da deterioração prolongada do PCB, a POLOP foi obrigada a alterar-se sensivelmente para o enfrentamento da nova conjuntura que surgia, menos em suas formulações programáticas, e muito mais em questões organizacionais e táticas. As dificuldades que já eram presentes, se tornaram cada vez mais graves, como, por exemplo, o seu insuficiente resultado no fundamental trabalho-militante de aproximação com as categorias de trabalhadores organizados no país, seja nas fábricas, no campo, ou mesmo entre os estudantes. E as discussões que eram marginais ganharam cada vez mais centralidade, provocando importantes debates que contribuíram para as definições futuras da organização, umas delas foram as contendas em torno da luta armada, como opção para o enfrentamento ao estado autoritário que fora erguido pós-1964. Aliado a isso tivemos contingências de pesquisa, que nos obrigaram a alterar as projeções iniciais.

Tendo em mãos estes dois motivos, optamos por 1964 como marco final desta dissertação, buscando esmiuçar ao máximo, e na maior qualidade possível, a história da organização, do que correr riscos de, devido as tais contingências de pesquisa, não explorar as questões e alterações pelas quais passou a Organização pós-golpe com a devida densidade histórica e qualidade empírica.

Sendo assim, o primeiro capítulo tem como objetivo proporcionar ao leitor a compreensão sobre a formação da POLOP, os estruturantes históricos que a propiciaram, as condições em que tal formação foi realizada, e os objetivos e importância do surgimento dela para o campo do marxismo brasileiro e da luta de classes no país. Por tanto, destinou-se a tratar dos grupos que lhe dariam origem em 1961, tendo sido necessário fazer compreender qual cenário permitiu tal empreendimento. Por isso, se fez uma síntese das condições sócio-políticas experimentadas pelo Brasil dos anos 1950 e início da década seguinte, e sobre os eixos programáticos do campo comunista brasileiro.

Já o segundo capítulo trata exclusivamente da história da POLOP, tendo como objetivo proporcionar ao leitor a compreensão sobre a sua consolidação programática. As suas propostas para esquerda brasileira, e o país como um todo, e proposições e tentativas de intervenção política. Tendo sido trabalhadas como fontes, basicamente os documentos da própria POLOP, e depoimentos de sujeitos que militaram na Organização neste período, publicados em alguns trabalhos já disponíveis.

# Primeiro Capítulo

## Sobre a formação da POLOP

Os anos 1950, cenário histórico deste primeiro capítulo, foram bastante ricos para a história do Brasil, e para o próprio desenvolvimento do marxismo brasileiro. Foi um momento histórico onde começava a crescer o número de autores e análises marxistas nas primeiras universidades existentes no país, furando uma barreira ideológica anti-comunista, chegando mesmo a resultar, no fim da década, no aparecimento de alguns cursos e/ou grupos de estudos de Marx e marxismo abrigados na academia brasileira<sup>5</sup>. Mas principalmente, foi o momento de reorganização política dos comunistas, pois o fim do Estado Novo na década anterior, proporcionou novos espaços para a rearticulação comunista, que depois de massacrados pela perseguição política da ditadura varguista, assumiram ainda nos anos 1940, formas legais (desfeitas logo em seguida), e chegaram as bases das organizações dos trabalhadores.

Os anos 1950 foram também promotores de intensa mobilização dos trabalhadores, e conturbada disputa política. Sendo, porém, um prelúdio para a década seguinte, onde os subalternos assumiriam de vez a cena política do país, e a própria conturbação política acabaria por pôr fim a institucionalidade de uma democracia capenga.

Contudo, os anos 1950, como as décadas anteriores, estabeleceram a predominância do debate ideo-político público do país ao campo restrito da perspectiva burguesa, dividida entre as expectativas liberais e/ou desenvolvimentistas, que se valeram largamente do discurso nacionalista. Tendo sido neste contexto que se deu o início do processo de construção da POLOP.

A preocupação intelectual em analisar a particularidade do desenvolvimento brasileiro, ou mesmo latino-americano (caso da CEPAL), produziu resultados que alimentaram a percepção da importância política do nacionalismo, seja para o

---

<sup>5</sup> O mais famoso de todos os grupos de estudo sobre Marx deve ser de fato o da USP formado no fim dos anos 1950 para tanto Cf. MARTINS. Éder Luís. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o "Seminário Marx" (1958-1964)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008; RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

desenvolvimento do capitalismo como fim, ou mesmo o seu desenvolvimento como meio para o engendramento de sua própria ruptura.

Assim, a primeira seção deste capítulo pretende caracterizar os elementos constitutivos desses projetos políticos em voga, mapeando as agências de sua enunciação/proposição, localizando-as no solo histórico do Brasil dos anos 1950. E para tanto, foi necessária revisitar uma bibliografia que contribuiu para trazer luz à análise das lutas reais em que se envolveram os grupos sociais no Brasil que levaram a problemática da dualidade de proposições divergentes intra-classe burguesa ao centro das grandes polêmicas nacionais. Esta primeira seção tem como objetivo identificar, na medida do possível, os elementos e agências históricas dos projetos burgueses dominantes da época, e as consequências políticas imediatas disso para o próprio desenvolvimento das proposições de lutas dos comunistas.

A questão nacional era politicamente incontornável, e assim os comunistas trataram a seu modo, e de distintas formas, a questão. São apresentadas neste capítulo duas formas distintas e opostas, a primeira é importante por ter sido a dominante no campo do marxismo brasileiro, que foi a forma dos comunistas do PCB. E a segunda, também importante para o escopo deste trabalho, será analisada no decorrer da última seção deste capítulo através da exposição das críticas direcionadas ao PCB, por aqueles que seriam os futuros formuladores da POLOP.

Assim, a segunda seção está destinada à análise da estratégia revolucionária dos comunistas do PCB, que envoltos a predominância da perspectiva desenvolvimentista, e do discurso nacionalista acabaram por assimilá-los em sua proposta política revolucionária. E a terceira e última seção deste capítulo ficou destinado à apresentação e análise dos pequenos grupos de comunistas revolucionários que estando completamente dispersos, fragmentados e assim em flagrante minoria no cenário político dos anos 1950, acabaram por se conduzir para a aceitação da necessidade de construção de uma unidade indispensável para formação de uma organização que pudesse fazer frente ao predomínio do PCB no campo do marxismo brasileiro, e pudesse contribuir para formação de uma verdadeira vanguarda revolucionária para o proletariado brasileiro. Da decorrência de muitas dessas tentativas de unidade, na maioria frustradas, resulta-se no surgimento da POLOP, a organização política escopo desta dissertação.

Tal escolha expositiva sujeitou o texto a idas e vindas, empreendendo necessárias viagens narrativas para panoramas distintos, com mero objetivo de possibilitar uma melhor compreensão da história que se pretende narrar, mesmo que tenha se arriscado a prejudicar, em parte, o deleitamento do texto.

### **1. A centralidade do nacionalismo no Brasil que se desenvolve.**

A redemocratização pelo qual passara o Brasil na segunda metade dos anos 1940 colocou as classes dominantes e suas representações diante de uma incômoda situação, pois acabou propiciando a inevitável participação dos trabalhadores na vida política do país. Nem mesmo a cassação de mandatos populares democraticamente eleitos<sup>6</sup>, a intervenção marcante nas representações combativas dos trabalhadores, e os expurgos no funcionalismo público promovido pelo governo, também democraticamente eleito, do General Gaspar Dutra, conseguiram barrar a incontornável presença política da classe que vive do seu trabalho. Promovendo assim, o sempre presente alarme dos que dependiam da sua exploração.

Os anos 1950 sugeriram dando razão aos temores da classe dominante que continuava a enfrentar uma classe que paralisava o trabalho e rumava em movimento na busca do direito de partilhar da riqueza por eles produzida, demonstrando grande força de mobilização, por exemplo, com a paralização unida de marceneiros, vidreiros, metalúrgicos e têxteis, e adesão posteriormente dos gráficos, no Estado de São Paulo, em uma greve de vinte e sete dias, que ficou conhecida pela historiografia como a “greve dos 300 mil<sup>7</sup>”. Tendo sido, porém, apenas mais uma das muitas que já tinham sido realizadas, e das que ainda viriam. Dois meses depois do fim desta demonstração de insatisfação popular, e da continua recorrência de greves no país, o presidente da república, Getúlio Vargas, promoveu uma

---

<sup>6</sup> O impressionante êxito eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas primeiras eleições democráticas no país, e sua empolgante participação na Constituinte em 1946, alertou os setores anti-comunistas que diante da estrutura política moldada pelo que se convencionou chamar de Guerra Fria, justificaram a suspensão do registro eleitoral do PCB, a dissolução da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), e a intervenção “nas atividades de quatrocentos sindicatos em decorrência de uma suposta ligação desses com o já ilegal Partido Comunista, além [da promoção de] um expurgo no funcionalismo público” levados a cabo pelo governo do presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra (DREYFUSS, op. cit., 2006, p.38). A informação sobre a cassação dos mandatos dos militantes do PCB foram retiradas de FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: O PCB e as esquerdas revolucionárias no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

<sup>7</sup> COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) in: FORTES, Alexandre (Org's). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p.110-113.

reformulação ministerial que substituiu o ministro do Trabalho, Segadas Vianna, pelo gaúcho João Goulart<sup>8</sup>. No cargo, que seria ocupado por menos de um ano, Jango, como era conhecido, ganharia projeção nacional, e pavimentaria seu caminho a glória eleitoral que o levaria ao palácio presidencial, primeiro como vice-presidente, assumindo posteriormente a cadeira de presidente da república.

O ministro João Goulart tentou responder aos anseios populares materializados em paralisações através do apoio público a uma reivindicação ousada do próprio movimento operário: a duplicação do salarial mínimo, como forma encontrada pelos trabalhadores de também gozar do desenvolvimento econômico pelo qual passava o país, e era ufanamente alardeado pelo governo. Tal declaração pública não só fez com que a proposta ganhasse maior poder de mobilização dos trabalhadores, como mobilizou as classes dominantes, que buscando mudar o rumo do governo federal, exigiam a exoneração do ministro, e apontavam o perigo econômico e político existente se tal reivindicação fosse concedida. Os jornais em circulação na época alertavam ao presidente da república que o ministro transformara **“a pasta que lhe foi confiada no instrumento de uma política dirigida insidiosamente contra as instituições (...) para criar com os sindicatos uma força política em condições de destituir os partidos e sobre a sua ruína assentar a república sindicalista dos seus sonhos<sup>9</sup>”**.

Pressão política que provocou a demissão de Jango ainda nos primeiros meses de 1954. O ministro deixou o governo, mas se consolidou em parte do imaginário do trabalhador brasileiro da época. E mais do que isso, o coro cantado por boa parte da imprensa e empresários não foi de todo bem sucedido, visto que, aproveitando-se das comemorações do dia do trabalho, em 1º de maio, o presidente Getúlio Vargas anunciou o novo salário mínimo defendido pelo seu ex-ministro, concedendo a sua duplicação. O jornal *O Globo* do mesmo dia, esperneou, e criticou o ato “demagógico” do governo, que, contudo, não voltou atrás.

Contra todas as previsões e expectativas, num temerário desafio a todos os receios, apesar da opinião unânime e alarmada das classes produtoras, não

---

<sup>8</sup> NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. Tempo da Experiência Democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 48-96, p.66.

<sup>9</sup> “Tarde, mais ainda a tempo”, O Jornal, 23 de fevereiro de 1954 in: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa ‘liberal’ da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de doutoramento em história. Porto Alegre: PUC/RS, 2010, p.180. Grifos do autor.

obstante a resistência persistente do ministro da Fazenda e contraditando o juízo objetivo da parte da opinião pública mais esclarecida e menos manobrável pela demagogia, vai o sr. Getúlio Vargas fixar os novos níveis do salário mínimo em alturas absurdas (...) [Este será responsável] pelo erro magno de um governo empenhado, em ano de eleições, em reconquistar a uma popularidade que voluntariamente perdeu<sup>10</sup>.

Restou aos empresários, obviamente revoltados com a ação, recorrer à Justiça. Foi assim que a Federação das Indústrias do Distrito Federal e a Associação Comercial de São Paulo entraram com um mandato de segurança para impedir o aumento, alegando que o ajuste colocava em risco os lucros, e assim, desenvolvimento da indústria, podendo levar o país para uma “*profunda crise econômica*”. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, “na ocasião sob ameaça da greve geral dos trabalhadores [...] decidiu pelo reajuste salarial<sup>11</sup>”.

Os confrontos de classe se exacerbavam com o passar dos meses, forçando os limites de uma estratégia de dominação política que buscava manter a coexistência de metas contraditórias, pois como “política de aliança de classes, [era] uma política de aliança de contrários<sup>12</sup>” –, articuladas com o “objetivo de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o [...] governo que se apresentava à nação apoiado em um programa de industrialização que propunha benefícios para todos<sup>13</sup>”. Nem sempre os “benefícios” prometidos eram experimentados pelos trabalhadores, que buscavam lembrar o governo de suas promessas, sendo as subversões inevitáveis. Contudo, em pouco tempo, os conflitos ocorridos naquele ano de 1954 ganharam outra dimensão. Quando anunciado o suicídio do presidente Vargas, os trabalhadores reapareceram as ruas da capital federal, mas não mais para enfrentar seus patrões e o governo, e sim para homenagearem o falecido, e atacarem seus críticos. Fazendo com que por um momento, “os maus resultados das promessas de progresso econômico e justiça social [do segundo governo Vargas fossem] relativizado pelo funeral do próprio Getúlio, marcado por lamentos pelo sacrifício da sua vida<sup>14</sup>”.

---

<sup>10</sup> “Demagogia contra o bom-senso”, O Globo, 1 de maio de 1954 in: MARTINS, 2010, op.cit.

<sup>11</sup> KUPERMAN, Esther. *Velha Bossa Nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.144.

<sup>12</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 208.

<sup>13</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., revista, 2010.

<sup>14</sup> NEGRO; SILVA, op. cit., p.67.

Diante desta situação, os dois partidos (PTB e PCB) que tinham como bases sociais os “trabalhadores cujas esperanças criavam um clima explosivo no cenário público<sup>15</sup>” comandaram os protestos fúnebres. O PTB que se esforçava para reforçar o culto à personalidade do presidente falecido, e o PCB que passava naqueles instantes pelo forte julgamento da população sobre a morte de Vargas. Desta forma, Luís Carlos Prestes, secretário geral do partido comunista desde 1945, publicou um texto no jornal *Voz Operária*<sup>16</sup>, intitulado “*Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum*”. Texto que pretendia unir as forças dos comunistas com os partidários de Getúlio Vargas, deixando para trás as acusações ao seu governo, até pouco tempo praticadas. Prestes afirmava que tanto os comunistas, quanto os trabalhistas, lutavam pela mesma causa, e contra os mesmos inimigos, a saber, o imperialismo norte-americano, e seus agentes brasileiros, que participavam naquele momento do governo do presidente Café Filho, e conspiravam contra a democracia. E por isso, “Mais do que nunca é indispensável que trabalhistas e comunistas, que constituem as duas maiores e mais poderosas correntes do movimento operário em nosso país, unam suas forças<sup>17</sup>”, conclamava a todos para luta contra “a ditadura americana de Café Filho, em defesa da Constituição, de nossos direitos e conquistas sociais, contra a carestia da vida, pela paz, a democracia e a independência nacional<sup>18</sup>”. Era o momento do PCB se livrar das críticas recebidas pela população sobre a morte de Getúlio, ajudando a eleger os culpados, e pegando o bonde da excitação em torno da figura, do agora herói nacional, Getúlio Vargas. E este era o caráter do texto assinado por Prestes.

Neste ensejo, dirijo-me pessoalmente aos trabalhadores getulistas, a todos os trabalhistas honestos, [...] estendo-lhes fraternamente a mão. Deixemos de lado ressentimentos que possam haver entre nós, comunistas e trabalhistas, para colocar acima de tudo os supremos interesses da pátria e do povo<sup>19</sup>.

Desta forma, preocupado com sua imagem diante dos trabalhadores brasileiros e da instabilidade política pela qual passava o país, o PCB começa a retirar-se oficialmente da

---

<sup>15</sup> NEGRO; SILVA, op. cit., p.57.

<sup>16</sup> Jornal oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB)

<sup>17</sup> A Aliança com o P.T.B. (02.10.1954) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo. Difel, 1982, p. 124.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem, p. 126.

tática política contida no seu *Manifesto de agosto de 1950*<sup>20</sup>, documento que deixava claro a adoção pelo partido da proposta de formação de uma estrutura sindical paralela aos sindicatos existentes, que eram vistos como apêndices do Estado burguês e latifundiário brasileiro, e que atacava ferozmente o presidente Vargas, intitulado de “agente do imperialismo”, pois visto como o representante dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano<sup>21</sup>.

Esta alteração tática leva o PCB a uma nova aliança com os trabalhistas, já antes experimentada, quando do fim do Estado Novo, o partido comunista em sua política de “união nacional” contra o nazifascismo, e contra o projeto liberal de força crescente no Brasil, apoiou o coro de “queremos Constituinte com Vargas”, mais conhecido como o movimento queremista, que lutava por uma constituinte que contasse ainda com a presença do então ditador Getúlio Vargas. O partido perante esta tática chegou até mesmo a pedir aos trabalhadores que “apertassem o cinto” diante da conturbada condição política vivenciada pelo país, para que sua mobilização não prejudicasse uma aliança com os varguistas, e acabasse por resultar em uma intervenção fascista vitoriosa<sup>22</sup>.

Em 1954, perante as lamentações populares sobre a morte de Vargas, o PCB justificava sua proposta de aliança com os trabalhistas afirmando que: “Foram os acontecimentos, portanto, que nos colocaram no mesmo terreno de luta. Trabalhistas e

---

<sup>20</sup> “Frente Democrática de Libertação Nacional (Agosto de 1950)” in: CARONE, op. cit., 1982, p. 108-112. Este foi um documento que transparecia uma nítida influência da revolução chinesa ocorrida em 1949. Contudo, tal orientação já vinha sofrendo alterações na própria prática de seus militantes de base, que não resistiu aos fatos que a realidade lhes impunha no campo sindical. O que, porém, não impediu que esta linha política que prevaleceu oficialmente do período após a ilegalidade do partido (1947) até a morte de Vargas (1954), fosse marcada por um profundo fracasso sempre lembrado pela literatura especializada e a maioria dos ex-militantes. O filósofo João Quartim de Moraes compreende esta política imperante no PCB como fruto da amargura pela qual o partido passou após ter tido seus planos frustrados com a cassação eleitoral, e não de uma inteligente análise da nova realidade. O que fez com que o partido caísse em um ostracismo temporário, aberto pela grande perda de quadros políticos entre os anos de 1947 e 1950 (MORAES, João Quartim de. *Comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954)* in: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: Teorias, interpretações*, Vol. 3. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.197-245). Segundo Santana, se em 1947 o PCB tinha duzentos mil filiados, em 1950 restavam vinte mil. O que faz com que ele ateste que “de um grande partido de massas, o PCB havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado”. (SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: os comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo editorial e Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO); 1ª edição, 2001, p.86).

<sup>21</sup> Esta caracterização do segundo governo Vargas foi mantida pelo PCB por todo seu governo, como ainda pode ser visto em projeto de programa do partido datado de dezembro de 1953: “O atual governo brasileiro é um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos. É por seu intermédio que os monopolistas ianques saqueiam o país e exploram o nosso povo”. Projeto de programa (dezembro de 1953) in: CARONE, op. cit., 1982, p. 114.

<sup>22</sup> FALCÃO, op. cit. Para mais informações sobre este período em específico da história do PCB Cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: AnnaBlume; Salvador: UNEB, 2009.

comunistas, [visto que] lutamos contra o mesmo inimigo que é o imperialismo norte-americano<sup>23</sup>". Por isso: "O momento exige a união de todos os patriotas<sup>24</sup>".

Os acontecimentos a quais alude o partido eram a tentativa de golpe de parte dos grupos conservadores e liberais do país, que levara o presidente Vargas ao suicídio, e assim, a ascensão presidencial de Café Filho, que eleito vice-presidente no pleito de 1950, assumia o comando político do país. Sendo que com ele, levara para o palácio do poder, para ocupar principalmente os cargos de gestores das políticas econômicas do governo, reconhecidos economistas e empresários liberais.

O PCB reconhecia isso no manifesto do seu Comitê Central contra o governo de Café Filho, onde através da radicalidade de sua linguagem apresentava uma crítica contundente ao programa do governo, do qual participavam, segundo o manifesto, "os mais raivosos inimigos do povo, os mais conhecidos agentes do opressor norte-americano", entre os nomes citados, aparecem o de Eugenio Gudín, segundo o PCB, notório "entreguista", "vende-pátria", expressões comuns do vocabulário pecebista<sup>25</sup>. Gudín era, já na época, um notório economista liberal, que ocupou no governo Café Filho a pasta de ministro da fazenda, onde se valendo de suas atribuições, nomeara Octávio Gouvêa de Bulhões, outro reconhecido economista liberal, para a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

Como nos informa o estudo de Esther Kuperman, a SUMOC foi criada em 2 de fevereiro de 1945 "como instituição que constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil. A ideia de constituir um Banco Central do Brasil foi trazida de Bretton Woods<sup>26</sup> pelo grupo que participou do encontro<sup>27</sup>", entre eles, o proponente da instituição, Octávio Gouvêa de Bulhões. Assim, como fora pensada para cumprir funções de Banco Central, "até então pulverizadas dentro do Banco do Brasil<sup>28</sup>", a sua "principal função [...] era formular a política monetária e creditícia, na prática a base de toda a política econômica do país, e, particularmente, controlar a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, ao setor público e ao Tesouro<sup>29</sup>".

---

<sup>23</sup> A Aliança com o P.T.B. (02.10.1954) in: CARONE, op. cit., 1982, p.124-125.

<sup>24</sup> Idem, p.123.

<sup>25</sup> Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho (01.09.1954) in: CARONE op. cit., p.120-123.

<sup>26</sup> As conferências de Bretton Woods foram encontros que buscaram um gerenciamento econômico internacional, estabelecendo regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais desenvolvidos.

<sup>27</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 240.

<sup>28</sup> Idem, Ibidem, p. 243.

<sup>29</sup> Id., ibid., p. 245.

Sendo por isso, um dos órgãos públicos alvo de grande disputa por distintas frações da classe burguesa. A pesquisa desenvolvida por Kuperman ajuda a perceber parte desta disputa de hegemonia intra-classe burguesa ocorrida no Brasil durante os anos 1950, já que expõem e analisa o confronto de certas frações da classe dominante brasileira que defendiam dois projetos distintos para o conjunto da classe: um projeto liberal e outro projeto desenvolvimentista.

Liberalismo ou Desenvolvimentismo eram projetos que se referiam a diferentes concepções de desenvolvimento capitalista, lastreadas em duas das frações de classe que disputavam a hegemonia intra-classe burguesa. Concepções até hoje presentes no tecido social brasileiro, e predominante nos espaços institucionais promotores do debate político nacional<sup>30</sup>. As distinções se encontravam primordialmente focadas na discussão sobre a ampliação ou diminuição da intervenção do Estado na economia, e nas formas de presença do capital internacional no capitalismo nacional.

Sobre a presença do capital internacional, os liberais eram entusiasmadamente a favor de sua inserção, viam sua presença como elemento imprescindível para desenvolvimento da economia nacional, haja vista a falta de poupança e tecnologia no país, e a extraordinária oportunidade de aprendizado que poderia ser adquirido pelo capitalismo nacional através de uma relação mais próxima com o capitalismo mais desenvolvido.

Por tais motivos estes não deveriam ser visto como inimigos, e assim, os liberais lutavam para desfazer a imagem de capital invasor que permeava o imaginário de parte da sociedade brasileira sobre o capital internacional<sup>31</sup>.

Desta forma, os liberais viam nesta aliança com o capital internacional um imprescindível caminho para a “revolução capitalista” da qual necessitava o Brasil, não se poderia furtar do aprendizado acumulado pela experiência e eficiência de certas organizações e empresas estrangeiras, mesmo que tal ação acabasse por provocar o fim de certas empresas nacionais, isso, aliás, não era negado pelos liberais, que sabendo da possibilidade real de tal fenômeno, justificava-o, porém, através do discurso de que as empresas que fechariam as portas seriam às não adaptadas à economia desenvolvida, e isso não só era esperado, como almejado, pois somente com a competição ferrenha se poderia

---

<sup>30</sup> Não à toa este debate de duas vias possíveis (neo)liberalismo X desenvolvimentismo é ainda muito presente em prestigiados campos intelectuais e seções de jornais do Brasil atual.

<sup>31</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 164.

forçar o contínuo desenvolvimento da economia capitalista local, apenas promovida pelos setores, gestores e, grupos mais competentes<sup>32</sup>.

Já sobre a presença do Estado, os liberais defendiam que este deveria ter a menor participação possível nos assuntos econômicos, sendo o “mercado” o melhor administrador possível não só da economia, como da sociedade como um todo. O Estado deveria se livrar de todas suas obrigações sociais, educação, saúde, seguridade trabalhista, etc., deveria assegurar apenas a proteção das fronteiras, e a propriedade privada, ou seja, a livre ação do “mercado”. Deveria apenas garantir a liberdade do mercado, pois assim garantiria a liberdade de todas as pessoas. Enfim, a concepção clássica de liberdade dos liberais, o entendimento de que as pessoas deveriam ser totalmente livres, livres de qualquer segurança, de qualquer elemento que coloque obstáculos a exploração do capital<sup>33</sup>.

Assim, o Estado não deveria ser visto como a alavanca do desenvolvimento econômico, pois está “é prerrogativa da própria iniciativa privada<sup>34</sup>”. O Estado é sempre visto como um péssimo gestor, qualquer interferência de gestão sua na economia, logo a prejudicaria, por exemplo, acreditavam os liberais que a inflação era fruto da expansão da moeda em circulação, muitas das vezes fruto dos gastos públicos, como aumento do salário mínimo, e custos com educação, saúde, seguridade social, etc., acreditando assim que o Estado, com sua intervenção na economia, acabava por provocar a inflação, por isso, eram sempre a favor do corte de gastos públicos. Este, entre muitos outros exemplos eram explicitados pelos liberais para justificarem a diminuição da presença do Estado nas ações econômicas<sup>35</sup>.

Entre os intelectuais liberais brasileiros mais conhecidos da época, que ocuparam importantes cargos públicos antes de 1964, mas principalmente pós-1964, encontram-se os já citados: Octávio Gouvêa de Bulhões e Eugênio Gudin, além obviamente de Roberto Campos, que, contudo, neste período histórico, ainda possuía uma visão menos liberal – revista anos depois como o próprio assumiu<sup>36</sup> – sobre a presença do Estado como o

---

<sup>32</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 109-130.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Id., ibid., p. 127.

<sup>35</sup> Existe aquela máxima clássica dos liberais de que qualquer direção que o Estado queira dar ao mercado, sempre resulta em autoritarismo político. Controle do Estado na economia significa cessar liberdade do mercado, das pessoas. Contra o regime totalitário, contra o capitalismo de Estado.

<sup>36</sup> Roberto Campos recusaria as palavras planejamento e desenvolvimentismo, e tacharia este seu momento intelectual como de imensa imaturidade Id., ibid., p. 103.

promotor do desenvolvimento, e que serve para demonstrar a complexidade e nuances do debate político, que é, porém, resumida aqui.

Já na perspectiva desenvolvimentista o Estado ganha uma grande importância no planejamento e execução do desenvolvimento econômico, não só através do empreendimento estatal, mas onde setores privados também são beneficiados por subsídios concedidos pelo Estado, e assim, impulsionados em seu desenvolvimento. Desta forma não se tratava nesta perspectiva de ocupar as funções privados da economia, o que seria um contrassenso em uma economia capitalista, mas de impulsionar o desenvolvimento capitalista, e assim, obviamente o setor privado.

As empresas estatais passam a ter papel fundamental neste processo de desenvolvimento, por ocuparem o monopólio dos setores fundamentais da economia, no caso as áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. Sendo, por esta perspectiva, da obrigatoriedade do Estado em produzir os bens e serviços de infraestrutura necessários para o desenvolvimento industrial privado do Brasil. Se responsabilizando assim pelas condições técnicas para a reprodução cada vez maior de capital no Brasil, o Estado deveria investir na criação de núcleos fundamentais de infraestrutura para sustentar a industrialização, surgindo, portanto os projetos nacionais do aço, as refinarias de petróleo e as centrais elétricas, etc.<sup>37</sup> Na verdade, para esta perspectiva o “fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento efetivo e eficaz<sup>38</sup>”.

Ou seja, o Estado teria por função criar as condições para o desenvolvimento da economia capitalista brasileira, criar as condições que provocariam a “revolução capitalista” necessária para o país. Sem invalidar a iniciativa privada, pelo contrário, teria como objetivo incentivá-la. Isso porque os desenvolvimentistas estavam seguros de que o desenvolvimento nos países periféricos, como o Brasil, não surgiria de forma espontânea, mas apenas pela intervenção planejada do Estado<sup>39</sup>.

Está tão aludida, tanto por liberais como desenvolvimentistas, “revolução capitalista” pela qual deveria passar o Brasil, advinha da conclusão do pensamento imperante de que o país, mais do que isso, o continente latino-americano, não havia ainda passado por uma

---

<sup>37</sup> CARDOSO; FALETTO, op. cit., p.123.

<sup>38</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p.20.

<sup>39</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 109-130.

revolução burguesa, não havia ainda amadurecido suas potencialidades capitalistas. Sendo assim, ainda convivia com duas condições históricas antagônicas, a saber, seu passado colonial, ainda não superado, e relações plenamente capitalistas, porém, ainda incipientes. Meios arcaicos de produção conviviam com meios modernos, em um conflito incessante. Onde os restos, ainda muito presentes, de relações arcaicas, emperravam o desenvolvimento do capitalismo (as relações modernas de produção). Estas relações arcaicas eram também alimentadas pelos próprios interesses do capital imperialista que mantendo os países “semi-coloniais” em atraso econômico e social, poderiam continuar a explorar incessantemente o país, evitando também a possibilidade de mais concorrência no mercado mundial. Através desta perspectiva dual da realidade latino-americana, que era alimentada por inúmeros organismos políticos e/ou estritamente intelectuais, foram formuladas teses como a que acreditavam na inevitabilidade da estagnação da economia da América Latina, fruto da contradição entre interesses imperialistas e os desejos de desenvolvimento econômico das forças internas. Como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)<sup>40</sup>, da qual fez parte, o economista e ministro (sem pasta) do planejamento no fim do governo João Goulart, Celso Furtado.

Como lembra Kuperman,

A Cepal foi o laboratório institucional para a elaboração da base teórica do desenvolvimentismo. A Comissão, surgida no final da década de 1940, tinha como principal preocupação explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países da América Latina e os países do Primeiro Mundo, propondo formas de superação dessas diferenças dentro dos moldes capitalistas<sup>41</sup>.

Assim a CEPAL foi um dos organismos que acreditavam na importância do Estado como dirigente da economia, construtor do desenvolvimento, para ruptura do dualismo existente. Pois somente a intervenção do Estado “seria capaz de promover, modernizar e diversificar a indústria nacional, principalmente em virtude da fragilidade do capital privado”, promover a tal “revolução capitalista” necessária ao país, além de necessário na atenuação da miséria que é inevitavelmente produzida pelo capital, com certa distribuição de riqueza, e controle que evite a crise cíclica pela qual passa o sistema capitalista<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com sede em Santiago, Chile.

<sup>41</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 117.

<sup>42</sup> Id., Ibid., p. 117.

Como vemos nas palavras de Raúl Prebisch fundador da CEPAL, em debate com Eugênio Gudín, citado pela autora:

[O professor, economista liberal Eugênio] Gudín continua acreditando na tendência ao equilíbrio, inerente ao sistema econômico, quando não se introduzem elementos perturbadores. Eu, porém, não creio nisso. O ciclo é a forma típica de crescimento da economia capitalista, isto é uma sucessão ininterrupta de desequilíbrios. Confio, sem embargo, que uma política esclarecida permitirá atenuar apreciavelmente essas flutuações. Essa política de desenvolvimento representaria igualmente uma intervenção para corrigir os enormes desequilíbrios entre os centros industriais e a periferia da economia mundial<sup>43</sup>.

A gestão do Estado também se impunha para os desenvolvimentistas na discussão sobre a presença do capital internacional. Sem dúvidas alguns setores da burguesia local ressentiam-se sobre a possibilidade de perderem na inevitável concorrência com empresas estrangeiras. Assim, temiam um tipo de forma específica de presença do capital internacional que acabasse por provocar uma concorrência contra quem eles não pudessem fazer frente. Como demonstrado no trabalho de Kuperman, que apresenta os temores de Roberto Simonsen, que foi uma das lideranças do setor industrial paulista, tendo sido presidente da antiga Confederação Industrial do Brasil e um dos fundadores e líderes da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), de que a instalação de novas iniciativas concorrentes pudesse prejudicar as atividades já em funcionamento no país<sup>44</sup>.

Contudo, apesar deste evidente e compreensível temor, a burguesia local não rejeitava a entrada de capital internacional no país, pelo contrário, viam estes com bons olhos, porém, acreditavam que estes investimentos estrangeiros devessem servir para o desenvolvimento nacional. E para tanto, fazia-se necessário um planejamento racional do Estado controlado pelos “interesses nacionais”. Além disso, estavam certos de que os setores tidos como estratégicos, deveriam ter maior presença do Estado, para garantia de que estes fossem geridos pelos capitalistas locais (nacionais)<sup>45</sup>.

Em tentativa de resumir o pensamento da CEPAL, Cardoso e Faletto afirmaram:

[...] o acento no progresso técnico, para aumentar a produtividade, e na industrialização, como requisito para escaparmos da lei de bronze da perda constante de valor dos produtos agrários e minerais exportados em comparação com os preços dos bens manufaturados e equipamentos importados. O Estado seria instrumento essencial para acelerar a

---

<sup>43</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 121.

<sup>44</sup> Id., Ibid., p. 125.

<sup>45</sup> Id., Ibid., p. 109-130.

acumulação de capitais (sem desprezar o investimento estrangeiro) e para planejar as metas de crescimento, bem como para criar condições propícias ao desenvolvimento econômico<sup>46</sup>.

Entre os órgãos intelectuais influentes deste período histórico brasileiro encontra-se também o ISEB. O antigo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) foi transformado em agência do Estado e renomeado para Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no governo Café Filho, estando vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, possuía, contudo, autonomia administrativa e intelectual. Fora criado na intenção de promover o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, e acabou servindo, segundo alguns autores<sup>47</sup>, para sistematização e divulgação de políticas públicas desenvolvimentistas. Kuperman ao fazer uma revisão dos trabalhos já escritos sobre o ISEB salienta que:

Encontramos diferentes conceitos acerca do papel do Iseb. Ele é identificado como fábrica de ideologias e, segundo esta perspectiva, sua principal característica era servir de espaço de concepção e disseminação de ideias por parte de intelectuais que tinham um ponto em comum: a preocupação em formular propostas teóricas para o desenvolvimento brasileiro. Também é entendido como *agregador de interesses*, uma vez que servia de espaço onde se articulavam aqueles que atuavam nas agências do Estado<sup>48</sup>.

Mas segundo a autora, para além da “função de ‘fabricar ideologias’, o Instituto [...] era um espaço de confronto de projetos<sup>49</sup>”, pois, o ISEB não era uma instituição “monolítica”, chegou até mesmo há abrigar em seus quadros, intelectuais marcadamente liberais, como Roberto Campos e Hélio Jaguaribe que, contudo, conviveram no instituto, e assim, inevitavelmente confrontaram-se, com intelectuais que se pode considerar de matrizes nacionalistas e desenvolvimentistas como Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto, e até mesmo marxistas como Nelson Werneck Sodré.

Assim, o ISEB acabou por formular projetos que se referiam a diferentes concepções de desenvolvimento capitalista, lastreadas em duas das frações de classe em disputa. Tinham em comum a certeza da necessidade de desenvolvimento capitalista industrial, ou seja, a explosão de uma “revolução capitalista” planejada pelo Estado. Os isebianos convergiam sobre o entendimento do desenvolvimento capitalista industrial como condição

---

<sup>46</sup> CARDOSO; FALETTTO, 2010, op. cit., p.8.

<sup>47</sup> Para uma melhor análise sobre o ISEB cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed., Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

<sup>48</sup> KUPERMAN, op. cit., p.93.

<sup>49</sup> Id., Ibid., p.93.

para o desenvolvimento capitalista visto ser o setor mais dinâmico da economia mundial, sendo assim o carro-chefe da propalada e necessária modernização. Uma modernização necessária para o rompimento e superação dos setores de atraso. Tendo como certeza a imprescindibilidade da iniciativa do Estado para realização desta modernização brasileira, visto as debilidades da condição histórica da burguesia nacional<sup>50</sup>. Demonstrando, desta forma, plena concordância com a tese dominante da época, já exposta acima, da debilidade da burguesia (nacional) local.

Porém, esta diversidade produziu disputas pelo controle interno do próprio instituto, que a partir dos anos 1960 começou a se radicalizar em prol da defesa de um projeto nacional-desenvolvimentista, em apoio às reformas do governo federal, e ao projeto reformista alardeado<sup>51</sup>. Passando a se estabelecer como um espaço de sistematização de ideias “comprometidos com um projeto que representava interesses de uma fração do empresariado brasileiro e de outros setores da nossa sociedade que se contrapunham ao projeto liberal. Mas [também] o lugar onde se produziam as ideias e propostas que informavam os movimentos populares<sup>52</sup>”. Isso fez com que o instituto fosse invadido em abril de 1964, semanas após o golpe e fosse fechado pelo novo governo federal, sempre com importante apoio da imprensa burguesa golpista, *O Globo*, *Estado de São Paulo*, etc. Tendo aí seu fim.

Intelectuais isebianos radicalizaram o nacionalismo existente no projeto desenvolvimentista, levando a formulação de um projeto nacional-desenvolvimentista. Concepção que continua apostando na necessidade da intervenção do Estado na economia, não só para o desenvolvimento do capital, como para satisfação do trabalho, sendo, contudo, apenas o fiador do esgotamento de uma etapa necessária. Aliado a isso, a liberdade nacional necessária a implantação de um eficiente programa nacional-desenvolvimentista dependente do enfrentamento com o imperialismo (capital internacional), visto o interesse deste para o domínio e exploração contínua da periferia, conseguida através da manutenção da condição de subalternidade desta periferia. Portanto,

---

<sup>50</sup> KUPERMAN, op. cit., p.100-101.

<sup>51</sup> Parece ter sido um divisor de águas na existência do Iseb, a publicação do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* de Hélio Jaguaribe, “onde este explicita sua discordância da ideia de monopólio estatal de petróleo”. Jaguaribe deixou o Iseb logo depois, visto a radicalização das divergências internas existentes no Instituto que começaram feições de conflito aberto, que inevitavelmente extrapolaram os muros do instituto (Id., *Ibid.*, p.96).

<sup>52</sup> Id., *Ibid.*, p.93.

na concepção nacional-desenvolvimentista há o firmamento de uma posição contrária à presença do capital internacional, algo que não aparece nas outras posições político-ideológicas burguesas.

Roberto Campos, em conferência sobre as tensões de desenvolvimento existentes no hemisfério ocidental citada pela autora, reconhecia a centralidade do nacionalismo na vida dos países latino-americanos, e apontava qual deveria ser o papel que o discurso nacionalista poderia exercer neste processo, sem se esquecer de alertar os malefícios que esta ideologia poderia causar ao desenvolvimento da política liberal nestes países.

Os países latino-americanos, do outro lado, ainda se acham em processo de constituir sua personalidade nacional. Precisam recorrer ao nacionalismo como força coesiva para manterem a unidade contra a pressão centrífuga da heterogeneidade de regiões e de grupos e para abater as tensões entre classes. Dentro deste contexto, o nacionalismo pode ainda constituir importante mobilizador do esforço nacional e elemento vital na arrancada para a modernização, apesar de ser naturalmente, como o é a maioria das ideologias, sujeito ao perigo da perversão ideológica<sup>53</sup>.

É óbvio que este conflito político-ideológico intra-classe resumido aqui se deu também na disputa por setores estratégicos de criação e efetivação de políticas públicas no país, ou seja, de disputas para o controle dos setores institucionais, estatais, imprescindíveis a conquista da hegemonia, entre eles a SUMOC, que como visto, era, nos anos 1950, o gestor das políticas econômicas federais. Tendo sido por isso, um espaço disputadíssimo por tais frações de classe, pois era de onde emanavam as políticas de câmbio e crédito federais<sup>54</sup>. A luta para “garantir controle sobre a política monetária e cambial<sup>55</sup>”, por isso “o conflito pelo controle dessas agências do Estado”: a SUMOC e o Banco do Brasil<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. Relações Estados Unidos-América Latina. Palestra proferida na Conferência sobre Tensões de Desenvolvimento no Hemisfério Ocidental in: KUPERMAN, op. cit., p. 102.

<sup>54</sup> Id., Ibid., p.7.

<sup>55</sup> A autora explica a importância da discussão: “A política cambial constitui um dos principais instrumentos através do qual o Estado regulamenta algumas das relações econômicas. Estas, em uma sociedade capitalista, serão geradoras de benefícios para as classes dominantes, especialmente para aquelas frações que detêm o controle das instituições promotoras das políticas. Identificamos, no período abordado, pressões realizadas pelos diversos setores e grupos de interesse no sentido de garantir uma política cambial que atendesse às suas demandas. Para os exportadores de produtos agrícolas, especialmente os cafeicultores, a valorização do dólar frente ao cruzeiro era decisiva, garantia de bons lucros na venda da safra. Para o empresariado industrial, essa mesma valorização do dólar poderia significar o encarecimento dos insumos necessários à manutenção da produção, portanto, do ponto de vista deste setor, interessava que o cruzeiro tivesse valorizado frente à moeda americana. Por outro lado, para os demais setores da população, a valorização do dólar também tinha seu significado: para os trabalhadores, mais alto o preço do dólar, maior seria o custo de produtos importados e também e do petróleo, o que, por si só, já constituía fator de encarecimento do custo de vida, não só por

A autora percebe, ao analisar certas organizações representativas da classe burguesa, que as medidas preconizadas por elas, através de seus intelectuais acabam por ser “as mesmas assumidas pelos dirigentes dessa agência, o que demonstra que a ocupação de espaços da sociedade política reverte em garantir políticas que atendam aos grupos de interesse que conquistaram essa trincheira<sup>57</sup>”. Desta forma, ela consegue perceber quais grupos, frações de classe, davam as cartas em órgãos públicos essenciais para vida social.

A autora vê estas duas concepções de desenvolvimento capitalista como projetos de duas das frações de classe da burguesia em disputa, “duas faces da mesma moeda<sup>58</sup>”. Sendo os desenvolvimentistas, os representantes dos industriais, e os liberais, do setor agrário-exportador. Tal correspondência é verificada na sua análise sobre dois aparelhos privados de hegemonia representantes destas frações, que são apresentados pela autora, o primeiro trata-se da Federação das Indústrias do Distrito Federal (representante do setor dos industriais), e o segundo trata-se da Associação Comercial de São Paulo (representante do setor agrário-exportador). Por exemplo, no jornal *Digesto econômico* da Associação Comercial de São Paulo, podem ser vistas as defesas aos setores agrícolas, primordialmente ao café, por ser este entendido como principal produto do país, um dos poucos produtores das divisas que sustentam inclusive o investimento que é feito na indústria. Por isso seus articulistas são contra a priorização da indústria, e a favor do andamento da modernização e desenvolvimento combinado com a indústria e a agricultura<sup>59</sup>.

Por fim a autora conclui,

A disputa entre essas duas frações da burguesia nacional se caracterizava pela forma como o capital internacional e todo esse modelo seriam introduzidos na economia brasileira. Tanto os empresários ligados à agricultura de exportação quanto aqueles que defendiam os interesses da indústria pretendiam promover uma reforma cambial, de formas diferentes, para atender a interesses diversos. Ao mesmo tempo, todos concordavam que, para atender à demanda de capitais, seria necessário atrair divisas do exterior. Na verdade, a rivalidade girava em torno do modelo de associação com esses capitais, e dos privilégios a eles concedidos, bem como a respeito da política cambial a ser adotada. Para definir a direção dessas políticas, era necessário garantir o controle das agências do Estado onde eram produzidos e realizados<sup>60</sup>.

---

interferir no preço do seu transporte, como também por ser um dos componentes do custo de muitas mercadorias.” (KUPERMAN, op. cit., p. 216).

<sup>56</sup> Id., Ibid., p. 223.

<sup>57</sup> Id., Ibid., p. 276.

<sup>58</sup> Id., Ibid., p. 109.

<sup>59</sup> Sobre a Associação Comercial de São Paulo Cf. capítulo VI de KUPERMAN, op. cit., p.171-214.

<sup>60</sup> Id., Ibid., p. 281.

Sendo assim, os liberais chegavam ao controle das agências que comandavam a economia nacional, dando os passos para sua liberalização. Programaram uma “rígida política de estabilização, baseada no corte de despesas públicas e na contenção da expansão monetária e creditícia<sup>61</sup>”, e publicaram em 17 de janeiro de 1955, a conhecida Instrução 113, medida que reduzia “consideravelmente as restrições à entrada de capitais sob a forma de maquinário”, Além disso, Kuperman afirma que a “instituição desse novo regime cambial, ainda no governo Café Filho, determinaria a existência de taxa livre no pagamento de juros e amortizações para capitais registrados na Sumoc, de grande importância para a entrada de capitais estrangeiros<sup>62</sup>”.

Medidas tomadas no governo Café Filho, que iriam, contudo, significar “o preâmbulo de um processo de internacionalização da economia brasileira<sup>63</sup>” continuado pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Eram contra tais medidas liberais que o PCB bradava, sendo os liberais rotulados de “entreguistas” e os nacionais-desenvolvimentistas de “burguesia progressista”. A busca por uma aliança com os trabalhistas se deu pelo reconhecimento da inserção social no proletariado que possui a época o PTB, mas também no fato de que o partido trabalhista representava no campo político a ala nacional-desenvolvimentista<sup>64</sup>.

Assim, o PCB começou a se empenhar na construção de uma unidade entre todos aqueles que estavam dispostos a lutar pelas liberdades e pela democracia, pois observou no processo eleitoral a saída possível para a ordem e a estabilidade. Para tanto, seria necessário construir um programa em comum que deveria ter como plataforma certos pontos principais: “Soberania, liberdades democráticas, paz e direitos dos trabalhadores<sup>65</sup>”. Tendo como ponto de partida o a sustentação da candidatura de um homem de confiança que “apoiado no povo seja capaz de defender a soberania nacional, (...) o respeito aos preceitos

---

<sup>61</sup> KUPERMAN, op. cit., p. 258.

<sup>62</sup> Id., Ibid., p. 260.

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Sobre o projeto trabalhista Cf. NEVES, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)* in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.190.

<sup>65</sup> FALCÃO, op. cit., p.176

constitucionais e as conquistas democráticas do povo, medidas para minorar o sofrimento dos trabalhadores e lutar (...) pelas políticas de paz<sup>66</sup>”.

Nossa aliança nas próximas eleições de 3 de outubro, em torno de uma plataforma democrática e antiimperialista, deve constituir importante passo no caminho da luta pela derrota da ditadura americana de Café Filho, para garantir a vitória dos patriotas e a derrota dos entreguistas<sup>67</sup>.

As alterações táticas do partido começavam a ganhar corpo com a crítica de Prestes ao abstencionismo defendido pelo próprio partido em 1950, e a setores do PCB que eram resistentes a participação do pleito eleitoral, espaço que os próprios estavam proibidos de participarem legalmente. Apesar dos conflitos internos do PCB, e do próprio fracasso em construir uma candidatura nacional popular em condições de cumprir o projeto genericamente formulado acima, o partido comunista participou ativamente da campanha eleitoral de 1955 em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek, apesar das críticas a decisão dos trabalhistas de lançarem o vice-presidente (João Goulart) em aliança com o PSD, formalizando um apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek<sup>68</sup>, o que caracterizava para os comunistas uma rendição a “barganha dos políticos entreguistas<sup>69</sup>”.

No manifesto eleitoral de agosto de 1955<sup>70</sup>, o PCB conclama todos os trabalhadores brasileiros a votarem nas eleições presidenciais do dia 3 de outubro daquele ano: “Concidadãos! [...] Façamos da campanha eleitoral uma cruzada em defesa das liberdades democráticas<sup>71</sup>”. E demonstrava seu apoio à aliança PSD/PTB, ao afirmar que “O Partido Comunista do Brasil apoia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart”.<sup>72</sup> Assim, incitava “o povo a criar milhares de Comitês Eleitorais, [...] para levar à vitória as candidaturas dos

<sup>66</sup> Imprensa Popular 27/3/1955 apud FALCÃO, op. cit., p.176.

<sup>67</sup> A Aliança com o P.T.B. (02.10.1954) in: CARONE, op. cit., 1982, p.126.

<sup>68</sup> Segundo Falcão, Juscelino Kubitschek foi um dos muitos que votaram a favor da cassação dos mandatos *pecebistas* em 1948. FALCÃO, op. cit., p.177.

<sup>69</sup> Sobre estes fatos lembra Falcão que a “campanha *pecebista* por um ‘candidato popular’ levaria à criação, em junho de 1955, de um Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), ‘(...) forma de organizar a campanha eleitoral dos comunistas (...)’. Não conseguiria, porém, o Partido apontar um candidato em condições de cumprir aquilo que dele se esperava. Acabaria, então, abandonando suas posições, sua linguagem radical e sua arrogância para apoiar a chapa JK/Goulart de forma incondicional”. Ibidem, p.177.

<sup>70</sup> Comitê Central do PCB, “Manifesto eleitoral do PCB (agosto de 1955)” in: CARONE, op. cit., 1982, p. 136-139.

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem.

Srs. Kubitschek e Goulart”, exclamando ao fim: “Todos as urnas a 3 de Outubro! Derrotemos os inimigos do povo!”<sup>73</sup>

Como podemos ver nos documentos do comitê central do PCB, os comunistas do partido acharam que o processo eleitoral poderia ser utilizado para afugentar, ou paralisar, um possível golpe que já tomava corpo em alguns setores da sociedade brasileira. E é por apostar na força que possuía o PCB naquele momento, que autores como Gorender<sup>74</sup>, acreditam que o presidente Kubitschek não teria sido eleito sem o apoio do “partidão”, haja vista a pouca diferença de votos com os quais ele foi eleito. A partir da vitória de JK, o PCB passa a ser tolerado, e com isso, obtêm mais tranquilidade para ensejar sua prática política.

Diante da tentativa de golpe que almejava impedir a posse dos eleitos em 3 de outubro de 1955, o PCB conclamou o povo a defender os ideais democráticos constitucionais: “Mantenhamo-nos vigilantes contra qualquer tentativa golpista, e em defesa da posse dos candidatos eleitos a 3 de outubro, Srs. Kubitschek e Goulart”<sup>75</sup>.

Contribuindo para posse de Kubitschek e Goulart, que somente assumiriam de fato os cargos aos quais foram eleitos quando o Marechal Lott tomou o poder estatal em uma espécie de golpe preventivo contra a possibilidade de um golpe irreversível. O governo JK implementaria uma política tipicamente desenvolvimentista, utilizando-a como estratégia para que a economia nacional tentasse se integrar ao avanço econômico internacional<sup>76</sup>.

Em termos globais, consolidava-se o enrijecimento da política internacional moldado pela Guerra Fria, que produzia os dois blocos de poder que partilhavam o mundo. Nos países de capitalismo central, dava-se início à época, a conhecida “Era de Ouro<sup>77</sup>” do sistema capitalista, caracterizada por um grande desenvolvimento do progresso material e social da humanidade. Como afirma Padrós: “A sociedade emergente da guerra, de forma global, caracterizou-se pela aceleração do crescimento econômico e um boom industrial sustentado pelos avanços da pesquisa científica aplicados nos setores produtivos<sup>78</sup>”, além do aumento demográfico fruto dos novos tempos de paz e tranquilidade econômica, conseguidos graças

<sup>73</sup> Comitê Central do PCB, “Manifesto eleitoral do PCB (agosto de 1955)” in: CARONE, op. cit., 1982, p. 136-139.

<sup>74</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 30.

<sup>75</sup> Voz operária 19-11-1955 “A queda de Café Filho” in: CARONE, op. cit., 1982, p. 142.

<sup>76</sup> Para mais informações ver CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. 2. Ed; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>77</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>78</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX* (vol. 2. O tempo das crises). 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.235.

a política onde o “Estado planejava, racionalizava e orientava a produção. Comprometia-se com a previdência social e garantia o pleno emprego, afastando o clima de instabilidade. [Sendo conhecido enquanto] o Estado regulador ou de bem-estar social<sup>79</sup>”.

Ora, ao fim da guerra, a maioria dos países, principalmente europeus, passaram pela experiência dos governos sociais-democratas, que tiveram como bandeira política a construção e conservação do que se convencionou chamar de “Estado de bem estar social”. A maioria dos partidos revolucionários da Europa, por exemplo, abandonaram – ou já havia abandonado há tempos –, suas teses revolucionárias dentro de um quadro de “satanização” do comunismo bolchevique, e assumiram a postura da construção de um Estado que intervisse na economia para garantir desde a produção, até a distribuição da riqueza. Como afirma Padrós, “Encontrar um consenso social e político era o que de mais interessante havia no cenário institucional no pós-guerra<sup>80</sup>”. Pois os capitalistas temiam o impacto ideológico que os proletários poderiam sofrer das conquistas sociais realizadas pela URSS. Chegou-se mesmo até a formular teorias da existência de um Estado de “tipo novo”, um “Estado social”. Ainda com Padrós, agora concordando com Hobsbawm, o capitalismo do pós-guerra foi tão transformado que ficou mesmo irreconhecível, já que atingiu um grau de distribuição de riquezas nunca antes visto<sup>81</sup>.

O governo JK manteve, devido a sua aliança estratégica com o PTB, sua base política na força dos setores nacionalistas, defensores da continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, mas empreendeu uma política econômica internacionalista, de “capitalização mediante recursos externos<sup>82</sup>”. Segundo a interpretação do PCB, o governo agregava em seu interior as contradições das duas frentes: a internacionalista (“entreguista”) e a nacionalista. Avaliava que no governo JK “manifestaram-se duas tendências principais, a das forças patrióticas e a das forças retrógradas, contrárias a

---

<sup>79</sup> Ibidem, p.236.

<sup>80</sup> PADRÓS, op. cit., p.239.

<sup>81</sup> Esta política do Estado de bem-estar social que vigorou neste período em muitos países europeus, garantiu o crescimento material e social do mundo, do avanço tecnológico (como a provedora da grande corrida espacial). Além do crescimento do proletariado, que com tempo foi criando uma gradual acomodação social. Este é um período marcado pelo começo da massificação do rádio – primeiramente –, e da TV – depois – da propaganda, das mudanças musicais, literárias, do cinema, e da força dos quadrinhos e desenhos animados. Da construção da indústria cultural como um todo. Mas também, da tensão cultural-ideológica mundial conhecida como Guerra Fria.

<sup>82</sup> CARDOSO; FALETTO, 2010, op. cit., p.153.

modificações progressistas na política externa e interna do país.<sup>83</sup> Por isso acreditaram que o partido tinha como objetivo lutar para que os setores nacionalistas sobrepujassem as forças “entreguistas” que também participavam do governo. A ideia era forçar a presidência de JK para um caminho nacionalista do desenvolvimentismo, um caminho integralmente nacional-desenvolvimentista<sup>84</sup>.

Contudo, a concepção de nacional da política desenvolvimentista do governo se referenciava a onde era implantado o processo e não de onde advinha o investimento. Assim sendo, perdurou no governo uma política nacionalista, mas jamais anti-imperialista. Pelo contrário, a administração JK aproveitou-se da Guerra Fria e da conjuntura internacional favorável para convencer os Estados Unidos, maior investidor do país, de que a melhor forma de se livrar dos perigos do comunismo na América Latina seria ajudando-a em seu desenvolvimento, em contrapartida, o governo garantia a aliança do país com o bloco capitalista.

Assim, o governo JK põe em prática um projeto financiado pelo capital estrangeiro de construção da infraestrutura necessária para alavancar a expansão capitalista do país, como afirma Oliveira,

[...] o período Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalística, com o seu programa de avançar "cinquenta anos em cinco". Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, da construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia; por seu lado, o Estado, cumprindo o papel e atuando na forma já descrita, lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola "externa", com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília. O Estado opera através de uma estrutura fiscal primitiva e extremamente regressiva, com o que fatalmente incorrerá em déficits crescentes, numa curiosa forma de aumentar até o limite sua dívida interna sem mutuários credores<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do C.C. do PCB (abril de 1957) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 167. Na verdade, este documento é fruto de uma reunião de análise de um informe de Prestes onde “O Pleno do Comitê Central resolve ratificar o Informe do Secretário-geral de nosso Partido e aprovar a orientação tática e as tarefas nele apresentadas”.

<sup>84</sup> Kuperman lembra que o “desenvolvimentismo não era sinônimo de nacionalismo, como defendem muito daqueles que estudam esse período. Como vimos, o desenvolvimentismo levado a cabo pelo Plano de Metas de JK não era nacionalista – embora tivesse um discurso desse teor. Era o ‘desenvolvimentismo vitorioso’, ou seja, o desenvolvimentismo liberal. Este se encontrava muito longe da ideia de um desenvolvimento autônomo ou mesmo da criação de barreiras protecionistas. Ao contrário: o Plano de Metas manteve e utilizou as medidas que visavam atrair e garantir a entrada de investimentos estrangeiros, como a Instrução 113.” (KUPERMAN, op. cit., p.283).

<sup>85</sup> OLIVEIRA, 1987, op. cit., p. 45-46.

Contudo, nos lembra Dreifuss que tal projeto desenvolvimentista posto em prática pelo governo JK possuiu um evidente contorno liberal,

[...] apesar da presença expressiva do Estado na economia, ele não 'orientava' a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista. A intervenção do Estado na economia no que ultrapassava a alocação de recursos públicos para atividades privadas era amplamente desencorajada, se não condenada, pelos grandes empresários. A figura de um Estado onipotente não fez parte da perspectiva ideológica dos empresários industriais nacionais. Além disso, a já considerável influência econômica do Estado despertava o tradicional receio por parte do empresariado de uma crescente interferências nos negócios. Reafirmar a necessidade absoluta da posse privada dos meios de produção tornava-se a bandeira de luta dos empresários<sup>86</sup>.

O governo JK produziu uma aceleração vertiginosa da acumulação capitalista no Brasil, ao promover o crescimento da inserção do capital estrangeiro no financiamento da produção nacional, ocasionando a incorporação de uma tecnologia mais avançada ao processo produtivo, que acarretou um aumento abundante da produtividade.

Com este progressivo desenvolvimento capitalista, a burguesia industrial brasileira associada ao capital estrangeiro passou a ganhar destaque e autonomia frente às políticas populistas, entrando em choque com as políticas nacionalistas que pareciam atrapalhá-los, como as que pretendiam de algum modo barrar a abertura a investimentos estrangeiros no país, começando assim, a definir o fim ao pacto populista, que até então mantinha a aliança, sempre conflituosa, entre capital e trabalho.

Desta forma, como afirma Dreifuss, a intensificação da expansão capitalista, aprofundou suas contradições, e o populismo começou a ser questionado pela pressão de duas forças sociais que cresciam com o desenvolvimento do governo JK: os interesses multinacionais e associados e a classe trabalhadora (ora, o contingente da classe trabalhadora inevitavelmente aumentou, além, evidentemente, do aumento da exploração do trabalho)<sup>87</sup>.

Como se sabe, o que permitiu ao capitalismo elevar as suas taxas de investimento e gerar índices altíssimos de crescimento, como os que foram vistos neste curto período de

---

<sup>86</sup> DREIFUSS, 2006, op. cit., p. 45.

<sup>87</sup> Idem.

quase trinta anos, foi “um fator que não pode ser compreendido sem referências à luta de classes: o aumento da taxa de mais-valia<sup>88</sup>”. Pois,

[...] a determinação da taxa de exploração do trabalho (taxa de mais-valia) depende da fixação do valor do trabalho necessário, o que por sua vez é dependente do valor dos meios de consumo empregados para a reprodução da força de trabalho. Ora, é evidente que a reprodução da força de trabalho pode ser mais ou menos precária, determinando um nível de vida mais ou menos degradado da classe trabalhadora. Conseqüentemente, a luta de classes, ao alterar o patamar de reprodução da força de trabalho, modifica o valor do trabalho necessário, o que não pode deixar de repercutir sobre as taxas de lucro e de mais-valia<sup>89</sup>.

Continuando nesta argumentação, deve-se se exemplificar ainda mais a resposta, com uma passagem de Marx,

“(...) o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. **A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho** (...). A questão se reduz ao problema da relação de força entre os combatentes<sup>90</sup>.”

Ou seja, se queremos encontrar o crescimento econômico de determinado período histórico, deve-se estudar o desenrolar da luta de classes deste período. Para voltar especificamente ao Brasil, devem-se dar importância às palavras de Oliveira, quando este expõe resultados preliminares obtidos pela análise marxista, mas que de tempos e tempos são esquecidos por alguns historiadores, que “não é difícil reconhecer se não se quer complicar o que é simples — de que a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo<sup>91</sup>.” Assim sendo, “foram às necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização<sup>92</sup>” no Brasil, não houve assim, redistribuição equitativa na política populista porque o sistema de acumulação não se move pelo consumo, mas pela produção, isto não

---

<sup>88</sup> COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005, p.396.

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> MARX apud COELHO, 2005, p.396. Grifos do autor.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, 1987, op. cit., p.27.

<sup>92</sup> Idem, 1987, p.28.

quer dizer que os trabalhadores não se beneficiaram com a expansão econômica do país<sup>93</sup>. Porém, não é bom esquecer que o tão sonhado, por muitos, desenvolvimento econômico capitalista se dá pela manutenção de taxas de lucros elevados. Ou seja, aumento da taxa de mais-valia, da exploração do trabalho (que é – como dito acima – determinada pelo conflito de classes).

Assim sendo, como afirma Oliveira, uma das vertentes impulsionadoras da acumulação capitalista no Brasil foi, “[...] a do **aumento da taxa de exploração da força de trabalho**, que [forneceu] os excedentes internos para a acumulação<sup>94</sup>”.

De acordo com o economista,

**A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido, identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando.** Não há dúvida que o resultado desta comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita às relações salário real-custo de reprodução **urbano** da força de trabalho, que é a comparação pertinente para a compreensão do processo, nem tampouco às relações salário real-produtividade, parâmetro este que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real-produtividade constitui parte do financiamento da acumulação<sup>95</sup>.

Sabe-se que uma das estratégias para aumentar a taxa de mais-valia, é a redução dos salários reais, ou seja, a não incorporação dos ganhos da produção no salário, o que provoca com o tempo, a redução do valor da mercadoria: força de trabalho.

Ao fim de uma análise retrospectiva de um quadro que mostra a evolução do salário mínimo real nos Estados da Guanabara e São Paulo entre 1944 a 1968, Oliveira afirma que:

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos [...] Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é **a de aumento da taxa de exploração do trabalho**, a qual foi contrarrestada **apenas** quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente. Em outras palavras, seria ingênuo pensar, como o fazem os adeptos da "teoria do bolo", que os trabalhadores

<sup>93</sup> Importante contraste em relação às teses historiográficas atualmente dominantes que veem este período histórico do Brasil como “uma cornucópia”, haja vista a existência de “Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente [...]. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego”. REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita in: FERREIRA, 2001, op. cit., p.345.

<sup>94</sup> OLIVEIRA, 1987, op. cit., p.51. Grifos do autor.

<sup>95</sup> Idem.

devem primeiro esperar que o "bolo" cresça para reivindicar melhor fatia: nos vinte e cinco anos decorridos o "bolo", isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 62-66, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia<sup>96</sup>.

Assim, a crescente inflação “erodia os salários reais<sup>97</sup>”, causando “um aumento da taxa de exploração do trabalho, sem necessidade de que esse aumento fosse ostensivamente dirigido no sentido de rebaixamento dos salários nominais<sup>98</sup>”. Os aumentos de salários que começaram a acontecer a partir dos anos de 1950, eram resultado do aumento da inflação. E assim, os salários aumentavam de braços dados com o aumento do custo de vida.

Desta forma, apesar de podermos falar em satisfação dos trabalhadores no período de dominação populista, pois há, por exemplo, a ampliação das suas possibilidades de consumo,

[...] também é certo que essas classes se encontram em situação desvantajosa quando nos referimos ao problema da ‘distribuição dos frutos do progresso tecnológico’. Além de que o aumento do capital industrial se faz com uma participação relativamente decrescente do fator trabalho, o crescimento dos salários encontra-se sempre abaixo do aumento da produtividade. No caso do Brasil, durante muitos anos, os aumentos salariais estiveram em realidade abaixo dos acréscimos do custo de vida, o que indica uma tendência geral à baixa de salário real<sup>99</sup>.

Assim, a inflação foi uma das formas utilizadas para que o capital conseguisse aumentar a exploração do trabalho, que sentida pelos trabalhadores, ocasionou uma onda enorme de enfretamentos dos trabalhadores que passavam a reivindicar cada vez mais parte do “bolo”, lutando contra a carestia de vida e reivindicando o direito de adquirir o que produziam (geladeira, TV, energia, carro, etc.), dificultadas pelo aumento crescente da inflação que provocava a deterioração dos valores reais do salário mínimo. O acúmulo de tais reivindicações acabou por criar, no final da década de 1950 e início dos anos 1960 no Brasil um contexto propenso a uma intensa mobilização popular, protagonizada pelos sindicatos, organizações da classe trabalhadora urbana e do campo, subalternos das Forças Armadas, e estudantes.

---

<sup>96</sup> OLIVEIRA, 1987, op. cit., p.51-53. Grifos do autor

<sup>97</sup> Id., ibid., 1987, p.57.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> WEFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Ed., 2003, p.180.

A insatisfação popular se fez presente também sob a regularidade eleitoral do regime democrático burguês, quando os eleitores destronaram na eleição presidencial de 1960 a eficiente aliança eleitoral PSD/PTB, que até então se encontrava imbatível tratando-se dos pleitos presidenciais realizados desde 1945<sup>100</sup>, despejando sobre o candidato da oposição, Jânio Quadros, a maior votação de um presidenciável na história da democracia brasileira até então vigente.

A estratégia para absorver tais demandas sociais, foi, no primeiro momento, um arrocho na política social, e depois, com as alterações no comando maior do governo federal depois da renúncia do presidente eleito, a tentativa de realização de reformas estruturais (de base) para manutenção e aprofundamento do projeto nacional-desenvolvimentista. O nacionalismo se manteve “na ordem do dia dos debates travados no seio da intelectualidade brasileira<sup>101</sup>”. Foi dominante entre as esquerdas (no sentido mais amplo que este termo pode indicar) a visão nacional-libertadora que apresentava como imperativo a construção de um capitalismo nacional mais forte, que enfrentasse o imperialismo. O próprio Nelson Werneck Sodré, historiador e militante do PCB, apresentou o nacionalismo em seu livro *Introdução à Revolução Brasileira*, publicado em 1958, como o “fenômeno central da vida política brasileira<sup>102</sup>”.

Assim, não só as produções das organizações políticas, mas, até mesmo parte considerável das produções de institutos científicos apontavam como ponto nevrálgico da sociedade brasileira (e mesmo latino americana) a contraposição entre o capital nacional e o capital estrangeiro, que no solo político da Nação ganhavam as representações de “burguesia nacional” e “burguesia entreguista” (por ser aliada do imperialismo).

Esta tese permeava as conclusões de muitos trabalhos de pretensão rigor científico da época, como se pode ver nas obras clássicas de historiadores comunistas consagrados como, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. No primeiro, tem-se na obra *Quatro séculos de latifúndio*, um importante estudo sobre o Brasil Colônia e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, estudo que reforça, contudo, a posição de que o legado do colonialismo e a permanência da oligarquia agrária e do baronato industrial eram os

---

<sup>100</sup> Nas eleições de 1945 o candidato da aliança PSD/PTB, Eurico Gaspar Dutra foi eleito; em 1950 a aliança se desfez, mas o candidato do PTB Getúlio Vargas venceu o pleito; refeita em 1955 a aliança eleitoral PSD/PTB saiu totalmente vitoriosa, fazendo o presidente (Juscelino Kubitschek) e o vice-presidente (João Goulart).

<sup>101</sup> COSTA, op. cit., p.159.

<sup>102</sup> SODRÉ apud COSTA, op. cit., p.157.

causadores do subdesenvolvimento do país, que conviviam com a predominância de relações pré-capitalistas de exploração do trabalho<sup>103</sup>; Já no segundo, seu famoso livro, *Formação Histórica Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1962, definia suas teses da existência de relações feudais brasileiras<sup>104</sup>.

Nelson Werneck Sodré e Passos Guimarães nunca chegaram a fazer parte da direção do PCB, porém destacaram-se como intelectuais influentes nas formulações do partido sobre a formação histórica brasileira<sup>105</sup>. Autores responsáveis pela ampla generalização da tese sobre o feudalismo brasileiro que acabaram oferecendo o embasamento histórico necessário às teses do PCB, através de uma interpretação histórica do Brasil, que se pretende legitimamente científica<sup>106</sup>. Foi assim que o PCB formulou – como veremos a seguir – sua interpretação que insistia na existência de relações de trabalho pré-capitalistas no Brasil, em muitos casos feudais, tendo como indicativo delas o fato de que os trabalhadores não recebiam em dinheiro, às vezes eram pagos por produtos, ou por parte da produtividade de seu trabalho, como nas relações clássicas da servidão no feudalismo. Chegavam à conclusão de que o monopólio da terra (a abundância de latifúndios no país), e as relações pré-capitalistas de trabalho existentes, obstaculizavam o desenvolvimento da agricultura e da industrialização brasileira. Desta forma, os latifundiários eram vistos, também por suas estreitas relações com o imperialismo, como o setor de maior atraso e obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Destarte, o partido formulou seu projeto nacional democrático anti-imperialista e anti-feudal de revolução por estar baseado também em uma leitura específica sobre as deficiências do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro, produzidas pelos militantes (intelectuais), e não apenas por uma cópia acrítica do Programa da III Internacional Comunista (I.C.) adotado pelo seu VI congresso

---

<sup>103</sup> COSTA, op. cit., p.113-114.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Intelectuais não na acepção que o senso comum pode denotar, pois nenhum dos dois autores possuem formação acadêmica, contudo, suas obras certamente foram vastamente debatidos por gerações de acadêmicos, e de certa forma ainda o são.

<sup>106</sup> COSTA, op. cit. Não acredito ser necessário travar uma discussão sobre a cientificidade. O funcionamento da ciência enquanto campo de produção de saber e poder, etc., autores muito mais competentes fizeram isso antes de mim. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Capítulo 4: O campo Científico. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983; FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 21ª ed., 2005, entre outros. O que se quer salientar aqui é apenas o fato de que produções de caráter científico, porque produzidas em instituições de reconhecido valor científico, também validaram em suas produções, de formas distintas, a preocupação em torno das diferenças entre burguesia nacional e burguesia internacional, desenvolvimento capitalista, marcadamente nacional ou não. Enfatizando em muitas das vezes a validade da ação política orientada por um projeto nacional-desenvolvimentista, como foi o caso da CEPAL e ISEB (como já foram vistos neste trabalho).

ocorrido em 01 de setembro de 1928 em Moscou, que traçou análises sobre a realidade dos países “semi-coloniais” e “dependentes” da América Latina<sup>107</sup>.

Essa contradição entre nacionalismo e entreguismo perpassava todas as organizações políticas brasileiras, inclusive os partidos mais conservadores como UDN<sup>108</sup> e PSD<sup>109</sup> viviam neste intenso conflito, possuíam também eles, suas alas mais “nacionalistas” e mais “entreguistas”. As lutas nacionalistas acometidas no continente pareciam possuir sempre um cunho libertador, vistas como importante, inclusive para alimentar a luta socialista. Não é a toa que a revolução cubana (1959) surge assim, primeiro, idealizada pelos seus realizadores como uma revolução de libertação nacional, antiimperialista, que por isso tinha como imagem política alimentadora, a persona de José Martí, libertador burguês cubano. Somente depois, ganharia seus contornos comunistas. Sem dúvida o latifúndio, o imperialismo, a falta de aprofundamento dos valores democráticos e o projeto nacional, eram problemas reais, concretos e urgentes naquela quadra histórica. E nem a revolução cubana escapou deles. Estas questões eram, aliás, amplamente reconhecidas por todos os comunistas, contudo, a concordância não avançava para além do reconhecimento do problema. Pois como afirma Coelho, “quando se tratava de qualificar as modalidades dessa dominação, determinar seus efeitos e traçar cursos de ação para lidar com eles, a unidade dava lugar a um agudo dissenso, com desdobramentos políticos importantes<sup>110</sup>”. Estes

---

<sup>107</sup> Com esta orientação foi fundado pela I.C., o *Bureau Sul-americano da Internacional Comunista*, organismo que se incumbiria da elaboração da teoria e da linha revolucionária na América do Sul.

<sup>108</sup> Em livro clássico sobre a UDN, fruto de uma tese de doutoramento defendida na USP em 1980. Maria Victória Benevides, criticando a afirmação constante da historiografia de que a UDN foi um partido representante da classe média, salienta as disputas internas do partido que impede que se mantenha tranquilamente tal afirmação. Assim, para apresentar o udenismo da UDN, a autora acaba por analisar a “unidade/diversidade [d]as várias UDNs” no capítulo III da segunda parte do seu livro (p.209-240), onde salienta os múltiplos interesses, as diferenças de estilos, e os perfis estaduais existentes, apresentando uma UDN composta de quadros pertencentes às classes médias, mas também industriais, e a forte presença de sujeitos ligados aos setores de produção agrícola do país, com controle principalmente das células partidárias existentes no norte e nordeste. Ao expressar interesse dos proprietários de terras (latifundiários), e da indústria aliada ao capital estrangeiro, a orientação liberal predominante no partido acabava por ganhar, em momentos históricos distintos, um contorno acentuado de estatismo, devido ao anti-comunismo fortemente acentuado do partido, e a crença de que sendo o “mercado”, ou seja, a livre ação da burguesia, não era forte o suficiente para enfrentar a “infiltração” comunista, recorria-se com frequência a presença marcante do Estado para o controle do trabalho e assim, combate a ação comunista. Desta forma, acabou por mesclar uma política liberal com apelo ao estatismo, formulando, em muitos momentos, uma orientação desenvolvimentista liberal, ou qualquer outra nomenclatura que se possa aferir. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>109</sup> Para uma análise genérica e factual da história do PSD Cf. HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

<sup>110</sup> COELHO, Eurelino. *A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a classe e a nação (1956-1959)*. No prelo.

dissensos e parte de seus desdobramentos políticos serão vistos a seguir, a através do processo histórico que deu origem a POLOP.

Este foi um período onde a ideologia nacionalista e a perspectiva desenvolvimentista estiveram muito presentes também no discurso da esquerda, fazendo com que traços nacionalistas marcassem indelevelmente seus programas políticos. Desta forma, muitos grupos de esquerda, como os socialistas, trabalhistas, nacionalistas radicais ou mesmo conservadores, e até os comunistas do PCB, acreditaram na,

[...] viabilidade da construção de um projeto nacional autônomo no âmbito do capitalismo, não sendo perceptível ainda para muitos a inevitabilidade da associação dos capitais privados nacionais com os monopólios estrangeiros, como uma tendência inerente à conjuntura econômica caracterizada pelo aprofundamento das relações capitalistas no Brasil e no mundo<sup>111</sup>.

Esta era parte da tradição política brasileira que oprimia como “um pesadelo o cérebro dos vivos”. Os comunistas do PCB falavam de revolução, mas adequaram o nome dela, e seus gritos de guerra e roupagens à linguagem emprestada do nacionalismo burguês. Finalmente averiguemos mais de perto.

## 2. O reformismo predominante no PCB<sup>112</sup>

Após a morte de Stálin ocorrida em 1953, até então visto por vasta ordem de militantes comunistas enquanto seu “mestre, guia e pai”, começaram a se efetivar aos poucos, mudanças na estrutura de poder do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Inicialmente, militantes historicamente ligados a Stálin foram sendo destituídos de suas ocupações na direção do PCUS. Primeiro, Malenkov, que acabaria se demitindo do cargo de primeiro ministro em fevereiro de 1955, depois Molotov, líder por muitos anos da política externa stalinista, seria afastado da direção.

E o novo líder do partido, Nikita Krushev, começava a fazer pequenas alterações na política externa soviética, como as primeiras reaproximações com a Iugoslávia de Tito<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> COSTA, op. cit., p.183.

<sup>112</sup> Parte considerável do que será exposto nesta seção e na próxima, constam, com muitas alterações e supressões e alguns acréscimos, em uma etapa anterior desta pesquisa. Cf. NOBERTO, Lineker. *Sobre a “Frágua inovadora”*: a formação da nova esquerda brasileira e as origens da POLOP. Monografia de graduação em história. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

<sup>113</sup> Josip Broz Tito, chefe do Estado da República Socialista Federativa da Iugoslávia romperia com Josip Stalin em 1948, por discordar da tentativa de submissão ao qual a URSS tentou lhe impor. HOBBSAWM, 1995, op. cit., p. 235.

Lembradas nas memórias de Marco Antônio Tavares, ex-militante do PCB, ao afirmar que a fala de Krushev em 1955 no aeroporto de Belgrado: “Querido camarada Tito”, fez com que ele começasse a perceber que as coisas estavam mudando no mundo do socialismo. Haja vista o fato de que o novo secretário-geral do PCUS recebera de forma amistosa, o homem que há sete anos era apresentado “como chefe de um bando de traidores e outros qualificativos piores<sup>114</sup>”. Diante disso, Marco Antônio deixa transparecer retroativamente o impacto que sofreu ao ver a retomada de laços entre a URSS e a Iugoslávia: “A fala me desnorteou<sup>115</sup>”.

Ao fim da realização do XX congresso do Partido Comunista da União Soviética, Krushev apresentou a apenas aos delegados soviéticos e aos poucos representantes dos partidos comunistas das “democracias populares”, um relatório sobre os tempos do camarada Stálin<sup>116</sup>. Este relatório trazia consigo um dossiê que revelava muitas atrocidades cometidas pelo governo do ex-secretário geral do PCUS. O pequeno Stálin<sup>117</sup> era visto pela maioria dos comunistas da época (inclusive do PCB, como já foi exposto aqui) como um gênio militar, “o guia genial dos povos”, maior defensor do socialismo no mundo, “o maior cientista da humanidade”, tendo sua aura, na naquele momento, vindo ao chão. Este relatório, que levantava uma série de acusações contra o líder soviético falecido há menos de três anos, – apesar da tentativa de ser brando – não só devassou o culto a imagem de Stálin, como mexeu com as estruturas de todos os partidos comunistas do mundo, inclusive o brasileiro, que logicamente, tinha o PCUS como exemplo<sup>118</sup>. “[...] foi a bomba que caiu em nossas cabeças<sup>119</sup>”, afirmou um ex-militante do PCB em suas memórias.

Em ares brasileiros, a revelação feita por Khrushchev levou à construção da necessidade de um espaço para debates dentro do PCB como nunca se tinha visto antes na sua história<sup>120</sup>. Porém, este espaço não seria construído do nada, nem sozinho, nem mesmo de forma branda, o início do debate foi tortuoso, e o fim súbito. Foi aberto à revelia da

---

<sup>114</sup> COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: As memórias de um comunista*. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2000, p.163.

<sup>115</sup> COELHO, 2000, op. cit., p.163.

<sup>116</sup> FALCÃO, op. cit., p.195.

<sup>117</sup> De acordo com o historiador Hobsbawm, Stálin mídia 1,58, já suas vitimas deveriam ser medidas na casa de oito algarismos. HOBBSAWM, 1995, op. cit., p. 379.

<sup>118</sup> FALCÃO, op. cit., p. 195-196.

<sup>119</sup> COELHO, 2000, op. cit., p.164

<sup>120</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002, p. 89.

direção pelo editor do jornal *Voz Operária*. E quando já acirravam os debates, foi divulgado um “Projeto de Resolução do C.C.” sobre os ensinamentos do XX congresso do PCUS escrito pela direção do partido. O texto seguia rigorosamente a mesma linha do relatório de Krushev: atacava o culto à personalidade, criticava a disciplina militar e a centralização das decisões na mão do Presidium ou do Secretariado<sup>121</sup>. Criticavam “A demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas”, algo “injustificável<sup>122</sup>”, e admitiam-se erros cometidos não só pelo Comitê Central (C.C.) de Stálin, como os erros empreendidos pelo próprio partido brasileiro, afirmando que era “uma atitude idealista supor que os comunistas não erram<sup>123</sup>”. De acordo com o texto assinado pelo C.C. brasileiro, o que os companheiros deviam fazer agora, era assumir os erros e aprender com eles, visto que este era o maior ensinamento que poderiam ter. Pois, o erro era desprezar os lados negativos das suas ações e apenas glorificarem os lados positivos, que eram muitos, faziam questão de salientar. Por isso, apesar de criticar as falhas que foram, e vinham sendo cometidas pelos companheiros soviéticos, o C.C. brasileiro fazia questão de congratular o C.C. da União Soviética pelas suas novas resoluções, entendendo assim, o papel e momento histórico vivido pelo PCUS, já que este vinha tendo “que travar uma luta amarga e impiedosa para defender o Estado socialista<sup>124</sup>”. E apenas com este entendimento era possível fazer qualquer julgamento sobre os atos cometido pelo PCUS.

Contudo, apesar destas aparentes atitudes de “desestalinização”, a URSS desfilaria com seus tanques sobre as ruas de Budapeste naquele fim de ano de 1956, esmagando a explosão de uma revolução popular, e saindo em defesa das estruturas de poder autoritárias de explícito caráter “stalinista” do regime ali vigente<sup>125</sup>. Tudo isto no mesmo ano em que Krushev reconciliava-se com a Iugoslávia de Tito<sup>126</sup>, assumindo a postura de liberdade para

---

<sup>121</sup> FALCÃO, op. cit., p.195.

<sup>122</sup> Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (*Voz operária*, Rio de Janeiro, 20-10-1956) in: CARONE, 1982, op. cit., p.143.

<sup>123</sup> Idem, p.149.

<sup>124</sup> Id., Ibid.

<sup>125</sup> “Uma revolução estourou na Hungria. Ali, o novo governo, sob outro reformador comunista, Imre Nagy, anunciou o fim do sistema unipartidário, o que os soviéticos talvez pudessem tolerar – as opiniões entre eles estavam divididas – mas também a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e sua futura neutralidade, o que eles não iriam tolerar. A revolução foi reprimida pelo exército russo em novembro de 1956”. Derrubaram Nagy, conduzindo Janos Kadar no cargo de primeiro-ministro. HOBBSAWM, op. cit., 1995, p.387.

<sup>126</sup> No XX Congresso do PCUS, Krushev lembrou-se do evento lastimável que fez com que Tito rompesse com Stálin, pela defesa de sua independência, o que levou o líder do Estado iugoslavo a longa lista de renegados pela URSS. Krushev, que criticou as atitudes de Stálin sobre este evento, ofereceu, e em nome da URSS, desculpas públicas pelas campanhas anti-iugoslavas aos militantes presentes.

com as repúblicas populares que quisessem empreender seus próprios caminhos para construção do socialismo. O fim do debate interno, e a centralização do poder, além desta intervenção na Hungria ainda em 1956, deixavam no ar as certezas de que poucas coisas mudavam até ali na URSS. O próprio Stálin não seria criticado pela repressão ao pensamento de Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukhárin, e tantos outros ainda vistos como traidores do movimento comunista mundial, nem pela política de internacionalismo proletário que submetia os Partidos Comunistas do resto do mundo ao PCUS, nem mesmo pela vulgarização crescente do marxismo produzida também neste período por financiamento do Estado soviético, às vezes pela pena do próprio Stálin<sup>127</sup>.

Em alguns lugares do mundo como no Brasil, o caso da Hungria em 1956, comprovaria ainda a hipótese daqueles que, críticos aos posicionamentos do partido sobre os eventos internacionais que envolviam o mundo socialista, como o apoio a invasão soviética na Hungria (que além de tudo desrespeitava a autonomia de um partido comunista que pretendia tomar uma posição independente da posição do PCUS), acreditavam que aqueles tanques soviéticos que passearam naqueles dias pelas ruas de Budapeste, não estavam a destruir apenas a aspiração rebelde e anti-stalinista dos trabalhadores húngaros, mas também a visão de que os partidos comunistas ligados ao stalinismo não poderiam mais ser renovados<sup>128</sup>. Já que no Brasil, a própria resolução do C.C. do PCB sobre a Hungria confirmava essa hipótese, pois seguindo a orientação oficial, apontava a crise húngara como tentativa de derrubada do poder popular por forças contra revolucionárias apoiadas pelo imperialismo, alardeando o discurso oficial do Estado soviético “sem pestanejar<sup>129</sup>”.

Durante o debate interno criado pelas revelações do XX congresso, foi publicada uma carta de Prestes que, preocupado “que a título de liberdade de discussão sejam dadas armas ao inimigo<sup>130</sup>”, marcava a importância da unidade do partido, para além de qualquer discussão. E assim almejava frisar as normas reguladoras ao debate estabelecidas pelo C.C., legitimando-o frente às torrentes de críticas já produzidas, e inevitáveis, já que o C.C. era formado por parte das pessoas que encarnavam os erros cometidos pelo partido até ali. Esta

---

<sup>127</sup> Para mais informações existe vasta literatura, algumas já mencionadas neste trabalho, como GERRATANA, op. cit.

<sup>128</sup> Esta é uma conclusão em escala internacional Cf. PALMER. Bryan D. *Edward Palmer Thompson: Objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.149-174, que fala da cisão do PCGB. A frente veremos, ainda neste capítulo, a posição de Eric Sachs (fundador da POLOP) sobre o assunto, ainda em 1956, no calor dos acontecimentos.

<sup>129</sup> FALCÃO, op. cit., p.217.

<sup>130</sup> Ibidem, p.219.

carta foi à reação necessária para começar a dar fim ao debate, já que, segundo Prestes, citando Lenin, o PC não se tratava de “um clube de discussões<sup>131</sup>”, e por isso recebeu o epíteto de “Carta Rolha”. Dois meses depois de dar início à discussão, ela começava a acabar<sup>132</sup>.

Assim, começa a ser instaurada a censura por parte da direção partidária no maior jornal do PCB na época, principiante do debate, a *Voz Operária*<sup>133</sup>. Falcão relata uma invasão sofrida pelo jornal *Imprensa Popular* – outro órgão nacional da imprensa pecebista – cometidos por militantes do PCB “aliciados pela direção do Partido<sup>134</sup>”. Um evento digno de insultos, ameaças, e agressões. Após este incidente, os jornalistas da *Voz Operária* decidiram abandonar a redação do jornal, que só voltou a circular novamente com a formação de uma nova direção, tendo Mário Alves como editor. Jacob Gorender passaria assumir a edição da *Imprensa Popular*<sup>135</sup>.

Com estas mudanças a direção angariou forças necessárias para projetar tais intervenções, e ao controlar a imprensa partidária fez dela mais uma arma de defesa de seus posicionamentos e principalmente de ataque aos militantes conhecidos como “renovadores”.

Contudo, foi então no momento em que Malenkov, Molotov, Chepilov eram destituídos do Presidium do partido soviético, por teoricamente dificultarem a implementação das renovações propostas no XX Congresso. Que no Brasil eram forjadas as necessidades de se efetivar “mudanças substanciais na direção do PCB como pré-condição para uma virada na orientação política<sup>136</sup>”. Foi assim que em reunião plenária do Comitê Central foram destituídos da direção os velhos comunistas: Diógenes Arruda, João Amazonas, Mauricio Grabois e Sérgio Holmos, vistos como os principais responsáveis pelos “desvios” até então cometidos pelo partido. O grupo dos mais conservadores, aqueles ainda

---

<sup>131</sup> Carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do PCB sobre o debate político (novembro de 1956) in: CARONE, 1982, op. cit., p.155.

<sup>132</sup> FALCÃO, op. cit., p.227-228

<sup>133</sup> Por exemplo, uma carta de Agildo Barata que deveria ser publicada em dezembro, somente foi publicada dois meses depois, em 2 de Fevereiro, o texto da carta apontava esta como a maior crise do comunismo desde a crise que deu fim a II Internacional, e que por isso era necessários novos métodos de ação partidária, além de novas leituras sobre a realidade brasileira. No entanto, além de publicada com atraso, a carta foi ao público já acompanhada de uma resposta de João Amazonas, em certa medida, uma resposta da direção, que apontava os pensamentos de Agildo de não-marxista, e por isso perigosos, “divisionistas”. Assim sua atitude é tachada pela carta de Amazonas de “anti-partidária”.

<sup>134</sup> FALCÃO, op. cit., p.228

<sup>135</sup> Id., ibid., p.230

<sup>136</sup> GORENDER, op. cit., p.26.

publicamente ligados ao stalinismo, ainda defensores da figura de Stálin, começavam a perder espaço dentro do partido.

De acordo com Falcão, em reunião do C.C. em agosto de 1957,

Arruda, Amazonas, Grabois e Sérgio Holmos foram excluídos do Presidium e extinguiu-se a suplência para impedir a subida de Orlando Piotto, primeiro suplente, que não contava com a confiança do 'centro'. Subiram Giocondo, Mario Alves, Calil Chade e Marighella, recém-convertido a 'centrista'. A habilidade, o pragmatismo e o apoio de Prestes garantiam o poder da nova maioria. O C.C designou, ainda, uma comissão para preparar um documento sobre os reflexos do 'culto' dentro do PCB, composta por Moisés Vinhas, Sérgio Holmos, Jover Telles, Leivas Otero e Francisco Gomes<sup>137</sup>.

Para Gorender, militante do PCB na época,

A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Grabois na Comissão Executiva. Especialmente delicado parecia o problema do secretário-geral [Prestes], tão stalinista quanto seus companheiros de alta direção. Ou mais, se fosse imaginável. [...] Apesar disso, consideramos que os problemas do 'culto à personalidade' do secretário-geral se colocava em segundo plano, desde o momento em que ele emitiu sinais de aceitação da mudança na linha política. Aquele problema se resolveria através da prática da democracia na vida interna do partido. De imediato, o fundamental era a nova linha política<sup>138</sup>.

Um novo documento intitulado: *Declaração de março de 1958*, resultante "em grande medida da crise do movimento comunista, nos anos 1956-1957<sup>139</sup>", foi, evidentemente, a forma encontrada pelo partido de dar respostas realistas e eficientes para a superação da crise e continuidade do trabalho político, sem muitas rupturas drásticas. Assim sendo, seguiu as avaliações autocríticas produzidas pelo C.C. sobre o XX congresso do PCUS, e a própria guinada tática que o partido já vinha ensejando, ao assumir que em muitos momentos os comunistas eram "intransigentes, pouco inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados<sup>140</sup>", começavam a atacar o sectarismo do partido que havia "causado sérios prejuízos no trabalho com as massas e com os aliados<sup>141</sup>", e o subjetivismo que os havia levado,

<sup>137</sup> FALCÃO, op. cit., p.239

<sup>138</sup> GORENDER, op. cit., p.26-28.

<sup>139</sup> PRESTES, Ana Leocádia. Da declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Revista Crítica Marxista*, nº32, p.147-174, 2011, p.149.

<sup>140</sup> Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (Voz operária, Rio de Janeiro, 20-10-1956) in: CARONE, 1982, op. cit., p.152.

<sup>141</sup> Idem, p.152.

[...] a incompreensões da realidade, a interpretações mecânicas e unilaterais dos fenômenos, a falsas avaliações de fatos e situações, de suas causas e conseqüências. Sob a forma de empirismo, que subestima a teoria, o subjetivismo nos levou a cometer graves erros; mas é sob a forma do dogmatismo que o subjetivismo mais se manifesta em nossas fileiras. O dogmatismo tem-nos causado grandes prejuízos mediante a repetição mecânica de formulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o PCUS em muitas formas de construção do Partido, apesar da extremas diversidades de condições. A aceitação, sem espírito analítico e crítico, das ideias de comunistas e de partidos comunistas de outros países, era comum em nossa atividade<sup>142</sup>.

Reconheciam assim, que não haviam sido capazes,

[...] de distinguir na experiência histórico-universal da Grande Revolução Socialista de Outubro os traços essenciais, válidos para todos os países e os aspectos particulares e singulares, cuja repetição não pode ser obrigatória fora da Rússia. **Daí porque julgássemos o caminho da luta armada como o único admissível para a revolução brasileira, sem perceber que dentro das novas condições do país e do mundo, havia surgido a possibilidade real de um outro caminho: o do desenvolvimento pacífico**<sup>143</sup>.

Confirmavam a tese já formulada por Kruschew de “renovação” do PCUS que: “A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países<sup>144</sup>”. Compreendia agora, que a “luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial<sup>145</sup>”, e que as condições objetivas da revolução estavam dadas, visto que a situação internacional era favorável “às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil<sup>146</sup>”. Era possível acreditar no caminho pacífico da revolução, já que a nova situação internacional se encontrava favorável à perspectiva socialista. Compartilhavam de um otimismo que confiava na certeza de que o mundo caminhava para o socialismo<sup>147</sup>,

<sup>142</sup> Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (Voz operária, Rio de Janeiro, 20-10-1956) in: CARONE, 1982, op. cit., p.153.

<sup>143</sup> PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.199-200. Grifos meus.

<sup>144</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 183.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Segundo Hobsbawm, no início da Guerra Fria, entre 1947 e o fim da guerra da Coréia em 1953, o mundo passou pelo acirramento dos conflitos e das tensões. O governo americano tentava justificar as suas investidas

confirmando assim, sua contínua adesão às análises e perspectivas do PCUS, livrando-se apenas, do que acreditava ser oportuna naqueles tempos, da imagem de Stálin, e não das suas convicções<sup>148</sup>.

Ora, o contrato de coexistência pacífica produzida na Guerra fria pelas duas grandes potências líderes dos eixos capitalista e socialista, sustentáculo da tese kruscheviana (e nada estranha ao pensamento stalinista<sup>149</sup>) de que cresciam no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo, impulsionava a formulação pecebista das certezas de uma revolução progressiva pacífica no Brasil.

Contudo, para o PCB, este caminho pacífico significava também,

[...] a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinado a ação parlamentar e a extraparlamentar<sup>150</sup>.

Desta forma, acreditava que a tarefa da revolução brasileira não podia ser a da “[...] imediata liquidação do regime econômico-social existente, **mas o da gradual acumulação de reformas profundas e consequentes dentro do próprio regime atual**, chegando até as

---

contra o comunismo internacional com uma caçada comunista feroz. Inclusive, com a institucionalização de uma política interna que causava pânico a parte da população norte-americana. Instalava-se a “caça às bruxas” do Macarthismo. No entanto, após a morte de Stalin, e a vitória do republicano Eisenhower para a presidência dos USA, a política externa de ambos ensaiaram mudanças. Krushev deu início na URSS uma desestalinização da forma de fazer política, acreditando no entendimento entre os dois lados, engendrou uma política de coexistência pacífica onde passou a defender, enquanto política externa, que os diversos países poderiam chegar ao socialismo por caminhos diferentes do caminho percorrido pela URSS, além de considerar ultrapassada a tese de Lênin sobre a inevitabilidade de uma guerra total entre capitalismo e socialismo. Tudo isto para influenciar os partidos comunistas de outros países a assumirem posturas menos agressivas. Tudo pela manutenção de uma fracassada política de coexistência pacífica, que viria a fim, logo depois dos inúmeros momentos de tensões dos anos 1960. HOBBSAWM, 1995, op. cit.

<sup>148</sup> É importante salientar aqui que esta ideia de coexistência pacífica já estava no relatório de Krushev e em sua política de desestalinização, apesar de ter o foco enquanto política externa.

<sup>149</sup> O Estado Soviético nos tempos de Stálin já afirmava que a URSS caminhava a passos largos para a sociedade comunista (estágio superior da evolução da humanidade), e com isso carregava consigo um bloco de países na mesma direção. Assim, esta “lei inexorável” da história que levava o mundo ao comunismo a reboque da URSS, possibilitava a defesa da política de não enfrentamento violento, pois o amadurecimento natural da história levaria as mudanças que não necessitavam então de rupturas drásticas.

<sup>150</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.192. Grifos meus.

transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento histórico brasileiro em sua presente etapa<sup>151</sup>”.

Era assim que o PCB acreditava deixar de lado a sua visão fatalista da revolução, e a obrigatoriedade da utilização da violência revolucionária (ou “solução não pacífica” eufemismo para se referenciar a violência). Não veriam mais os governos trabalhistas como de “traição nacional” (como aprovado no IV Congresso de 1954), e nem exigiam mais a derrubada destes. Pelo contrário, ao deixar para trás a forma de luta aprovadas no seu IV Congresso e contidas no documento de *Agosto de 1950*, o discurso áspero, etc.<sup>152</sup>, o PCB passaria a assumir uma postura de disputa interna destes governos, dando assim, uma nova visão aos processos eleitorais, que antes eram taxados de farsa. Contudo, continuavam a manter sua leitura da realidade, e a concepção estratégica de revolução nacional, democrática burguesa, anti-feudal<sup>153</sup>.

Produzida em momento de aceleração vertiginosa da acumulação capitalista que era embalada pelo programa político do governo JK de desenvolvimento econômico de “cinquenta anos em cinco”, a *Declaração de março de 1958* reconhecia o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mesmo fazendo questão de salientar que este era um processo ainda inconcluso, que não se completara. Foi partindo de uma visão evolucionária das relações produtivas mundiais – operação comum às análises pecebistas – que a *Declaração de março de 1958* constatava que este avanço do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, impulsionava a democratização da vida política nacional, fazendo aprofundar uma contradição existente entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano, o que

---

<sup>151</sup> PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocritica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.198.

<sup>152</sup> Este documento pregava a proposta de formação de uma estrutura sindical paralela aos sindicatos existentes, por estes serem vistos enquanto apêndices do Estado burguês e latifundiário brasileiro. Sem, contudo, indicar, o abandono da proposta estratégica de união nacional e, aliança com a burguesia, incorporava severos ataques ao presidente Vargas, que era intitulado de “agente do imperialismo”, fazendo-se necessário ser derrubado pelas armas de um governo “democrático popular”. Um documento que transparecia uma nítida influência da revolução chinesa, incidida em 1949. Esta estratégia política do PCB foi efetivada em torno de 1948 e perdurou até 1954 Cf. “Frente Democrática de Libertação Nacional (Agosto de 1950)” Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 114.

<sup>153</sup> Importante salientar que apesar de alimentada pela crise comunista internacional de 1956-1957, esta “nova política” pecebista, agora sistematizada em um documento, tinha também raízes nos conflitos políticos estritamente brasileiros, como pôde ser visto anteriormente, em referência à reação popular à morte de Vargas. O PCB já entrava em contradição com parte de sua tática política aprovada em seu IV congresso (1954), quando participara das eleições presidenciais de 1955, da luta pela posse e, do próprio governo de Juscelino Kubitscheck. O partido fez parte de uma frente que deu suporte à eleição do presidente JK e contribuiu para a estabilidade de seu governo.

ocasionava a luta interna no Brasil entre as forças de apoio ao progresso e independência nacional, e as forças ligadas ao imperialismo, tachadas de “entreguistas”.

Fazia então a defesa a extensão da legalidade em benefício das massas e acumulação de reformas na estrutura econômica e política da democracia burguesa, até que este acúmulo de forças levasse a classe operária à realização das transformações radicais, impulsionadas pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. Estas transformações seriam produzidas a partir do amadurecimento de uma consciência nacionalista, anti-imperialista, propulsora de uma intervenção democrática que empreitasse uma ruptura pacífica. Possível, haja vista o fato de que cresciam “no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo<sup>154</sup>”.

Ao acreditar que o “movimento nacionalista [vinha] exercendo influência para elevar a consciência anti-imperialista das massas<sup>155</sup>”. Os comunistas do PCB consideravam de que era

[...] necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar o seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, de outro lado<sup>156</sup>.

Desta forma, empenhavam-se na construção e manutenção de uma “frente única” de libertação nacional, forjada pelas forças nacionalistas, progressistas e democráticas, baseada na aliança entre operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional (que em muitos momentos entrava em choque com as forças capitalistas internacionais – acreditava o PCB), que levasse o Brasil a uma revolução democrática nacionalista. Foi através dessa “Frente” que o PCB passou a disputar a todo o momento espaço dentro do governo de Kubitschek, e do parlamento, contra as forças imperialistas. Este governo era, de acordo com o PCB, heterogêneo em sua “formação”, possuindo os que lutavam pela emancipação nacional, e os que apoiavam a subordinação ao poderio imperialista norte-americano. E foi através desta proposta que o partido orientou-se para o apoio a candidatura do confesso anti-comunista Marechal Lott nas eleições de 1960, visto ser ele o candidato representante da frente única nacionalista e democrática nas eleições.

---

<sup>154</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.181.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Idem.

Apesar de ter sido aprovada com os votos contrários de Mauricio Grabois e João Amazonas, não seria difícil concordar que “Naquele momento histórico, a aprovação da *Declaração de Março* contribuiu decisivamente para garantir não só a unidade como a própria sobrevivência do PCB<sup>157</sup>” que estava seriamente abalado pela crise comunista mundial que foi impulsionada pelo XX congresso do PCUS. Ela representou a unidade necessária que levou o partido a ratificá-la em seu V congresso em 1960, tomando-a como base para a proclamação da “nova política” pecebista, mesmo com os chamados “conservadores” fazendo sua crítica e sendo oposição no Congresso.

Ao tratar da estrutura agrária nacional, o PCB, na *Declaração de Março*, constatava um grave problema:

[...] As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário<sup>158</sup>.

Esta leitura foi ratificada pela resolução política do V Congresso de 1960, mantendo basicamente as mesmas caracterizações. A resolução de 1960 começa com a discussão sobre estrutura agrária nacional, afirmando que “o Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra<sup>159</sup>”, e que:

[...] o monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno<sup>160</sup>.

Sendo assim, os latifundiários eram a classe mais reacionária, visto que “encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças

---

<sup>157</sup> PRESTES, 2011, op. cit., p.148.

<sup>158</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.177.

<sup>159</sup> Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, 1982, op. cit., p.211.

<sup>160</sup> Idem.

produtivas<sup>161</sup>". Assim, "Os interesses permanentes da classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira<sup>162</sup>".

Desta forma, o que o PCB combatia era o atraso econômico que representava o trabalho do campo "semi-feudal". Vendo assim, o latifundiário como classe que emperrava o avanço produtivo do Brasil, devendo ser, por isso, combatido, para que fosse eliminada a estrutura agrária atrasada do país. Era necessário investir em uma aliança dos trabalhadores urbanos e do campo com a burguesia industrial nacionalista, vista como progressistas e modernos em contraposição, aos setores atrasados e retrógrados, "identificados nos representantes do latifúndio e do imperialismo no Brasil<sup>163</sup>". Já que "Com a penetração do capitalismo na agricultura" com influência imperialista, "combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo<sup>164</sup>".

Diante disso, o caminho em busca do socialismo, continuava tendo que enfrentar uma primeira etapa de luta anti-feudal, além é claro, de anti-imperialista, já vista o fato de que o Brasil também sofria "a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria<sup>165</sup>". Porém, diferente da visão de estagnação econômica provocada pelo imperialismo anteriormente formulada, na nova linha política, a ação monopolista norte americana não era mais vista como um empecilho ao desenvolvimento, mas como um dos fatores que prejudicavam apenas o pleno desenvolvimento, já que eles se apropriavam "de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e provocam graves deformações na economia nacional<sup>166</sup>". Isto porque já se admitia, como mencionado, o desenvolvimento econômico pela qual passava a nação, somente apontava o imperialismo e o latifúndio como um contínuo obstáculo para um melhor desempenho no desenvolvimento capitalista.

---

<sup>161</sup> Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, 1982, op. cit., p.211.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Comitê Central do PCB "Declaração sobre a política do PCB" (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.177.

<sup>165</sup> Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, 1982, op. cit., p.210.

<sup>166</sup> Idem, p.211.

O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo ianque conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apoiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Estas forças constituem o apoio social interno do imperialismo, atuam dentro e fora dos órgãos do Estado para manter e agravar a situação de dependência do País. Embora minoria ínfima, dispõem de grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal<sup>167</sup>.

Mas esta luta o PCB acreditava que deveria ser travada ao lado de muitos outros grupos, inclusive a burguesia, já que,

A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculos à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista<sup>168</sup>.

É por acreditar que a oposição de setores da burguesia nacional “à dominação imperialista” pudesse “encerrar um potencial revolucionário” que o PCB passava a ter esta estratificação social burguesa (a “burguesia nacional”) enquanto aliada nos primeiros passos que iriam em busca da revolução socialista brasileira. Pois, acreditavam que no Brasil, conviviam, “na etapa atual da sua história<sup>169</sup>”, duas contradições fundamentais.

[...] a primeira é a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura<sup>170</sup>.

Concluía tendo como certeza de que o “desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais<sup>171</sup>”. Mas, reconhecia que o Brasil enquanto um país capitalista padecia também da contradição entre:

**[...] o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes do nosso**

<sup>167</sup> Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, 1982, op. cit., p.218.

<sup>168</sup> Idem, p.211-212.

<sup>169</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.183.

<sup>170</sup> Idem, p.184.

<sup>171</sup> Idem.

**país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo<sup>172</sup>.**

Assim, o PCB deixava em segundo plano a principal contradição do sistema capitalista, contradição que envolve a burguesia e o proletariado (capital e trabalho), e que tem como fruto, justamente, a luta de classes. Desconsidera, afirmando que haveria uma primeira contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano, reafirmando o entendimento sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, englobada na leitura da realidade latino-americana do Programa da Internacional Comunista adotado pelo VI congresso da III I.C. Por isso, fazia-se necessário uma aliança com a burguesia, pois para resolver esta primeira contradição, era necessária então uma colaboração entre as classes:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. **Embora explorado pela burguesia, é do interesse aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista<sup>173</sup>.**

Assim sendo, o partido estruturava sua revolução em duas etapas primordiais. A primeira pretendia romper o atraso do sistema capitalista brasileiro, com a aplicação de uma luta nacionalista democrático-burguesa, anti-imperialista e, logicamente, anti-feudal. Esta era uma etapa configurada na luta pela emancipação nacional. Etapa que tornava necessária uma união com a burguesia nacional, importante para superar o primeiro estágio, que colocaria fim as regiões atrasadas do Brasil, desenvolvendo-as, e libertando a nação do imperialismo, tornando-o independente, primordialmente do capital norte-americano. Tudo isso embalado pelo caminho não violento propiciado pela coexistência pacífica. Assim, a luta pela paz, democracia e independência nacional estavam imbricadas e tornavam-se uma só. Somente depois desta primeira etapa, seria possível desenvolver as condições objetivas necessárias para a revolução socialista, já que na atual situação do país não havia condições para “transformações socialistas imediatas<sup>174</sup>”, pois, como bem sabiam os comunistas do PCB, mesmo “marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia [e] o

---

<sup>172</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.184. Grifos meus.

<sup>173</sup> Idem, p.187.

<sup>174</sup> Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, 1982, op. cit., p.217.

proletariado [possuíam] também interesses contraditórios<sup>175</sup>”. Somente a partir do vencimento do primeiro estágio, tínhamos no Brasil a abertura de um novo processo que possibilitasse avançar na segunda etapa do processo revolucionário pecebista, uma revolução verdadeiramente socialista em solo brasileiro.

Desta forma, sua estratégia revolucionária – a mesma desde os anos 1930 que era novamente reconfirmada, agora pela nova virada tática expressada pela *Declaração de março de 1958* –, preconizava uma primeira revolução que implantasse “mais capitalismo”, ou seja, acrescesse mais características capitalistas na sociedade brasileira. Para que daí fosse possível uma revolução socialista. O partido queria cada um dos resultados porque faziam parte das etapas necessárias, como afirmou o filósofo Merleau-Ponty sobre esta mesma estratégia do Partido Comunista Francês, o partido aceitava “no varejo o que não [queria] no atacado<sup>176</sup>”.

Eis os elementos primordiais da teoria da revolução brasileira preconizados pelo PCB, norteadoras das suas ações no momento histórico em que se deu seu maior crescimento político. Ao buscar compor a parte nacionalista que fizesse assim a disputa contra o lado “entreguista”, o partido passou empreender uma tática de luta por uma política exterior independente e de paz, pelo desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, pela reforma agrária em favor das massas camponesas, consolidação e ampliação da legalidade democrática, e elevação do nível de vida do povo<sup>177</sup>. Sendo “necessário dar a maior atenção à luta pelos interesses vitais das massas trabalhadoras e populares, particularmente contra a carestia de vida<sup>178</sup>”. Foi através destas concepções gerais e táticas de luta que o partido empenhou-se nos pleitos eleitorais e nos enfrentamentos sindicais e políticos mais amplos durante os primeiros anos de 1960. Tendo sido a força dominante no campo do marxismo brasileiro destes tempos, e assim, o maior interlocutor deste campo com os trabalhadores organizados, força motriz da revolução socialista.

---

<sup>175</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit., p.187.

<sup>176</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. Tradução Claudia Berliner; revisão técnica e da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.228.

<sup>177</sup> Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, 1982, op. cit.

<sup>178</sup> A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do C.C. do PCB (abril de 1957) in: CARONE, 1982, op. cit., p. 170.

Contudo, como veremos a seguir, tais teses da revolução brasileira lhe renderam algumas duras críticas, de seus membros e não membros<sup>179</sup>. A própria prática sindical do PCB muitas das vezes acabava por não coadunar com a orientação estratégica exposta acima, como demonstrou Santana<sup>180</sup>. Além disso, muitos criticaram a crença em uma burguesia revolucionária, a ideia de que as relações pré-capitalistas existentes obstaculizavam o amadurecimento do capitalismo no país, e assim, de que o Brasil necessitava ainda de uma etapa revolucionária democrático-burguesa. As críticas chegavam à própria acusação de que o partido se encontrava em uma condição de submissão ao PCUS.

Assim, outros grupos de esquerda desafiaram o Partido Comunista no próprio campo do marxismo. Ao apresentarem suas críticas, formularam as “saídas” para os limites expostos pelo PCB. Primeiro os trotskistas, que com grupos organizados no Brasil desde os anos de 1930, hegemonizaram as críticas ao Partido Comunista.

### 3. Forjando a contestação<sup>181</sup>

No Brasil, o trotskismo foi uma corrente política importante para à oposição ao stalinismo dentro do campo do marxismo, contribuindo para a superação de alguns limites pecebista, e formação de outra perspectiva revolucionária, que foi, até certa medida, assimilada pelos grupos que deram origem a POLOP. A diluição do trotskismo no Brasil começa através dos embates no interior do próprio PCB já nos anos de 1920 mantendo íntima relação com o desenrolar dos debates na III I.C. As críticas e discrepâncias com a direção do PCB (ligada ao stalinismo) ganham corpo e organicidade a partir da formação do Grupo Comunista Lênin, e da Liga Comunista do Brasil, um núcleo de militantes recém-desligados do PCB, no início dos anos de 1930<sup>182</sup>. Para estes críticos, o Brasil era entendido

---

<sup>179</sup> Como os derrotados do debate interno, aliados da direção do partido no processo de 1956-57, futuros fundadores de um novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Caio Prado Jr. que mesmo militante do PCB, foi um profundo crítico da concepção de revolução do partido, e da caracterização histórica que o PCB formulava sobre o Brasil, sendo que tais críticas foram reunidas em uma obra clássica no pós-64, a saber, PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense; 7ª edição, 1987.

<sup>180</sup> SANTANA, op. cit.

<sup>181</sup> Relembrando que parte do que foi exposto na seção anterior e será exposto nesta, constam, com algumas alterações, e acréscimos, em uma etapa anterior desta pesquisa. Cf. NOBERTO, op. cit.

<sup>182</sup> KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.134-136.

“enquanto país capitalista, sem resíduos feudais<sup>183</sup>”, o que fez com eles delimitassem outros contornos à revolução social.

Em janeiro de 1937 foi fundado o POL (Partido Operário Leninista), que ao se aproximar de dissidentes do PCB, deram origem ao Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. Em 1939 foi a vez da fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR)<sup>184</sup>.

Durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial o PSR foi um dos muitos agrupamentos marxistas que sofreram extrema repressão, dificultando a sua organização. Algo que perdurou após o fim da segunda guerra. Já o stalinismo encontrava-se bem mais forte, graças ao sucesso econômico e, primordialmente, bélico da URSS, e o assassinato de seu principal crítico internacional: Trotsky. Contudo, apesar da morte do líder bolchevique, sua tradição política continuava viva, e apresentava inúmeras análises discordantes ao stalinismo sobre a realidade brasileira. De acordo com os estudiosos sobre o trotskismo no Brasil:

O maior legado do trotskismo no Brasil foi ter oferecido à esquerda marxiana um outro curso de entendimento da realidade social. Não mais fundado na compreensão de uma feudalidade [...], não pautado numa visão de realidade colonial, semicolonial, que impediam o enfrentamento com as especificidades próprias de um capitalismo nas franjas do imperialismo monopolista, mas, nem por isso, dele desconectado, imune ao contraditório processo de avanço/ obstáculo<sup>185</sup>.

[...] os trotskistas entenderam o imbricamento capital nacional / internacional. *‘Nós, trotskistas, sustentamos [contra Prestes e o PC] que a burguesia nacional, com Simonsen à sua testa, está associada ao imperialismo, e que não é possível separar a luta contra o imperialismo da luta contra a burguesia nacional’*<sup>186</sup>.

Depois de ter sido expulso da URSS, Trotsky chegou a viver na América Latina, mas especificamente no México, onde traçou análises sobre a realidade latino-americana que foram assimiladas, de alguma forma, por parte da esquerda comunista brasileira. Foi valendo-se da sua conhecida *lei de desenvolvimento desigual e combinado*, que Trotsky constatou que os países latino-americanos, poderiam sim ser pensados enquanto países “coloniais” e “semicoloniais”, contudo, dentro de um sistema internacional de relações, que

<sup>183</sup> FERREIRA, Pedro Roberto. *O Brasil dos Trotskistas 1930 - 1960*. Os Trotskistas no Brasil Arquivo Edgar Leurentho, Cad. AEL, v.12, n.22/23, Campinas, 2005, p.28.

<sup>184</sup> KAREPOVS; MARQUES NETO, op. cit., p.137-138.

<sup>185</sup> FERREIRA, 2005, op. cit., p.52.

<sup>186</sup> *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 20, 1947, p.1 apud Ibidem p.36. Grifos do autor.

determinava que eles não poderiam reproduzir da mesma forma os mesmos estágios das revoluções burguesas dos países de capitalismo amadurecido<sup>187</sup>.

Essa relação combinada de desenvolvimento desigual entre os países “atrasados” e os “avançados” fazia com que, nos países “atrasados”, certos elementos oriundos dos mais “avançados” fossem assimilados por eles e convivessem assim, com outros considerados “arcaicos”, próprios, porém, do atraso de seu desenvolvimento. Desta forma, relações tipicamente capitalistas conviviam, nestes países, com relações primitivas, pré-capitalistas<sup>188</sup>.

Essa relação determinava quais as classes que deveriam ou não realizar as tarefas necessárias para a revolução socialista, e muitas vezes, Trotsky acreditou que o proletariado seria o comandante das etapas não mais realizáveis pela burguesia de seus países. Pois, esta lei de desenvolvimento embalava a tese da *revolução permanente*, que produzia as constatações de que a burguesia havia deixado há muito tempo de ser uma classe revolucionária, e que por sua condição atual conservadora, não podia mais dirigir a Frente de uma revolução democrático-burguesa necessária dos países “coloniais” e “semicoloniais”. O que fazia com que esta Frente tivesse que ter o proletariado como seu comandante. Que ao hegemonizá-la, não deteria apenas nela, e “rumaria para resolver outras tarefas, desta vez anti-capitalistas, transformando a revolução inicialmente democrática em socialista, estendendo-a a outros países<sup>189</sup>”.

Foi valendo-se destas teses (a lei de desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente) que Trotsky avaliou boa parte da realidade latino-americana. Oferecendo aos seguidores, ensinamentos, que logo assimilado pelos militantes brasileiros, traçavam para o país um novo entendimento de sua realidade.

O capitalismo brasileiro assim entendido, na opinião dos trotskistas, não comportava uma revolução democrática. Menos ainda, uma revolução democrática no paradigma leniniano, por carência na realidade social brasileira das forças sociais necessárias. Mas se caso essa se realizasse, com certeza se determinaria no âmbito da socialista, o que imediatamente suprimiria sua fase, criando novas condições ao proletariado revolucionário<sup>190</sup>.

---

<sup>187</sup> TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2007, passim.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> KAREPOVS; MARQUES NETO, op. cit., p.120.

<sup>190</sup> FERREIRA, op. cit., p.53.

Por isso,

Pode-se afirmar, com alguma correção, que a presença da crítica trotskista na realidade brasileira cumpriu com muita propriedade a tarefa de salientar a existência de uma alternativa dentro do marxismo, que, ao negar o stalinismo e seus efeitos, denotou esforços na construção da credibilidade ao movimento revolucionário da classe trabalhadora assalariada<sup>191</sup>.

Nos anos 1950, o movimento trotskista passaria por uma ruptura, quando a sua Internacional adotou a tática do “entrismo”, influenciada pelo seu secretário-geral, o grego Michel Raptis (“Pablo”), que acreditava ser impossível permanecer neutro à bipolarização do mundo na Guerra Fria, que dividia o mundo entre capitalistas e stalinistas, e que aliado a isso, o capitalismo passa por uma crise permanente que se agravava com o passar dos anos. Sendo necessário então, empreender um “apoio crítico” à URSS e aos stalinistas de outros países entrando em seus partidos comunistas para, dentro deles, constituir uma “oposição de esquerda” que viabilizasse a disputa de seus programas por “dentro”, e assim transformam-se os PC’s em partidos verdadeiramente revolucionários, habilitando-os a tornar-se a vanguarda do proletariado.

Tal posicionamento foi de encontro às convicções políticas de Hermínio Sacchetta, principal liderança da seção brasileira da Internacional trotskista, que rompeu com o PSR por não concordar com o “entrismo” de Pablo, mas principalmente, por discordar sobre o caráter da URSS assumida pelo movimento trotskista ligado a IV Internacional.

A IV Internacional mantinha o posicionamento de Trotsky sobre o caráter político da União Soviética<sup>192</sup>. O líder russo acreditava que a URSS continuava assentada sobre uma estrutura socialista, apesar do stalinismo. Entretanto, afirmava que a vivência sobre dominação da burocracia criara certa contradição entre “estrutura” econômica e “superestrutura” política, que deveria ser rompida. Podendo sê-la, porém, apenas com uma revolução política protagonizada pelo proletariado. Acreditava que depois de alguns anos, como a revolução não conseguiu se internacionalizar e expandir-se para outros países, ela acabara se degenerando com tempo, depois de ser traída por Stalin. A derrota da revolução internacional provocara a burocratização da URSS, e a burocratização impedira novos fôlegos possíveis para a revolução internacional. O “monolitismo policialesco do Partido” era prova da degenerescência desnecessária à qual Stalin levava a União Soviética, fruto de uma

---

<sup>191</sup> FERREIRA, op. cit., p.53.

<sup>192</sup> TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, Global Editora, Brasil, 1980, passim.

forma equivocada de “enfrentar problemas de direção política da sociedade soviética atrasada”. Contudo, a degenerescência não promovera uma mudança na base econômica socialista gerada pela revolução de 1917<sup>193</sup>.

Partindo do princípio de que a estrutura socioeconômica da URSS mantinha ainda condições socialistas, e de que o que havia era uma simples contradição entre a estrutura socialista e superestrutura política degenerada, Trotsky defenderá a posição de que a burocracia na URSS não havia se tornado uma classe, o que se assim o fosse, forçá-lo-ia a caracteriza-la ainda enquanto uma sociedade dividida em classes. Não. Para Trotsky, a burocracia tinha, sem dúvidas, roubado politicamente o proletariado, entretanto, não poderia ser considerada uma classe dominante já que não possuía os títulos de propriedade, que são a única base sobre a qual se fundamenta a dominação de classe. Acreditava que a burocracia era sempre um instrumento administrativo e nunca poderia ser pensada enquanto classe. Gozava de inúmeros privilégios por ser administradora do poder do Estado, mas não detinha as forças produtivas de forma privada, o que impedia de pensa-la enquanto uma classe, tipo a burguesia. A burocracia traía a revolução, mas *ainda* não havia modificado “o sistema de relações sociais que brotou da revolução” de 1917. A revolução deveria ser então estritamente política, sem necessidade de uma mudança estrutural (social). Contudo, Trotsky via esta situação da URSS como um momento de transição para o socialismo, emperrado de burocratismo, é evidente. Assim, esta situação fazia de Stálin: chefe máximo, cultuado por necessidade da burocracia que precisava de um juiz supremo inviolável<sup>194</sup>.

Esta é a tese que caracteriza a URSS de “Estado operário degenerado”, assumida pelo movimento trotskista ligado a IV Internacional, que acabou, contudo, por provocar a dissidência de alguns militantes trotskistas, que mantiveram uma divergência com tal tese, por não concordarem que a URSS pudesse ser pensada enquanto um país socialista, já que mantinha a exploração do trabalho, e a produção não era dirigida pelos seus produtores, condições essenciais para se pensar uma estrutura socialista. Assim, defenderam a tese que caracterizava a URSS enquanto “capitalismo de Estado<sup>195</sup>”, haja vista o fato de que os meios de produção, assim como os produtos frutos do trabalho, pertenciam ao Estado.

---

<sup>193</sup> TROTSKY, 1980, op. cit., passim.

<sup>194</sup> Idem, passim.

<sup>195</sup> Segundo Murilo Leal, esta tese tem nos trotskistas norte-americanos, entre eles Max Schachtman, seus principais formuladores. LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.26.

Hermínio Sacchetta, importante militante do PSR, foi um dos trotskistas brasileiros que adotaram a tese de “capitalismo de Estado”, da ala dissidente da IV Internacional, para caracterizar a URSS. E assim sendo, desiludido com a posição política de sua Internacional, afastou-se do PSR (que logo foi dissolvido pela própria IV I.C.) e do trotskismo. Formou alguns anos depois, ao lado de outros companheiros, a Liga Socialista Independente (LSI), organização que surgiria em contraposição à tentativa de reorganização dos trotskistas brasileiros emplacado pela fundação do Partido Operário Revolucionário (POR)<sup>196</sup>.

É Moniz Bandeira, sobrinho de um famoso trotskista do Rio de Janeiro, Edmundo Moniz (ex-militante do PSR), que relata um pouco sobre este momento, quando,

Manuel procurou Edmundo Moniz, em cujo apartamento eu morava, eu vim com ele a São Paulo, onde então me reuni com Crispim, os irmãos Fausto (Boris, Rui e um outro). Mas nem eu nem Sacchetta nem Alberto Luiz [da Rocha Barros] aceitávamos a conceituação da URSS como estado operário degenerado, nem as posições que considerávamos muito sectárias dessa pessoa. E por isso decidimos criar a Liga Socialista Independente. (eu escrevi o programa e Alberto Luiz os estatutos)<sup>197</sup>.

Assim sendo, a LSI foi formada em 1956 por um grupo de militantes em busca de uma nova organização, ao mesmo tempo revolucionária, marxista e anti-stalinista. Muitos destes militantes eram egressos, ou mantinham intima relação com o trotskismo. Faziam parte dela: o velho militante comunista Hermínio Sachetta, sem dúvidas o mais experiente do grupo; Moniz Bandeira, sobrinho de Edmundo Moniz, militante trotskista; e, fundamentalmente alunos da USP, como Alberto da Rocha Barros, estudante de física e filho de um dos fundadores do PSR: Alberto Moniz da Rocha Barros; e os estudantes do curso de ciência sociais, como os irmãos Sader (Eder e Emir), sobrinhos do sociólogo Azis Simão que manteve relações políticas com o trotskismo; Michael Löwy e Gabriel Cohn. A LSI contou também com presença inicial de Paul Singer e, Mauricio Tragtenberg (também ex-militante do PSR), que, segundo afirmou Moniz Bandeira, saíram tempos depois<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup> Fundado entre 1952-1953. Para mais informações sobre a história do POR Cf. a dissertação ou livro de Murilo Leal Pereira Neto que sofreu do autor algumas alterações e supressões. PEREIRA NETO, 1997, op. cit. ou LEAL, 2004, op. cit.

<sup>197</sup> Depoimento de Luiz Alberto Moniz Bandeira em COGGIOLA Oswaldo. “O Trotskismo no Brasil (1928-64)”. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (org’s). *Corações Vermelhos*. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 266.

<sup>198</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007, p.42.

Assim sendo, ao ser formado por militantes que de alguma forma compartilhavam de uma tradição marxista como o trotskismo, a LSI seria mais uma organização que surgiria, também enquanto oposição ao Partido Comunista do Brasil.

A LSI possui uma história impar na esquerda brasileira. Formulou uma orientação política que ia categoricamente a contrapelo dos lugares comuns da esquerda brasileira da época. Pois, recusou o populismo, o nacionalismo, a ideologia do desenvolvimento e a política das reformas, insistindo na necessidade de uma orientação classista, internacionalista, revolucionária, e socialista. Além disso, apesar das relações de seus militantes com o trotskismo, Michael Löwy fala sobre a LSI enquanto uma organização luxemburguista, pois criticava a forma de organização revolucionária leninista inscrita no ilustre *Que Fazer?*, visto pelos fundadores da LSI como precursora natural da autoritária forma de organização empreitada pelo stalinismo.

Lenin era visto como um personagem autoritário, que tinha sido criticado por Rosa Luxemburgo pelo viés autoritário que tinha dado ao movimento revolucionário, e como o responsável, até certo ponto, pelo que aconteceu depois na União Soviética. Dentro da minha formação política, que era luxemburguista estrita, o leninismo era visto como algo pelo menos ambivalente e criticável. E o Trotski era criticado por ser leninista. Embora vários dos companheiros com os quais estávamos ligados fossem de origem trotskista, como o Sacchetta, havíamos chegado a um balanço crítico em relação a Trotski<sup>199</sup>.

Em seu conhecido livro sobre a luta comunista no Brasil, o historiador Jacob Gorender chega a citar um documento escrito por Sacchetta, provavelmente na década de 1950, – “Relatório Sobre Questões da Política Organizatória no Domínio Socialista” – onde o autor enfatiza o fracasso do trotskismo apontando como contribuição válida àquela tradição apenas a crítica ao stalinismo, e de acordo com Gorender, o mesmo texto ainda propunha, “a formação de um partido marxista democrático, na linha de Rosa Luxemburgo<sup>200</sup>”.

---

<sup>199</sup> Entrevista de Michael Löwy aos professores Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis em 11 de setembro de 1996, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Publicado na internet com título: “*Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy*”. <http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>. Acessado em 21/08/2013.

<sup>200</sup> GORENDER, op. cit., p. 162.

Sobre Sacchetta, Löwy afirmou que ele “Tinha em sua casa um retrato de Trotsky, que nos mostrava com um comentário que resumia tudo: ‘Apesar de bolchevique, foi um grande homem!’<sup>201</sup>”.

Moniz Bandeira também confirma a inclinação luxemburguista da LSI, ao afirmar em entrevista, anos depois da sua fundação, que “essa Liga Socialista que nós fundamos era mais luxemburguista<sup>202</sup>”. Já Löwy, ao falar sobre seu relacionamento com a Liga Socialista Independente e seus militantes, enfatiza ainda mais a postura luxemburguista empregada pela Organização.

A LSI nunca passou de um grupo de 20 pessoas (no máximo), que publicava um pequeno jornal, Ação Socialista. A maioria dos membros eram jovens estudantes. O único operário era um sapateiro de origem anarquista. O que nos reunia era, antes de tudo, o culto a Rosa Luxemburgo: Desiludido do bolchevismo, Sacchetta via no marxismo luxemburguista a verdadeira resposta ao eterno problema do movimento operário – a síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade. (...). **O retrato de Rosa Luxemburgo era a única decoração no austero quatinho da Brigadeiro Luiz Antônio que servia de sede à “Liga”<sup>203</sup>.**

Parece estar claro que os militantes da LSI reivindicavam a herança política de Rosa Luxemburgo, para defenderem a democracia e liberdade do socialismo. A repulsa de seus militantes à ideologia stalinista, pensamento dominante no campo da esquerda marxista da época, tornou-se a força inicial que levou os fundadores da LSI a uma aproximação as críticas trotskistas. Porém, a imagem de Trotsky, de bolchevique, ligada, inevitavelmente, à URSS, levou os militantes da LSI a livrarem-se da sua imagem, levando-os a outras paragens como justificativa. Rosa Luxemburgo foi nome fácil de atração destes, por ter sido ela, crítica do próprio Lênin. O destaque atribuído por Rosa à democracia e liberdade fez, para estes militantes, a contraposição ao autoritarismo e anti-humanismo bolchevique, tendo sido ela justamente crítica da falta de democracia na Rússia ainda na década de 1910<sup>204</sup>. Foi isto que a tornou fascinante para estes militantes, sendo a teórica responsável pela expressão dos sentimentos anti-bolchevistas esboçados por eles.

<sup>201</sup> LÖWY, Michael. “Testemunho”. In: SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1992, p. 82.

<sup>202</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.42.

<sup>203</sup> LÖWY, Michael. “Testemunho” In: SACCHETTA, op. cit., p. 81. Grifos meus.

<sup>204</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Revolução Russa* in: LUXEMBURGO, Rosa. *Rosa, a vermelha: vida e obra de Rosa Luxemburgo*. VARES, Luiz Pilla (org.); 2ª ed. revista, São Paulo: Busca Vida, 1988.

De fato os militantes da LSI tentavam fugir de certo enrijecimento bolchevique na sua forma organizativa, dando ênfase ao que chamaram de “democracia interna<sup>205</sup>”. Enfatizavam a substituição constante dos secretários através do impedimento da reeleição para os mesmos cargos, para que fosse garantida assim, a rotatividade dos secretários dos organismos superiores. Desta forma, ao ressaltarem tanto a liberdade partidária, criticando, por exemplo, os partidos comunistas ligados ao PCUS, que mesmo depois do XX congresso e da denúncia do culto à personalidade continuavam estruturados através de formas organizatórias autoritárias<sup>206</sup>, pretendiam, talvez, reforçar certo luxemburguismo. Já que a própria Rosa polemizou em vida com Lênin sobre a questão que envolvia o tipo de organização de que necessitava a classe proletária, enfatizando justamente a liberdade das massas e atacando o que acreditava se tratar do ultra-centralismo do partido proposto pelo líder russo.

Entretanto, quando partiram para a análise da realidade brasileira, se aproveitaram de inúmeros resultados antes expostos por Trotsky, valendo-se também de alguns conceitos trotskistas. No caso do Brasil, reconheceram o atraso econômico do país que aparentava ainda ser um país semicolonial, que por não ter passado por uma necessária reforma agrária, matinha um latifundiário forte que explorava a terra e o trabalho de forma primitiva, causando uma superexploração do trabalhador, quase que com a manutenção de trabalhos servis, originando sérios problemas práticos, já que o trabalho no campo era mais explorador e atrasado em comparação com o industrializado. Afirmavam também que o Brasil ainda não havia se libertado do imperialismo o que fazia com que a burguesia nacional assumisse uma postura de dependência a este.

A LSI reconhecia este, enquanto um dos problemas fundamentais brasileiros, a saber, a sujeição do país ao imperialismo. Entretanto, diferentemente do PCB relaciona o imperialismo com a burguesia nacional, pois o imperialismo, com seus empréstimos, incentivos, ou mesmo através de intervenções militares, contribuía para que a burguesia nacional daqueles países, que são incapazes e fracas, se mantivesse no governo. Assim, “Ao mesmo tempo que concede esse amparo às burguesias das regiões subdesenvolvidas, o

---

<sup>205</sup> *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956. CEDEM UNESP, POLOP: Doc. 0123-0137.

<sup>206</sup> *Idem*.

Imperialismo arranca para si, através dessas mesmas burguesias, largas parcelas das rendas nacionais<sup>207</sup>”.

Diante disso, a LSI arremata: “As veleidades de independência das burguesias nacionais não são, na prática, senão esfarrapadas cortinas demagógicas velando toda sorte de acordos entre o Imperialismo e seus aliados ou agentes crioulos nos países subdesenvolvidos<sup>208</sup>”.

Por isso não creditava à burguesia nacional a capacidade necessária para cumprir este papel, já que ela estava cada vez mais atrelada aos interesses da economia internacional, e assim, ao imperialismo. Esta se apresentava então, como missão única do proletariado, que o faria em conjunção com sua perspectiva socialista. Sendo que “os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural<sup>209</sup>”. O que representava a recusa à política hegemônica de revolução democrático-burguesa empreitada pelo PCB, deixando-a próxima das análises de Trotsky tecidas sobre a realidade latino-americana. Que já afirmava que,

**A solução desses dois problemas – o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente, deveria ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica da classe operaria e dos trabalhadores em geral.** Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural<sup>210</sup>.

Assim, a LSI, em concordância com uma análise trotskista, acreditava que “a solução meramente nacionalista é inteiramente insuficiente para solucionar o problema da libertação nacional e do desenvolvimento democrático-socialista nos países retardatários do mundo<sup>211</sup>”.

Além do exposto, adentrando nas formulações sobre a realidade brasileira, percebem-se muitas outras proximidades da LSI com o trotskismo. Aliás, há autores que defendem que as formulações teórico-programáticas da LSI eram inegavelmente,

---

<sup>207</sup> *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. Op. cit., p. 7.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Idem, p. 12.

<sup>210</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>211</sup> Idem.

influenciadas pelo pensamento desta tradição<sup>212</sup>. Isso por também afirmarem que a burguesia industrial se combinava com a agrária sob as determinações de uma burguesia financeira e internacional, e que necessitavam então, de um Estado na reprodução do seu capital, e de uma política bonapartista frente aos momentos sociais e políticos, para que assim, dessem um freio nas ações mais radicais do proletariado<sup>213</sup>.

Para a LSI, o Brasil não teria criado ainda um ambiente democrático-burguês em sua sociedade, por ainda estar preso a uma estrutura econômica marcada pelo domínio da grande propriedade no campo, com os seus milhares de trabalhadores assalariados em condições miseráveis, sob o domínio da grande indústria e do comércio nos centros urbanos, que monopolizavam o controle dos meios de produção<sup>214</sup>. Assim, eram compreensíveis as dificuldades que surgiam na realização de um trabalho de conscientização revolucionária dos trabalhadores. O sistema de repressão e de manipulação dos sindicatos imposto pela classe dominante brasileira determinava a tonalidade da vida política do país, fazendo com que os tempos de ditadura fossem mais longos e a democracia liberal-burguesa aparecesse como momentos fortuitos que não encontravam forma de se assegurarem na sociedade civil<sup>215</sup>.

Desta forma, seguindo passos já antes dados por Trotsky, a LSI passava a pensar a política brasileira através do conceito de bonapartismo<sup>216</sup>. Ao analisar a proximidade das futuras eleições de 1960, a LSI crítica os dois possíveis candidatos por não possuírem compromissos partidários nem plataforma definida, o que apontava um perigo iminente, já que qualquer um dos dois candidatos ao vencerem a eleição poderia evoluir para o bonapartismo, “isto é, para o poder unipessoal, supostamente acima das classes<sup>217</sup>”, colocando em risco a frágil democracia brasileira. Assim, reconheciam pouca diferença ideológica entre os dois candidatos, seus partidos e apoiadores, talvez sendo Jânio mais demagogo e propenso a uma política imperialista. Porém, mesmo reconhecendo que o

---

<sup>212</sup> FERREIRA, op. cit., p.41.

<sup>213</sup> *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. Op. cit.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Cf. DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Universidade Federal Fluminense (UFF), Tese de Doutorado, 2012. Em sua tese de doutorado, Demier demonstra as várias formas como Trotsky discutiu o conceito de bonapartismo. Tendo sido esse, um conceito imprescindível para que o líder bolchevique empreendesse suas análises sobre a realidade política latino-americana, tendo inclusive o utilizado para investigar o governo Vargas no Brasil. Porém, se faz importante salientar que Trotsky não foi o único marxista a utilizar-se largamente de tal conceito.

<sup>217</sup> SACCHETTA, H. Nem Lott, nem Jânio: por uma política de classe. Publicado originalmente no Editorial da *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 3, jul., 1959 in: SACCHETTA, op. cit., p.110.

Marechal Lott vestia a bandeira nacionalista, eram seus severos críticos. Pois este, como um bom militar, possuía um passado torpe de defesa do Estado opressor, havia colaborado com a repressão monstruosa aos trabalhadores no governo Artur Bernardes, e no Estado Novo varguista. Por isso, a LSI, apontava como vergonhoso o apoio do PCB a este candidato conservador e declarado anti-comunista. Afirmando, de forma irônica que,

Sem dúvida, Prestes e o Estado-Maior do PCB, cumprindo o destino de mulher de soldado que gosta de apanhar, apesar de repelidos, desde já, por Lott, anticomunista declarado, que nada quer com eles, vão tentar, a todo custo, arrastar os trabalhadores para o rebanho eleitoral do ministro da Guerra, enfeitando este com inexistentes virtudes democráticas e antiimperialistas<sup>218</sup>.

Esta é mais uma das aproximações com o trotskismo, pois, como foi exposto acima, Trotsky chegou a produzir análises políticas que na maioria das vezes valia-se largamente do conceito de bonapartismo quando tratava da América Latina. Pensava Trotsky que, como os países latino-americanos eram países “atrasados”, “semicoloniais”, eles tendiam a assumir características bonapartistas, dado o atraso da consciência de suas classes (a burguesia nacional, o proletariado, o camponês). Assim, “O governo dos países atrasados, sejam coloniais ou semicoloniais, assume em geral um caráter bonapartista ou semi-bonapartista<sup>219</sup>”.

Esses regimes de formas bonapartistas (ou semibonapartista, como queiram) foram averiguados e atestados pelo próprio Trotsky, que não apenas analisou o governo de Cadéernas no México, como o governo varguista no Brasil. Trotsky percebeu que a burguesia nacional ao se apoderar do Estado, usava-o como forma de proteger-se não só da classe operária em crescimento vertiginoso na América, principalmente no Brasil, como do imperialismo. Assim, devido a esta pressão, estes governos estatizavam, por exemplo, os sindicatos dos trabalhadores, tentando com isso barrar o avanço revolucionário dessa força operária, mas também conquistar mais força perante o imperialismo, dada a adesão dos trabalhadores. Isto tudo causava certa liberdade em relação ao imperialismo. Era assim que operavam as lutas nacionalistas financiadas pelo Estado apossado pela burguesia nacional, e do apoio maciço do proletariado e dos partidos que pretendiam representá-los. Ao fim, faziam o jogo do bonapartismo. Tal análise, inevitavelmente ia contra a assimilação

---

<sup>218</sup> SACCHETTA, H. Nem Lott, nem Jânio: por uma política de classe. Publicado originalmente no Editorial da *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 3, jul., 1959 in: SACCHETTA, op. cit., p.110.

<sup>219</sup> TROTSKY apud DEMIER, op. cit., p.178

nacionalista, reformista, e assim burguesa dos partidos comunistas ligados à ideologia stalinista.

É assim que a LSI atacava os “nacionais-reformistas-stalinistas” e nacionalistas de todas as matrizes por apoiar um desenvolvimento comandado por uma burguesia nacional “progressista” submissa ao capital externo. Em um dos editoriais de seu jornal, a LSI apresenta dados do primeiro ano de governo de JK até 1957 onde demonstra o aumento da entrada de capitais estrangeiros. Um aumento de “quatrocentos e trinta e três por cento!<sup>220</sup>”. Mesmo concordando que o Brasil ainda era um país “semicolonial”, e que havia sim uma contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo, a LSI sabia que esta mesma burguesia brasileira possuía sócios estrangeiros, sendo assim um mito o desenvolvimento nacional em que acreditavam os marxistas ligados ao PCB.

Diante disso, contra a “Frente-única burguesa” proposta pelos apoiadores do golpe bonapartista de Lott, ou de outros “cartolas burgueses”, opunha-se a “FRENTE-ÚNICA DAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS POLITICAS SINDICAIS contra a exploração capitalista e qualquer tipo de golpe<sup>221</sup>”. Apelavam para a independência da classe frente ao capitalismo, em busca da sua superação. Em busca do socialismo. Desta forma, apesar de ter escolhido não se alinhar com qualquer organização nacional ou internacional, defendiam a internacionalização dos objetivos da classe trabalhadora<sup>222</sup>, e a independência desta diante de qualquer setor da burguesia, indo assim de encontro a proposta de aliança com a burguesia nacional “progressista” defendida pelo PCB.

Porém, a LSI, que se restringiu a existir principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, nos meios estudantis e intelectuais, e editavam um jornal que tinha “pouca audiência e pouquíssima influência<sup>223</sup>”, o *Ação Socialista* (antigo jornal do Partido Socialista Brasileiro), mesmo que com pretensões de “tornar-se uma das mais altas formas de organização classista<sup>224</sup>”, não durou muito, e padeceu ainda em 1960, quando parte de seus militantes (Moniz Bandeira, Michael Löwy, Eder e Emir Sader) a deixaram para “participar da unificação

---

<sup>220</sup> SACCHETTA, H. Frente-única burguesa e golpe bonapartista. Publicado originalmente no Editorial da *Ação Socialista*, São Paulo, ano 1, nº 1, dez. 1958 in: SACCHETTA, op. cit., p.106.

<sup>221</sup> Idem, p.107.

<sup>222</sup> “A LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE não mantém compromissos com quaisquer entidades políticas nacionais e internacionais. Afirma, entretanto, a sua convicção de que os problemas dos trabalhadores do Brasil são, fundamentalmente, os mesmos dos trabalhadores do mundo inteiro.” Idem, p.11.

<sup>223</sup> LÖWY, Michael. “Testemunho”. In: SACCHETTA, op. cit., p 82.

<sup>224</sup> *Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956, p.23. CEDEM UNESP, POLOP: Doc. 0123-0137.

de várias correntes marxistas em uma nova organização, mais ampla e audaciosa: a POLOP<sup>225</sup>”.

Moniz Bandeira, que à época estava na LSI, mantinha contato com Erich Czaczkes, conhecido no Brasil como Eric Sachs (ou Érico Sachs, ou mesmo Ernesto Martins). Importante figura para se entender a fundação da POLOP, Eric Sachs seria um dos principais teóricos da organização que começava a nascer com esta aproximação. Nascido em 1922 em Viena, filho de um ex-militante da Social-Democracia austríaca, e sobrinho de um militante bolchevique, antes de chegar ao Brasil, havia vivido na URSS, onde acabou sendo expulso ainda nos anos de 1930 devido aos expurgos do stalinismo, e na Alemanha, de onde fugiu devido às perseguições do Estado nazista. Chegaria ao Brasil em 1939<sup>226</sup>. Em solo brasileiro trabalhou como litógrafo, até fins dos anos de 1940, pois, após dominar a língua portuguesa, transferiu-se para o trabalho na imprensa, trabalhando de 1949 a 1951 na seção internacional do *Correio da Manhã* e na segunda metade dos anos 1950 no *Jornal do Comércio*. Eric participou do Grupo Radical de Ação Popular (Grap), que fundado em 1942, tinha entre seus militantes: Antônio Candido, Germinal Feijó, Paulo Zingg, Antônio Costa Correia e Paulo Emilio Sales Gomes.

Em entrevista concedida à José Pedro Renzi e Adalberto Vilela da Cruz em 1992, Antônio Candido fala sobre o Grap:

Quem vê pensa que era um aguerrido punhado de conspiradores e agitadores, mas na verdade apenas nos reuníamos aos domingos para discutir teoria política, analisar a situação, produzir documentos para nos esclarecer, além de participar de algumas ações contra o governo ditatorial<sup>227</sup>.

Antônio Cândido chegou a dizer que “No extremo [do Grap] estava Eric Czaskes marxista ortodoxo e ferrenhamente internacionalista<sup>228</sup>”. Ao falar sobre sua relação com Eric, chegou a admitir ter editado “[...] um jornalzinho chamado *Política Operária*, e pelo

---

<sup>225</sup> LÖWY, Michael. “Testemunho”. In: SACCHETTA, op. cit., p 82.

<sup>226</sup> Currículo de Érico Sachs em: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101\\_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf). Acessado no dia 22/06/2014.

<sup>227</sup> RENZI, José Pedro. *Um terceiro partido nos caminhos da liberdade: Socialistas brasileiros na redemocratização em 45*. Dissertação de mestrado de Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), 1994, p.131.

<sup>228</sup> SADER, Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

nome já se vê a liderança do Eric<sup>229</sup>”, tendo como objetivo “agitar o Sindicato dos Gráficos<sup>230</sup>”.

Parte do Grap fundaria a União Democrática Socialista (UDS), que contou em seu início com a participação de militantes oriundos do PCB e/ou do trotskismo, como Azis Simão, Arnaldo Pedroso Horta, Febus Gikovate e Fúlvio Abramo, entre outros. Eric Sachs acabou por ficar a margem da UDS já que defendeu à época a criação de um agrupamento revolucionário marxista<sup>231</sup>. Antônio Cândido, um dos fundadores da União Democrática Socialista (UDS), trouxe um pouco de luz a participação de Eric Sachs na formação do grupo, pontuando que “[...] Eric não entrou, ficou sapeando. Ele era leninista, revolucionário mesmo!<sup>232</sup>”.

Ao fim da segunda grande guerra à ideia de liberdade política e valores democráticos ganhava contornos cada vez mais atrativos em solo brasileiro. Tais mudanças fazem com que em “maio de 1945 [comece] a estruturar-se, a partir do Rio de Janeiro, a Esquerda Democrática [ED], em resposta à nova lei eleitoral que exigia a condição de partido nacional a quem se dispusesse disputar eleições<sup>233</sup>.” Fundada em agosto de 1945, a ED<sup>234</sup> foi à frente que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em “seu II Congresso, ou Convenção Nacional, de abril de 1946, a ED já assina como sendo do Partido Socialista Brasileiro o programa lá definido<sup>235</sup>”, contando também com a incorporação da UDS, que apesar de mais radicais que a ED, acabam, contudo, também ligados ao PSB<sup>236</sup>.

Como afirmou Paul Singer, que foi militante do PSB nos anos 1950: “O Partido Socialista seria assim um pouco como um terreno neutro para a esquerda onde esses vários

---

<sup>229</sup> SADER, Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> LEAL, Leovegildo P. Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992, p.102.

<sup>232</sup> SADER, Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

<sup>233</sup> LEAL, 1992, op. cit., p. 102.

<sup>234</sup> A Esquerda Democrática chegou a frisar apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de 1945. Críticos do trabalhismo e do comunismo, a ED chegou a reunir em seu seio sujeitos confessamente anticomunistas como João Mangabeira e Juraci Magalhães, além do sociólogo Gilberto Freire, que fez parte da ED em Pernambuco. Em pouco tempo a ED começou a definir mais rigorosamente sua posição política, o que ocasionou a debandada de alguns membros para UDN. Sendo que os militantes remanescentes acabaram por participar da fundação do PSB.

<sup>235</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.104

<sup>236</sup> De acordo com Antônio Correa Costa “aquela organização mais restrita da UDS, que era um tanto radical, um tanto sectária, foi abandonada e nós marchamos para a organização da Esquerda Democrática com vistas a formação de um partido” apud LEAL, op. cit., p.103.

grupos poderiam colaborar com projetos ideológicos seminários ou criação de frente única<sup>237</sup>". Sendo assim,

Ao contrário da maioria dos partidos de esquerda no Brasil dos anos 60, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) não se afirmou como partido marxista. Respeitava as contribuições de Marx e de outros teóricos, responsáveis pela crítica ao sistema capitalista e pelas indicações de uma sociedade nova, socialista e, mais à frente, comunista, mas se dispunha a ser um espaço aberto aos que quisessem construir uma sociedade sob o lema 'socialismo e liberdade'<sup>238</sup>.

Destarte, encontrava-se no âmago do PSB grupos de professores e estudantes que mantinha íntima relação com sindicatos críticos ao stalinismo, e políticos de experiência parlamentar, juristas de profissão, com pouca relação com o movimento sindical, além de setores bastante críticos aos grupos comunistas, sejam eles stalinistas ou trotskistas, etc.<sup>239</sup> Sendo o campo de atração destes sujeitos a repulsa pelos regimes de caráter autoritários – fruto da marca indelével deixada pela experiência da ditadura varguista – e a defesa da democracia liberal, estando dispostos a disputarem politicamente dentro das normas do jogo democrático burguês, o seu aprofundamento. Desta forma, repudiavam os regimes socialistas realmente existentes e desfraldavam a bandeira da defesa de um socialismo em um sentido humanista e em uma acepção democrático liberal, como se pode ver apresentado nos princípios de seu programa político (datado de agosto de 1947).

IV. O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes, como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

XI. O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações para-estatais, servidores das profissões liberais – pois os considera, todos, identificados por interesses comuns. Não lhe é, por isto, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.<sup>240</sup>

A estratégia política do partido estava fincada na concordância da possibilidade de mudar "o Brasil pela via da democracia, rompendo o atraso sem violência, optando pela

<sup>237</sup> VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O partido socialista brasileiro e o marxismo (1947-1965) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.170.

<sup>238</sup> Ibidem, p.167.

<sup>239</sup> Ibidem, p.174-175.

<sup>240</sup> Ibidem, p.167-168.

reforma, [promovendo] o interesse coletivo em associação com o capital nacional.<sup>241</sup>”. A concepção socialista do partido adequada à linguagem emprestada do nacionalismo burguês. Levou-os a se envolverem em muitos projetos e iniciativas de cunho nacionalista do período, como a do “petróleo é nosso”. E em muitas eleições com candidaturas próprias que defendiam um projeto de libertação nacionalista, além de participar do apoio a outros candidatos de plataforma política distantes a sua, entre eles Jânio Quadros, que foi apoiado pelo partido para vereador, prefeito e governador de São Paulo, mas não para presidente em 1960, momento em que o partido apoiaria o candidato nacionalista Marechal Lott. Chegaram a participar da Frente Parlamentar Nacionalista, e foram contra qualquer tipo de golpe, e ação que caracterizava de imperialista.

Devido a esta sua “abertura” político-ideológica, chegou a ser o “guarda chuva” legal de muitas organizações comunistas clandestinas, disponibilizando sua legenda para algumas candidaturas independentes. Teve, por exemplo, como deputado federal, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, eleito no pleito de 1958<sup>242</sup>.

Foi nestas circunstâncias que Eric Sachs almejou encontrar espaço para perpetrar seus debates e construir relações políticas que pudessem levar a edificação de um projeto político coletivo anti-stalinista, mas ainda marcadamente comunista. Tornou-se membro do PSB entre 1957 e 1958, seção Rio de Janeiro, e mesmo não tendo sido “membro efetivo do PSB, sempre esteve na periferia do partido em busca de espaço político<sup>243</sup>”. Entre as relações que conseguiu solidificar em meio aos quadros militantes ou próximos do partido, foram importantes os contatos com Moniz Bandeira e Paul Singer.

Das afinidades entre Moniz Bandeira e Eric Sachs surgiu ao fim dos anos de 1950, no cenário nacional, a Revista *Movimento Socialista*, que teve Moniz Bandeira como diretor, e Eric Sachs como um de seus principais contribuintes. Os laços que se ataram em torno da feitura desta revista propiciaram depois a formação da POLOP. Como é relatada abaixo.

[...] criamos a revista *Movimento Socialista*, da qual fui diretor com o nome de Luiz Alberto Dias Lima (meu nome completo é Luiz Alberto Dias Lima de

---

<sup>241</sup> HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*, vol. II. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007, p.48.

<sup>242</sup> Assim sendo, o PSB manteve-se na ala que podemos chamar genericamente de esquerda, porém, não marxista. Vieira chega mesmo a comentar algo sobre uma fusão entre PSB e PTB e uma ala “bossa nova” da UDN, que acabou não se efetivando, elemento suficiente para que cheguemos à conclusão de que o Partido Socialista estava mais para o trabalhismo ou liberalismo do que para o comunismo. Cf. VIEIRA, op. cit., p.188.

<sup>243</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.133.

Vianna Moniz Bandeira). Saíram só dois números. Essa revista está na raiz do que foi a POLOP, ali você vê porque surgiu a POLOP. Então nós queríamos criar um partido de quadros que pudesse codificar esta orientação da política<sup>244</sup>.

A Revista *Movimento Socialista*<sup>245</sup>, foi um periódico de apenas duas publicações, mas que se tornou a peça fundamental para a junção de inúmeros intelectuais e militantes de esquerda contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo, servindo como “laboratório”, espaço de elaboração e de aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido. E que mesmo negando em seu editorial ser vinculada organicamente a qualquer grupo homogêneo, divulgava, segundo Leal, “discussões que vinham sendo travados no interior do PSB a respeito das divergências entre ‘amplos’ e ‘estreitos’, alinhados os integrantes do núcleo polopista entre os últimos<sup>246</sup>”. Os “amplos”, a quem se refere Leal, eram os militantes do partido que defendiam a linha oficial, a de que o PSB continuasse a se manter como uma organização partidária mais ampla possível, defensora de um tipo de socialismo que combinava nacionalismo e democracia liberal. Enquanto os “estreitos” eram os que defendiam uma organização mais formatada ideologicamente, definidamente marxista revolucionária.

A revista pretendia divulgar, debater e propagar o marxismo em busca da conscientização de outros militantes a uma nova proposta de ação. Ao reunir inúmeras análises e, autores distintos, a revista criou um espaço democrático que privilegiou a pluralidade, acentuando debates, que insistiam na necessidade de amplas discussões que o momento exigia. A *Movimento Socialista* nasceu com o intuito de ocupar determinado espaço dentro do campo marxista. Aproveitando-se das renovações incididas neste campo, foram em busca da tentativa de formar um grupo com vasta riqueza de debates e objetivos em comum, entre eles, o principal: a construção de uma alternativa socialista para o Brasil.

[...] A denúncia dos crimes de Stalin por Kruchev no XX Congresso do PCUS, com a denúncia, a cisão no PCB, a formação do *Movimento Socialista Renovador* liderado por Agildo Barata, todos esses acontecimentos criaram um clima que favoreciam as nossas idéias. Eric Sachs e eu nos aproximamos do grupo de Agildo Barata, em cujo jornal *O Nacional* passei a colaborar, bem como na revista *Novos Tempos* dirigida por Oswaldo Peralva. Eu, pessoalmente, mantinha contacto com José Maria Crispim e os trotskistas da IV Internacional, mas eles eram muito difíceis, sectários e dogmáticos e o

<sup>244</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.48.

<sup>245</sup> “Sua redação, também sede do grupo, se instala em uma sala, cedida pelos anarquistas, na avenida 13 de Maio, sala 922, esquina com rua almirante Barroso, no centro do Rio [de Janeiro]” LEAL, op. cit., p.110.

<sup>246</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.109.

que Eric Sachs e eu articulávamos no movimento em escala nacional era formar uma esquerda revolucionária, antistalinista, pois considerávamos que o Brasil já era um país capitalista maduro e não um semi-colonial conforme a tese do PCB<sup>247</sup>.

Na revista foram debatidos e publicados textos de diversos autores anti-stalinistas, apareceram em suas páginas textos dos “renegados” do stalinismo: Rosa Luxemburgo e August Thalheimer<sup>248</sup>. Também uma entrevista com o anti-stalinista Isaac Deutscher que tratava sobre a “tragédia do comunismo polonês”.

O entrevistado que havia sido expulso do partido comunista por atividades trotskistas, fazia um balanço da história do partido enfatizando as desventuras com o stalinismo, e atacando a linha política nacionalista que perpetuou-se no Partido Comunista Polonês, e certamente na maioria dos outros partidos comunistas do mundo, inclusive o brasileiro, lembrando ao fim que o “socialismo não visa à perpetuação do Estado nacional, mas a sociedade internacional. Ele se baseia não sobre o egotismo e a suficiência nacional, mas sobre a divisão do trabalho e a cooperação internacional. Esta verdade, quase esquecida, pertence ao A.B.C. do marxismo<sup>249</sup>”. A justificativa oferecida pela revista para publicação da longa entrevista era dada pela importância da política internacional marxista contra o stalinismo, já que este era um fenômeno de degenerência política internacional, sendo necessário então a construção de empreendimento crítico de mesma proporção para seu enfretamento.

Além disso, foram publicados pela revista, textos teóricos, como o “Socialismo contra mitologia” de Wladislaw Bienskoswki, e a poesia de Adam Wazyt, contra o stalinismo,

---

<sup>247</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.48.

<sup>248</sup> Após a política de “bolchevização” da III I.C., o KPD (Partido Comunista Alemão) que passou a ser dirigido por Ruth Fischer, Arkady Maslow e Thälmann desde a derrota da revolução alemã na década de 1920, passou a considerar as ideias de Rosa como um “desvio direitista”, um “bacilo sífilítico” que deveria ser exterminado. O próprio Stalin publicaria em 1931 um texto escrito do próprio punho intitulado “problemas da história do bolchevismo” em que ele associava a figura de Rosa, a de Trotsky e Parvus (antigos renegados). Atribuindo-lhe inclusive a criação da teoria da revolução permanente, que teria sido, tempos depois, segundo Stalin, plagiada por Trotsky. Como se sabe a revolução permanente foi teoria central no pensamento de Trotsky quando entrou de encontro justamente com a teoria de socialismo em um só país de Stalin. Assim, esta posição de renegada de Rosa, facilitou a sua assimilação perante os críticos stalinistas. LUXEMBURGO, Rosa. *Rosa, a vermelha: vida e obra de Rosa Luxemburgo*. VARES, Luiz Pilla (org.); 2ª ed. revista, São Paulo: Busca Vida, 1988.

<sup>249</sup> Durante o texto, Deutscher discorreu sobre a luta stalinista contra a tradição luxemburguista herdada pelo PC polonês. Através de sua incansável luta contra o Trotsky e o trotskismo, Stálin viu em Rosa vestígios de trotskismo, e assim denunciou a herança luxemburguista perpetuada pelo PC polonês, como “a variante polonesa do trotskismo” (p.81). Ao fim de seu texto termina com a seguinte provocação: “Você me dirá, sem dúvida, que está aí uma nova edição do luxemburguismo, ligeiramente corrigida e adaptada às necessidades de 1958, talvez?”. Revista Movimento Socialista, nº 1. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de julho de 1959, p.94.

ambos publicados pelo Estado da Polônia, local onde se “mais progrediu no caminho da desestalinização<sup>250</sup>”. E textos sobre a “A guerra civil na Espanha” de B.D. Wolff e “A natureza da revolução espanhola” de Andres Nin, que defendiam o aspecto socialista da luta na Espanha criticando a “traição” do partido stalinista no processo revolucionário, que apoiavam a democracia representativa liberal com argumento de unir forças contra o fascismo. A revista ainda fez a propaganda dos lançamentos de livros de outros “renegados”, como “A tragédia da Hungria” de Imre Nagy e “O caminho (socialista) da Iugoslávia” de Josip Tito.

Desta forma, com a crítica à matriz stalinista, a Revista *Movimento Socialista* se especializou em traçar críticas às concepções dominantes da esquerda na época, construindo novas análises que propiciavam a construção de um caminho alternativo a tudo que estava sendo feito até então pela esquerda brasileira<sup>251</sup>.

Alguns textos criticavam o nacionalismo, ao apresentar teses que defendiam que o Brasil havia passado por sua revolução burguesa industrial a partir de 1930 com Vargas, e já possuía a época três milhões de proletários, sendo um país que criava “cerca de meio milhão de novos empregos [...], dos quais grande parte na indústria<sup>252</sup>”, afirma Eurico Mendes (um dos pseudônimos de Eric Sachs). Além de que, mantinha “uma população trabalhadora do campo de mais de 10 milhões, da qual boa parte é constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país<sup>253</sup>”. Assim defendia-se a tese de que o Brasil já era um país capitalista. “Subdesenvolvidos [...] em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo. [Porém] Em relação à grande maioria da

---

<sup>250</sup> Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959, p.82.

<sup>251</sup> Por isso recebeu uma crítica assinada por Rui Facó, publicada em *Novos Rumos*, jornal semanal do PCB. Segundo Falcão, Facó afirmou que as críticas da revista eram infundadas, e “criticou o fato de alguns deles [...] terem empregos em empresas e jornais burgueses e usarem pseudônimo ‘(...) não porque existia no país uma situação que os force a tanto, mas para não perderem os gordos vencimentos que lhe dão tanto animo combativo’.” A crítica era endereçada a Eric Sachs, que trabalhava em jornais burgueses para sobreviver e por ser estrangeiro utilizava codinomes, completa Falcão afirmando que “A crítica de Facó tinha um caráter ultra-sectário, já que este não poderia ignorar que a participação de um estrangeiro em atividades políticas no Brasil, em especial de caráter marxistas, seria motivo de perseguição e até de deportação. Infelizmente, era mais um caso de ‘deduragem’ elevada à condição de método de ação política que demonstrava as limitações do debate por parte dos pecebistas.” FALCÃO, op. cit., p. 298.

<sup>252</sup> MENDES, Eurico. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Revista Movimento Socialista, nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.46.

<sup>253</sup> Idem.

humanidade e da população da própria América Latina, já [era] um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista<sup>254</sup>”.

Alguns autores que tiveram seus textos publicados na revista acreditavam que,

[...] o tão decantado desenvolvimento é, na realidade, um subdesenvolvimento progressivo em que ficamos cada vez mais atrasados em relação aos países adiantados. A burguesia brasileira, apesar de suas reivindicações de liderança nacional, na realidade, permanece débil e dependente da burguesia imperialista americana. Aceitar sua direção é atar a sociedade brasileira, pés e mãos, na sua luta nacional contra o domínio imperialista<sup>255</sup>.

Já que,

O nacionalismo, como sempre acontece, tornou-se um instrumento de política internacional sem o menor vínculo com os interesses reais da classe trabalhadora. Não existe um nacionalismo mais anti-nacional do que o nacionalismo oficial de direita e da esquerda. A campanha contra o ‘entreguismo’ teve e tem o seu lado positivo; o de se evitar um saque nas riquezas nacionais sem o menor controle do governo e do povo. Mas não devemos cair no lado oposto, dando elementos para alargar, entre nós, as forças nacionais da contra-revolução<sup>256</sup>.

Em texto sobre o “marxismo e apologética nacionalista<sup>257</sup>”, Eric Sachs (assinando com um dos seus pseudônimos: Eurico Mendes) mergulhava em textos e debates dentro do marxismo clássico, de onde, através de Marx, Engels, Lênin, e Rosa, debatia a questão do nacionalismo no marxismo, sua relação com a classe operária, e a revolução socialista, de caráter necessariamente internacionalista. Demonstrava como os resultados dos debates da II internacional sobre a questão foram transformados na revisão stalinista que chegou aos PC’s dos países do mundo inteiro.

Citando Marx e Engels no *Manifesto comunista*, o autor defende o nacionalismo da classe, enquanto a forma nacional da luta proletária, entretanto, salienta a necessidade de uma ação internacionalista, pois, a “forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o ‘Manifesto’ se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando

<sup>254</sup> MENDES, Eurico. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Revista Movimento Socialista, nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.46.

<sup>255</sup> THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.31.

<sup>256</sup> VIDAL, Luiz. A revolução brasileira. Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.37.

<sup>257</sup> Leovegildo Leal ver neste texto de Eurico Mendes “Marxismo ou Apologética Nacionalista”, “a primeira publicação sistematizada do ideário básico da *Polop*, com a exposição das linhas gerais do pensamento coesionador do grupo a respeito de praticamente todas as questões estratégicas referentes ao caráter e conteúdo da revolução socialista enquanto entendido pela *Polop*.” LEAL, op. cit., p.111.

surgiu no cenário social e político<sup>258</sup>". Na verdade, são as desigualdades do desenvolvimento dos diferentes países, "que condicionam as particularidades da luta de classe em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia<sup>259</sup>".

Com isso, os autores da revista parecem concordar que,

Só um ingênuo ignora a presença das forças nacionalistas burguesas. Mas é preciso acrescentar que só um renegado ignora, omite, sufoca e combate as posições próprias específicas, de classe, dos trabalhadores, sob o pretexto refinadamente falso de que é preciso subordinar todas as esferas da luta de classe em holocausto a uma aliança com a burguesia, numa justificação teórica do pior dos reboquismos. A essa 'ingenuidade' nos recusamos nós, de 'Movimento Socialista'. Em meu artigo 'Verso e reverso do desenvolvimento', assinalei: **'A burguesia industrial representa um papel importante no desmascaramento do imperialismo, o que é útil e positivo, necessitando do melhor apoio. Existe aí a necessidade de uma aliança, nunca de uma adesão. O inimigo é comum, mas os objetivos não são comuns. A aliança pressupõe a consciência das contradições internas, a preservação dos interesses de classe do proletariado. A adesão pressupõe a negação da contradição interna absorvida (ou subordinada) aos interesses 'da nação em desenvolvimento' e tomada em seu conjunto. Aí ou se afirma ou se renuncia ao marxismo'**<sup>260</sup>.

É evidente que boa parte destas críticas que tratam do nacionalismo, revisionismo, reformismo, reboquismo, etc., eram direcionados a um partido em especial. Foram publicados textos em demasia que criticavam o PCB, sua concepção de revolução e tática revolucionária.

Acreditavam que o PCB promovia lutas reboquistas (porque "faz do movimento operário um mero apêndice dos patrões"), revisionistas (porque vai de encontro aos ensinamentos do marxismo dos interesses de educar, organizar e assim transformar a classe operária em uma força independente), e economicistas (porque "esconde subrepticamente os interesses e objetivos políticos próprios da classe operária, reduzindo-a à luta 'econômica'", pior, inclusive, do que a tendência condenada por Lênin, pois não se trata "nem de reivindicações próprias, mas dos patrões, sob a máscara 'operária'")<sup>261</sup>.

<sup>258</sup> MENDES, Eurico. *Marxismo ou Apologética Nacionalista*. Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, Rio de Janeiro, p.39.

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> THOMÁS, Agripino Soares. *Atualidade do manifesto comunista*. Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959, p.22. Grifos meus.

<sup>261</sup> Revista Movimento Socialista nº 1 Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, Rio de Janeiro, p.9.

Outro texto de Eric Sachs, assinado como Eurico Mendes, fazia um balanço da história do PCB até a declaração de março de 1958, e atacava o seu líder máximo, Luís Carlos Prestes<sup>262</sup>. Para Eric, Prestes em sua carreira de “líder proletário” nunca havia agido como marxista, e que as suas mudanças extremadas de posição eram desconfiáveis.

Lembrava que “a ‘nova linha’ não [era] tão inédita como seus autores pretendem fazer crer”. Lembra-se assim da proposta de “União Nacional” a partir de 1945, defendida pelo PCB, período histórico em que Prestes fez apelos para que os trabalhadores desistissem das greves e “apertassem os cintos”. E através de textos dos clássicos do marxismo (primordialmente Marx e Lênin), Eric Sachs atacava a “nova linha” pecebista e sua aliança com a burguesia. Concordava com a aliança, mas sem subordinar a classe operária à burguesia e sem deixar de entender os objetivos distintos dos que compõem tal união. Ao travar mais uma vez suas críticas à aliança com a burguesia, apontava que elas eram sim necessárias, mas, com grupos que estavam dispostos a fazer à revolução, ou seja, alianças com o trabalhador agrícola, com as ligas camponesas<sup>263</sup>, para levar a possibilidade de leis trabalhistas no campo, como passo importante para uma revolução socialista, e não com os burgueses, mesmo que nacionalistas. Começa a nascer à proposta de aliança dos trabalhadores rurais e urbanos. Não que estas classes antagônicas (proletariado e burguesia) não tenham inimigos em comum, não sejam os dois antiimperialistas, mas possuem objetivos distintos e conflitantes neste enfileiramento antiimperialista. E isso não poderia ser desconsiderado em nenhum momento. O que acontece com a união de todas as forças nacionais contra o imperialismo como propunha o PCB era que “o proletariado combate o imperialismo numa guerra sem trégua, a burguesia o combate o colabora com êle ao mesmo tempo<sup>264</sup>”.

---

<sup>262</sup> MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959.

<sup>263</sup> “Em face da dificuldade de muitos agricultores em saldar o débito com o proprietário, ou da extrema pobreza de outros, que precisam apelar para ajuda da prefeitura no momento de enterrar os mortos, é fundada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP).” (MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: Delgado, Lucília A.; Ferreira, Jorge (org’s). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.247) Diante disso a imprensa começou a chamar a SAPPP de Ligas camponesas, dando a elas um nítido caráter comunista. O PCB contribui com ela até a sua cisão com Francisco Julião, principal líder das Ligas, ocorrida em 1961 no I congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores, em Belo Horizonte, convocados pela União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), onde a proposta de reforma agrária radical “na lei ou na marra” empolgou a plenária e derrotou a proposta “moderada” encabeçada pelo PCB.

<sup>264</sup> MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959, p.33.

Fazia questão de salientar que refutava as teses pecebistas através do texto dos clássicos marxistas, não para exigir que o PCB os copiasse, mas para rebater o dogmatismo pecebista que se utilizava de citações dos clássicos para justificar sua estratégia política, pois sabia que, “Não há dois momentos idênticos na história do movimento operário, nem no espaço e nem no tempo. Toda fase de luta exige uma tática determinada que depende de condições e circunstâncias muito concretas<sup>265</sup>.”

Agripino Thomás também tomava Prestes enquanto figura primordial de crítica, o acusava de compactuar com a política nacionalista, de conciliação com a burguesia, ceifando a consciência de classe do operário. Traia o proletariado e a revolução socialista, pois entregava a classe inerte à exploração capitalista, desorganizando-a em prol de uma promessa futura. Ironizava afirmando que Prestes era o líder da “revolução inofensiva<sup>266</sup>”. E segundo Sachs, ao afirmar que a revolução não é ainda socialista, o PCB justificava a sua total renúncia à luta de caráter socialista. Por isso, para “Prestes o movimento independente do proletariado ficará sempre para as calendas gregas<sup>267</sup>”.

Parece que por sua posição em seu partido, Prestes quase que encarnava a estratégia pecebista. E assim, a dureza e o personalismo das críticas continuavam: “Como degradação do movimento operário, como enxovalamento do marxismo, dificilmente se encontrará algo mais gritante e revoltante do que a adesão e a prática dessa política pelo grupelho prestista<sup>268</sup>”.

Desta forma, para a maioria esmagadora dos sujeitos que escreveram na revista *Movimento Socialista* o PCB havia falhado na tentativa de representar a classe operária. Era necessário então outro partido, que propiciasse uma nova alternativa a classe operária. Assim sendo, dever-se-iam inserir-se na luta dos trabalhadores já organizados em sindicatos e/ou federações e ajudar neste desenvolvimento e maturação da sua consciência. Em busca de uma vanguarda de verdade.

Era necessário então combater às ideologias “pequeno-burguesas” do movimento operário, como tarefa para levar a consciência à classe: “a emancipação ideológica é a

---

<sup>265</sup> MENDES, Eurico. *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*. Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959, p.29.

<sup>266</sup> THOMÁS, Agripino Soares. Verso e reverso do desenvolvimento. Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.20.

<sup>267</sup> THOMÁS, op. cit., p.20.

<sup>268</sup> Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, p.9.

condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil<sup>269</sup>. O que fazia com que a maioria dos textos terminasse defendendo a independência da classe e a revolução socialista imediata. Alguns de forma mais efusiva pronunciavam: “o proletariado não tem motivo algum para renunciar à sua política independente de classe, aos seus objetivos socialistas. [Pois] A formação de uma vanguarda realmente marxista, a organização política independente da classe operária está na ordem do dia<sup>270</sup>”.

Esta revista seria um espaço de formatação e definição político-ideológica, além de aglutinadora de novos pensadores e militantes marxistas, como Ruy Mauro Marini, que começa a manter contato com a Revista *Movimento Socialista*, quando ainda estava na França, “Em particular Eric Sachs, com o qual eu viria a estabelecer, no meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente<sup>271</sup>”. Segundo Ruy Mauro, a revista chegou, inclusive, a publicar um artigo seu “em que ajustava contas com o nacional-desenvolvimentismo<sup>272</sup>”.

O grupo que constituiria a POLOP começava a se formar. E a possibilidade de vôos mais audaciosos começava a existir. Moniz Bandeira afirmou ter percebido com o tempo tal possibilidade, já que,

[...] em fim de 1956 conheci Eric Sachs um austríaco que dizia haver pertencido à corrente de Heinrich Brandler (ex-dirigente do PC alemão) chamada na Alemanha Arbeitpolitik (Política Operária) que era uma fração rotulada como III ½ (*Terceira e meia*), devido ao fato de ter abandonado a III Internacional e não haver aderido IV. Eu era do *Partido Socialista*, achei melhor criar dentro do Partido Socialista a *Esquerda Socialista* e criei aqui no Rio de Janeiro juntamente com Eric Sachs a *Esquerda Socialista*, que lançou um jornal (dois números) chamado *Esquerda Socialista* e panfletou no Rio no 1º de maio de 1957, incorporando elementos da dissidência do PC isso em 1957. Eric Sachs e eu estabelecemos contacto com o grupo dissidente, liderado por Agildo Barata, e alguns que saíram da UJC [*União da Juventude Comunista*] juntaram-se a nós na *Juventude Socialista*. Estou falando nós, porque fomos nós que dirigimos, tínhamos uma ideia, uma formação melhor e um interesse em criar algo, foi isso que aconteceu, porque realmente a iniciativa partiu de mim e de Eric. Foi um grande

<sup>269</sup> MENDES, Eurico. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Revista Movimento Socialista nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959, Rio de Janeiro, p.47.

<sup>270</sup> THOMÁS, op. cit., p.33.

<sup>271</sup> Memória: por Ruy Mauro Marini, em agosto de 1990 in: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.63.

<sup>272</sup> Idem. Rui Mauro afirma isso em suas memórias, porém, não se encontra um texto assinado por ele nas páginas da revista que possui apenas dois números publicados, contudo, não é de todo improvável que tenha publicado este artigo por um pseudônimo.

período de efervescência ideológica, de debates, em que todas as tendências, inclusive os trotskistas, se reuniam para debater<sup>273</sup>.

Esta *Esquerda Socialista* que Moniz Bandeira afirma ter fundado no Rio de Janeiro também ficou conhecida por *Juventude Socialista*, que segundo Leal, havia sido criado “formalmente em finda de 1958 em uma reunião realizada em um apartamento no Posto 6, Copacabana, Rio de Janeiro, com a presença de Eric Sachs, Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e Luiz Alberto Moniz Bandeira, entre outros<sup>274</sup>.” O grupo empreendeu movimentos nos 1º de maio ocorridos nos últimos anos da década de 1950. Ao falar sobre a mobilização do ano de 1959, Aluizio Leite Filho, marca a presença deste grupo como um dos “núcleos iniciais” da POLOP.

Aquele Primeiro de Maio pode ser considerado a primeira ação de massa, de agitação e propaganda, da *Polop*. Cobrimos várias ruas do Centro da cidade de bandeiras vermelhas e faixas com palavras-de-ordem propugnando a independência político-ideológica do proletariado, denunciando a apropriação da data pela burguesia empenhada em transformar a luta em festa de confraternização de classes. Fizemos vários comícios relâmpagos durante o dia e, à noite, fechamos com um ato comemorativo na sede do PSB<sup>275</sup>.

Em Minas Gerais, estudantes secundaristas e universitários ligados à juventude do PTB, formaram mais um dos grupos que participaram da fundação da POLOP. A Mocidade Trabalhista, como ficaram conhecidos por parte da historiografia, foi formada por setores ligados a militância estudantil católica, a JEC (juventude estudantil católica) e JUC (juventude universitária católica), “sob liderança de Herbert de Souza [Betinho], Vinícius Caldeira Brandt e Antônio Otávio Cintra<sup>276</sup>”, e setores marxistas, formado por Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Simon Schwartzman, Juarez de Brito<sup>277</sup>, Carlos Alberto Soares de Freitas, Chaim Samuel Katz, Arnaldo Mourthé, Theodoro Alves Lamounier, Cláudio Galeano Magalhães Linhares, Alaor Passos, “além dos marceneiros: Otavino Alves e Ernesto Santos, e os metalúrgicos: ‘Jair’ e Alcides<sup>278</sup>”. A Mocidade Trabalhista foi na verdade, mais gerada nas salas e corredores da UFMG do que nas fileiras do PTB, já que não havia espaço para construção de um projeto revolucionário dentro do partido trabalhista.

<sup>273</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.44.

<sup>274</sup> LEAL, 1992, op. cit., p. 108.

<sup>275</sup> Idem, p. 109.

<sup>276</sup> FALCÃO, p. 292.

<sup>277</sup> Maria do Carmo Brito entraria na POLOP em 1962, depois de passar um ano de militância no PCB, mesmo depois de já casada com Juarez Brito, um dos fundadores da POLOP. LEAL, 1992, op. cit., p.126.

<sup>278</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.125

Devido à formação de tais grupos críticos ao Partido Comunista, ávidos por participação política, tornava-se claro “[...] a necessidade de fundar uma organização mais ampla, fundir os grupos de esquerda divergente do PCB considerado reformista<sup>279</sup>”, para edificação de uma verdadeira organização revolucionária que pudesse esboçar um mínimo de força perante o monopólio reformista do PCB.

Surgiam propostas para criação de um partido revolucionária que aglutinasse as forças de esquerda até então dispersas, delas surgiu em Agosto de 1959 uma Comissão pela Unificação dos Grupos Marxistas, que reuniu o POR, que se mantinha desiludido com os resultados da prática do “entrismo” no PCB, a LSI, a Esquerda Socialista do PSB, e a Mocidade trabalhista<sup>280</sup>. Contudo, este primeiro experimento fracassou, e outras tentativas foram levadas a cabo. Uma “Frente de Esquerda” que reuniu grupos marxistas contrários às candidaturas a presidência apresentadas para o pleito de 1960, além de pontuais alianças em defesa da revolução cubana entre 1959-1960.

Uma nova convocatória para um encontro que tentasse novamente unificar estas forças políticas foi redigido em julho de 1960 por Eric Sachs em nome da *Juventude Socialista*. Nele esquematizavam-se algumas críticas consensuais entre os grupos que participaram críticos do PCB, como as que tocavam na política “reboquista”, “reformista”, “autoritária” e “sectária” empreitadas pelos partidos e organizações políticas da esquerda brasileira da época. Além de, diante disso, serem traçadas as primeiras tarefas para o grupo que nasceria naquele primeiro congresso, que tinha como objetivo ser precursor da formação do verdadeiro partido operário brasileiro. Era preciso: 1) Criar um programa que faça uma análise da realidade, mundial e nacional em perspectiva marxista; 2) Ajudar qualquer mobilização espontânea anti-capitalista, pois o partido surgiria do movimento vivo das lutas de classe, e tal proximidade com as massas de trabalhadores seria importantíssima para um primeiro contato; 3) Recrutar militantes do movimento operário, ou seja, partir para inserção nas fábricas, pois mesmo que não tivesse a pretensão de ser o partido da classe, deveria ser o propulsor desse partido.

Para Eric, utilizando-se dos ensinamentos de Lênin, era necessário para um partido: Estudar, propagar e organizar. Os militantes que começavam a se organizar em um grupo mais ousado naquele momento, sobretudo através da Revista *Movimento Socialista* ainda se

---

<sup>279</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.51.

<sup>280</sup> FALCÃO, op. cit., p.290. E para mais informações Cf. PEREIRA NETO, 1997, op. cit.

encontravam “preocupados com o estudo, a análise, a aplicação do marxismo no Brasil<sup>281</sup>”, estavam começando a propagar as primeiras conclusões. “Eis a tarefa fundamental, no momento, para nós.<sup>282</sup>”. “A nossa tarefa é justamente divulgá-lo e levá-lo às massas mais vastas do exército de assalariados, pois já foi dito que a teoria, quando penetra nas massas, se torna força material<sup>283</sup>”.

Faz-se necessário salientar a importância da presença de Eric Sachs neste grupo, que seria um dos formuladores da POLOP, com risco de se obscurecer a história, não só da formação desta organização, como de todo o seu desenvolvimento até o momento histórico que abarca esta pesquisa. Eric Sachs foi figura fundamental na POLOP, principalmente por ter sido um dos militantes mais velhos, que possuía experiência de uma vivência revolucionária na Europa, sendo assim portador de outra experiência educativa dentro do marxismo, por isso, construtora de um pensamento sólido. Trouxe consigo os ensinamentos e experiência da escola alemã de marxismo revolucionário. De acordo com o ex-militante da POLOP, Otavino Alves, “O Eric trouxe uma terceira visão marxista, além da trotskista e da stalinista. Colocava Rosa Luxemburgo como porta-voz dessa nova concepção. Ele sempre valorizou a formação teórica do militante<sup>284</sup>”. Eric trazia consigo na verdade, muito mais referências teóricas. Muitas incomuns para os marxistas brasileiros da época. Ajudou assim na divulgação dos pensamentos de militantes ligados à Oposição Comunista alemã (KPD-O) (ao grupo *Arbeiterpolitik – Política Operária* em português), no Brasil. Entre os mais conhecidos figuravam, Heinrich Brandler e August Thalheimer<sup>285</sup>. Eric foi sem dúvidas um dos sujeitos importantes para formação de um marxismo peculiar no Brasil. Possuiu muitos pseudônimos, graças à sua militância em situação de clandestinidade, entre alguns estão:

---

<sup>281</sup> 2 (1)2. Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p.8. LABELU, Acervo Victor Meyer.

<sup>282</sup> Idem, p.8.

<sup>283</sup> Idem, p.9

<sup>284</sup> POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, março/abril/maio de 1994.

<sup>285</sup> August Thalheimer, doutor em filosofia, militante do Partido Social Democrata Alemão (USPD), foi um dos fundadores da Liga Spartacus e do Partido Comunista Alemão. Rompeu com este em 1928, na fase da política ultra-esquerdista imposta pelo stalinismo, tornando-se um dos dirigentes da Oposição Comunista Alemã, que pregava a frente única da classe operária contra a ameaça nazista. Thalheimer teve de emigrar, primeiro para a França e posteriormente para Cuba, onde faleceu em 1948, após a ascensão de Hitler ao Estado alemão. Informação extraída de THALHEIMER, August. *Marxismo e existencialismo* In: revista *movimento socialista* nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959.

Eurico Mendes, Ernesto Martins, Eurico Linhares. Adotando, Eric (ou Érico) Sachs, como seu nome, depois de sua naturalização<sup>286</sup>.

[...] conheci como ‘o severo militante’, uma figura muito importante, ajudou a galvanizar, foi uma conjugação de referência que permitiu trazer a tona coisas que o movimento de esquerda, digamos assim, convencional num país como o Brasil não traria. [...] e o Eric me dava esta impressão de ser formado na mais dura escola da militância, inclusive da militância clandestina, **ele era a figura do clandestino, discreto, usava nome de guerra, isso era incomum aqui**<sup>287</sup>.

Entre os dias 16 e 19 de janeiro de 1961, no centro de Convenção denominado: Palácio da Uva, na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, reuniam-se aproximadamente vinte delegados para a formação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO)<sup>288</sup>. Participaram dele, a *Juventude Socialista* do Rio de Janeiro, a *Liga Socialista Independente* de São Paulo, e a *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais, além de diversos “pequenos grupos de marxistas [oriundos de] variados pontos do país, como Salvador, Ilhéus, Brasília, Recife, Curitiba e Goiânia<sup>289</sup>”.

Moniz Bandeira – àquela altura, militante da Esquerda Socialista do PSB, da Liga Socialista Independente, e assessor político do deputado federal pelo PTB e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, Sérgio Magalhães –, fez a ligação com sujeitos também já organizados na Bahia, muitos deles estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), militantes do movimento estudantil. Segundo Pery Falcón, a participação dos militantes baianos no congresso de fundação: “[...] eram dois grupos, um de Ilhéus e outro de Salvador - o de Ilhéus era coordenado pelo companheiro Hermano Peralva e o de Salvador, tinham várias lideranças, entre elas: [José Luiz] Pamponet; Raimundo Aras, Moniz Bandeira, Amílcar Baiardi e outros<sup>290</sup>”.

Nem todos militantes do núcleo de São Paulo, formado pelos militantes da Liga Socialista Independente, aderiram à formação da POLOP, como nos lembra Moniz Bandeira em entrevista a Oliveira “[...] Os militantes da LSI que aderiram foram os mais novos, como Eder e Emir Sader, Michael Löwy e outros. Hermínio Sacchetta e Alberto Luiz da Rocha

---

<sup>286</sup> Currículo de Érico Sachs em: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101\\_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf). Acessado no dia 22/06/2014.

<sup>287</sup> COHN, Gabriel apud OLIVEIRA, op. cit., p.47. Grifos da autora.

<sup>288</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.153.

<sup>289</sup> Idem, p. 123.

<sup>290</sup> FALCÓN, Pery apud OLIVEIRA, op. cit., p.54.

Barros embora fizessem parte deste Congresso não aderiram à idéia. Outros nomes tais como Paul Singer, Gabriel Cohn participaram da fundação da POLOP colaborando nos primeiros números da revista<sup>291</sup>. Afirmção também defendida por Michael Löwy,

[...] a maioria da LSI não aderiu à POLOP, apenas eu, os irmãos Sader e mais algum que não me lembro [se trata de Gabriel Cohn]. Nós achamos que era tempo de superar os pequenos grupos e unificar a esquerda marxista, em cima de uma estratégia socialista, do apoio à Revolução Cubana e da crítica em relação ao stalinismo e o nacional-reformismo do PCB<sup>292</sup>.

Em Minas Gerais, apenas o “[...] grupo que era marxista dentro da Mocidade Trabalhista se aproximou da Juventude Socialista junto com outras correntes e outros grupos<sup>293</sup>”. Os sujeitos mais próximos da militância católica não aderiram à ideia de formação da POLOP, apesar de terem participado deste congresso de fundação. Partiriam, em um futuro próximo, para formação da Ação Popular (AP).

Outra organização contrária ao reformismo *pecebista* e convicta da necessidade de criação de uma organização que lhe fizesse frente, não aderiu à fundação da POLOP. Apesar de ter marcado presença no Congresso, “o POR não aceitou, o POR era extremamente sectário<sup>294</sup>”, afirmou Moniz Bandeira. Theotônio dos Santos, contudo, traz mais luz a esta divergência em específico, do que a afirmação de Moniz pode indicar. Explica que a proposta revolucionária da POLOP era atacada tanto pela “direita” como pela “esquerda” do marxismo, visto que o governo dos trabalhadores e do campo como propunha a POLOP visava à fase nacional-democrática da revolução, mas como etapa imediata para revolução socialista. Segundo Theotônio o PCB atacava pela “direita” por criticar o fato de a POLOP desconsiderar o papel da burguesia nacional na revolução, e sendo assim, a necessária primeira etapa nacional-democrática burguesa da revolução, enquanto as “tendências ultraesquerdistas, como os trotskistas” negavam a fase nacional-democrática da revolução. “A nossa posição tinha um tom centrista importante” afirma Theotônio<sup>295</sup>. Esta concepção estratégica da revolução proposta pela POLOP será mais bem vista adiante, por hora, serve para que se perceba a parte importante da divergência dos trotskistas do POR, que evitaram com que estes não aderissem à nova organização que surgia.

<sup>291</sup>FALCÓN, Pery apud OLIVEIRA, op. cit., p.53.

<sup>292</sup> LÖWY, Michael apud OLIVEIRA, op. cit., p.51.

<sup>293</sup> SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, op. cit., p.50.

<sup>294</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.51.

<sup>295</sup> MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular. 2011, p.74.

Desta forma, percebe-se que a fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO, ou POLOP) foi fruto da junção de algumas micro-organizações que já se encontravam em debates no campo da esquerda, muitos oriundos de centros universitários, mas já presentes em micro-organismos revolucionários que pretendiam reunir-se em um projeto mais audacioso, justamente pelo consenso encontrado entre eles sobre o caráter da revolução brasileira, de que “qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução<sup>296</sup>”, contrária então, a qualquer aliança estratégica<sup>297</sup> nacional-burguesa, propulsora da ideia de superação de etapas necessárias até a revolução socialista. As críticas ao monopólio reformista do PCB e aos posicionamentos prático-teóricos do PSB e PTB agruparam estas micro-organizações num mesmo coletivo, já que compartilhavam da visão de que “O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletário brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores<sup>298</sup>”.

Entretanto a fundação da POLOP para ser compreendida, deve ainda ser analisada à luz da própria situação internacional, latino-americana, para ser mais preciso.

A formação da POLOP também teve intrínseca relação com outras organizações de esquerda latino-americanas, todas, frutos de uma demanda histórica, como percebe Moniz Bandeira,

[...] apesar de que a convergência somente ocorresse em 1960, as duas tendências, a que gerou o MIR-Praxis, na Argentina, e a ORM-PO, no Brasil, coincidiam nos dois países como em outros países da América do Sul, como no Chile, onde se formou a Vanguarda Revolucionária Marxista, que depois deu origem ao MIR chileno. Da facção conhecida como APRA-REBELDE, à

<sup>296</sup> SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p.2. CEDEM UNICAMP.

<sup>297</sup> Admitia-se que alianças com a burguesia fossem forjadas em momentos oportunos e que não descaracterizassem a revolução socialista, única revolução objetivada pelo proletariado. Por isso, a expressão “aliança estratégica”, pois em muitos momentos no universo discursivo marxista existe uma importante diferenciação do que se entende por estratégia e tática. Segundo a explicação de Leovegildo: “Os termos estratégia e tática são de origem militar, visto o primeiro como o conjunto de procedimentos referentes aos fatores permanentes (número de soldados, qualidade do armamento, nível de treinamento, comunicação, capacidade operacional, objetivo geral da campanha etc.) e o segundo como integrante das iniciativas referentes aos fatores passageiros (terreno da batalha, correlação de forças localizada, situação de avanço ou recuo, ânimo da tropa, conquista de objetivos parciais etc.). Visto isso – e tendo em conta ser a guerra a ‘continuação da política por outros meios’, no axioma de Clausewitz incorporado pelo marxismo -, fica clara metodologicamente a necessidade de se submeter a tática à expressão da estratégia, mais que isso, a tática há de ser não mais que uma expressão da estratégia, e não a mera fixação aleatória de objetivos imediatos, que, à falta de referência e vinculação aos objetivos de largo prazo, não mais que deixam contaminar-se pela ideologia dominante. Instalada a confusão, misturam-se objetivos, tornam-se inimigos por aliados.” LEAL, op. cit., p.70.

<sup>298</sup> 2 (1)2. Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p.1. LABELU, Acervo Victor Meyer.

qual pertencia a primeira mulher de Guevara. Surgiu o MIR no Peru, sob a liderança de Luis de la Puente Uzeda e Guillermo Lobatón, com os quais a POLOP, por meu intermédio, manteve bom relacionamento na primeira metade dos anos de 1960.<sup>299</sup>

Otavino, que havia rompido com o PCB em 1956 graças às discussões internas resultadas do XX congresso do PCUS, e que foi o único operário presente no congresso de fundação da POLOP, relembra que “Nesse Congresso de Formação participaram um grupo de espanhóis<sup>300</sup>”. Além de intelectuais como “Andrew Gunder Frank, economista norte americano identificado com o grupo de Paul Sweezy<sup>301</sup>” editor da revista de esquerda independente norte-americana *Monthly Review*<sup>302</sup>, e dos militantes “Silvio Frondizi e Marcos Kaplan<sup>303</sup>”.

Silvio Frondizi, irmão do presidente argentino à época, Arturo Frondizi, foi um dos fundadores do *Praxis y Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR-Praxis)* na Argentina, grupo que marcou o nascimento de uma *nova esquerda* comunista não só na Argentina, como no continente americano de forma geral, pois, surgia sem ter seus antecedentes no Partido Comunista, nem em nenhum setor oriundo do trotskismo. Pelo contrário, fazia à contraposição às correntes políticas russas, tendo uma nítida influência da revolução cubana<sup>304</sup>.

Aliás, a revolução cubana foi de fundamental importância para formação destas novas organizações na América Latina, já que o processo revolucionário cubano rompia quase completamente com o que era recomendado pelo PCUS. Diferente da revolução russa, a revolução cubana não nasceu da centralização de um partido comunista, com bases e anseios na luta operária. Fruto de uma luta com cores nacionalistas, e que assumiria seu posicionamento comunista apenas em 1961, o processo revolucionário cubano que não

---

<sup>299</sup> BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, op. cit., p.51.

<sup>300</sup> POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva, 1994 op. cit.

<sup>301</sup> LEAL, 1992, op. cit., p.153.

<sup>302</sup> Como afirmou Theotônio dos Santos em entrevista a Frederico Falcão: “A *Monthly Review* foi que deu a visão a Revolução Cubana. (...) Baran, politicamente, é a maior referência: a visão social, ideológica, do papel da transformação socialista para a solução das questões nacionais. A Revolução Cubana foi comprovando isso (...) Não havia solução democrático-burguesa. O socialismo assumiria essas tarefas e iniciaria a resolução das tarefas de conteúdo socialista. (...) Enquanto isso a Revolução Democrática Venezuelana fracassava totalmente. Se abria a guerrilha na Venezuela e em toda a América Latina. A contestação à linha dos partidos comunistas passa a ser uma referência latino-americana e internacional. Na década de 60 esse processo se amplia no mundo inteiro FALCÃO, op. cit., p.300.

<sup>303</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.54.

<sup>304</sup> Ibidem, p.26.

contou com o partido comunista de Cuba (representante da III internacional<sup>305</sup>), colocou em xeque a via pacífica preconizada pela URSS, ao empreitar uma guerra de guerrilhas nos campos cubanos, aliando-se aos trabalhadores rurais<sup>306</sup>. Depois de janeiro de 1959, novos líderes internacionais seriam forjados, sujeitos como Che Guevara e Fidel Castro estariam agora presentes ao lado de Lênin, Trotsky e Mao Zedong nos novos debates políticos que se impuseram a partir da metade do século XX no mundo. Moscou não participara da revolução cubana, e com isso abria-se o questionamento para todos os comunistas da América: E porque haveriam de participar da revolução no nosso país?

Nasceram no Brasil, no começo dos anos de 1960, inúmeros Comitês de Defesa da revolução Cubana que promoveram diversas manifestações de rua, atos e pichações em apoio à revolução, que motivava bastante o sentimento de renovação nas esquerdas latino-americanas (principalmente). Não porque os revolucionários concordassem com todas ou a maioria das ações, estratégia e ensinamentos relegados pelo processo revolucionário vitorioso, como, por exemplo, a teoria do foco guerrilheiro, mas, principalmente, por alimentar o ardor revolucionário de uma geração que, no Brasil, começava a ser “ganha para a revolução” pelos processos de radicalização política da luta de classes, e que se encontrava longe da influência das hostes do Kremlin e de sua tradição stalinista em voga na época. Estes estavam em busca de novas alternativas. E há algum tempo.

Como afirmou Hobsbawm,

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental [...] A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta -, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária<sup>307</sup>.

---

<sup>305</sup> Como a história parece gostar de pregar peças. É no mínimo interessante perceber que, o PPS (Partido Popular Socialista) cubano (o partido comunista cubano foi criado após a revolução, já sob liderança dos guerrilheiros, tendo até 2006 como Secretário Geral Fidel Castro), apoiou Batista em 1939, no momento de sua ascensão ao poder estatal em Cuba, orientados pelo VII Congresso da IC ocorrido em julho de 1935 que sancionou a aliança com a burguesia local contra o fascismo. O apoio comunista em Cuba então veio por acreditar que Batista, aliado dos USA, estaria combatendo a ameaça fascista.

<sup>306</sup> SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.157-183.

<sup>307</sup> HOBBSAWM, 1995, op. cit., p. 427.

Porém, importante salientar que as organizações revolucionárias surgidas na América no fim dos anos 1950 e início da década de 1960 não foi mero reflexo da revolução cubana, mas parte do fenômeno histórico que a revolução cubana integra. Foi assim que surgiram os *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)* em vários países latino-americanos, e a ORM-PO no Brasil. Ela “não teria surgido ao acaso. Ela refletiu a problemática vivida em toda a América Latina<sup>308</sup>”. Sendo a revolução cubana expressão clara desta problemática. Como consta na convocatória para o primeiro congresso da POLOP, “o exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina<sup>309</sup>”. Por isso, acreditavam que não era preciso formar alianças com a burguesia para o amadurecimento do capitalismo no Brasil, já que as revoluções da própria Rússia, China, e agora, Cuba, já haviam provado que um país poderia fazer uma revolução socialista sem as tais condições capitalistas necessárias para tanto<sup>310</sup>. Além do fato de que o capitalismo brasileiro encontrava-se em um estágio de desenvolvimento mais avançado que o russo e o chinês, sem contar o cubano.

Assim, no Brasil, marxistas dispersos e insatisfeitos com o caminho trilhado pela esquerda brasileira formaram o núcleo de uma futura organização, que surgiu “fora” da estrutura do PCB, e das organizações trotskistas. Pois, apesar de os trotskistas terem partido de um parecido entendimento sobre a realidade brasileira, e terem levantado à bandeira da defesa da independência da classe operária e do caráter da revolução socialista no Brasil, tornaram-se fracos frente às suas dificuldades organizativas e cisões, que os levaram às hostes dos partidos comunistas stalinistas. A tática do *entrismo* fez com que sua força inovadora fosse obstaculizada pelas estruturas pecebistas, e assim, a ação trotskista, em muitos momentos, resumiu-se a crítica interna no Partido Comunista<sup>311</sup>. Tendo tido pouca força de atração para novas experiências que estavam sendo geradas nas margens da ação comunista do PCB.

É evidente que pelo fato de os trotskistas terem hegemonizado a crítica ao Partido Comunista, todo coletivo ou sujeito que apontasse críticas ao PCB foi inevitavelmente

---

<sup>308</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.51.

<sup>309</sup> 2 (1)2. Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, p.12. LABELU, Acervo Victor Meyer.

<sup>310</sup> Idem, p.6

<sup>311</sup> Como percebe Ferreira “O *entrismo* parece ter aproximado o POR com as teses do PCB sobre o Brasil”. FERREIRA, op. cit., p.38. E segundo se pode ver em Pereira Neto, o POR não resolveu as contradições e equívocos da interpretação do PCB: qualificou o Brasil “como ‘um país semi-colonial’ de produção agrícola, representadas pelos regimes de colonato e de ‘meias’ e ‘terças’”. Assim, defendeu a extinção das relações semi-feudais. Apesar de admitir que a maioria do país eram capitalistas, partia da visão já defendida na III IC, o próprio Trotsky ao morar no México, via esse país como “nação ‘semi-colonial’ marcada por ‘restos de formas feudais’ e pelo ‘barbarismo medieval’ no campo”. PEREIRA NETO, 1997, p.48-50.

confundido com esta tradição, sendo assim tachados de “trotskistas”, independente do juízo de valor empregado por quem punha o epíteto. E isso não foi diferente com a POLOP<sup>312</sup>. Que foi intitulada de trotskistas pelos seus contemporâneos, e por parte dos trabalhos sobre marxismo no Brasil, mesmo não tendo sido. Na verdade, a POLOP, apesar de utilizar-se de conceitos antes formulados por Trotsky e usados largamente pelos trotskistas, foi um divisor de águas para o começo do fim da dicotomia PCB e trotskismo. Tornando-se com o tempo, a principal força crítica ao marxismo pecebista, como afirmou Eder Sader, “O POR Trotskista, que hegemonizava a crítica de esquerda ao nacionalismo, [foi] rapidamente superada pela presença da PO<sup>313</sup>”.

O que ligaram estes militantes estruturadores da POLOP, em um primeiro momento foi à crítica ao PCB e a certeza que a revolução deveria ser socialista de imediato, pois a necessária luta contra o imperialismo e o almejado aprofundamento da democracia não poderia se realizar nos marcos de um capitalismo nacional comandado pela burguesia local, tal como defendiam quase que a totalidade da esquerda brasileira.

Contudo, apesar deste campo ideológico difícil de generalização do pensamento político nacionalista burguês, que parecia oprimir “como um pesadelo o cérebro dos vivos”, havia um cenário social que estimulava a organização de um novo dispositivo político, causado pela presença marcante, naquele fim de década de 1950 e início dos anos 1960, dos verdadeiros protagonistas da história do Brasil, tendo sido eles fundamentais para abertura de um novo momento no país. Pois, ao procurarem meios para se expressar, diferentes das formas adequadas de representação política dos partidos existentes de oposição, legais ou ilegais (como o Partido Comunista do Brasil), fez com que se tornasse possível a formação de um novo partido de esquerda. Foi à ascensão das lutas, seja nas cidades ou no campo, que

---

<sup>312</sup> Leal indica que o pesquisador Ronald Chilcote, em seu livro sobre o Partido Comunista Brasileiro, chama, erroneamente, Moniz Bandeira, de um líder trotskista, dando a sugerir que a POLOP tenha sido um agrupamento trotskista. Tal apreciação pode ser encontrada em abundância em textos com maior rigor acadêmico, ou escritos fruto da luta política. Alguns trotskistas gostam de definir a POLOP como organização de perfil *trotskizante*, por não se definir trotskista, mas por ter “no revolucionário russo [...] uma de suas principais referências teóricas”, ou seja, uma organização de tipo *centrista*, por não ser nem stalinista, nem trotskista, como afirma o historiador Felipe Demier, que enquanto trotskista, retoma a velha dicotomia ideológica do trotskismo, onde o campo do marxismo se divide entre a “esquerda”, que são os revolucionários (no caso tratando-se obviamente dos próprios trotskistas), e a “direita”, que são os reformistas, oportunistas, etc. (referência aos stalinistas). Assim sendo, todos que não se enquadram nesta visão dicotômica, e por isso mesmo pobre, do campo político do marxismo, estão no “centro”. São os “centristas”, que por conterem em seu interior, tanto elementos revolucionários quanto elementos reformistas e oportunistas, podem pender, oportunamente, tanto para “esquerda” como para “direita”. Cf. DEMIER, 2012, op. cit., p.231.

<sup>313</sup> VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976, p.9. CEDEM UNESP.

fez com que o surgimento de uma organização comunista revolucionária passasse a se impor como necessária para certos sujeitos. A experiência dos intelectuais que dariam origem à ORM-PO observava o fato de que os partidos legais e o PCB não serviam como conduto apropriado para expressar estas demandas e práticas sociais que necessitavam de expressão política. Pois elas deveriam ser expressas de modo independente. Com uma importante fração da classe em movimento, se impôs para muitos militantes comunistas a urgência da fundação de uma nova formação política. É assim que se pode dizer que a reconfiguração da luta de classes criou a possibilidade de engendrar uma nova formação política, sendo a ORM-PO, fruto das novidades trazidas por estes conflitos.

Tal feito foi possível graças às condições históricas brasileiras, latino-americanas, mundiais, expostas anteriormente, e aos consensos no campo da discussão político-ideológica, também já expostos. Entretanto, como foi dito por Otavino “[...] aquele congresso foi só uma tomada de posição mais aberta, mas não se unificou<sup>314</sup>”, permaneciam ainda importantes diferenças a serem diluídas dentro da recém-formada ORM-PO, fazia-se necessário agora, constituir uma unidade ideológica entre os militantes, que derivavam de lugares, e partilhavam de experiências e concepções políticas distintas no campo da esquerda brasileira. O grupo estava formado, contudo, a formação de seu programa e, eixos-programáticos ainda precisavam ser estruturados.

---

<sup>314</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.54.

# Segundo Capítulo

## A estruturação de um ideário

O Brasil entrou na década de 1960 em crise econômica e expansão inflacionária, produtoras de condições sociais alarmantes que insistiam em se contrapor ao empolgante discurso desenvolvimentista do Brasil Grande, daquele que cresce 50 anos em 5. O país convivia com o esgotamento de um modelo econômico gerido as duras penas, tendo seu êxito, que fora compartilhado apenas por alguns, começado a cobrar seu preço mais alto. A POLOP denunciava o aumento do lucro dos capitalistas, através dos dados oficiais oferecidos pelos próprios em seus órgãos públicos, apontando a artimanha utilizada pela classe dominante para realização de tal façanha, a saber, o aumento deliberado da inflação. Segundo a POLOP, tais lucros eram obtidos por meio da queda do valor da força de trabalho, conseguida graças ao aumento da inflação, que procedia no declínio do salário real, ou seja, na carestia de vida. Um mal pela qual a classe trabalhadora saía às ruas em protesto. Por isso, os aumentos salariais conseguidos pelos trabalhadores não resultavam em uma melhora na condição de vida, já que a inflação em crescimento ininterrupto logo destruía o possível ganho real que o trabalhador poderia ter com o novo salário. Alertava a POLOP,

O aumento do salário mínimo, como se vê, serve apenas para restaurar, parcialmente, o poder de compra do trabalhador, para que ele possa [...] continuar reproduzindo o capital. Mas, entre dois aumentos de salário mínimo, a contínua queda do salário real paga ao operário, garante ao patrão um lucro extraordinário. É esse mais um recurso da burguesia para fazer o proletariado financiar o desenvolvimento do país<sup>315</sup>.

Contudo, para POLOP, esta estratégia clássica de extrair mais valia tratava-se naquele momento histórico da única opção possível para a burguesia brasileira, visto o fato de que a grave crise pela qual passava o capitalismo brasileiro obstaculizava o aumento da produção, devido à falta de demanda, e ainda criava óbvia situação desfavorável para vida dos trabalhadores, que resistiam a ela através de mobilizações cada vez maiores, o que forçava os patrões a negociar, e em muitos casos até mesmo ceder à pressão, assim sendo, o aumento deliberado da inflação era a forma que a burguesia brasileira tinha de salvar seus lucros da crise profunda em que estava mergulhado o país.

---

<sup>315</sup> Jornal Política Operária, nº 3, maio de 1962, p.3. CEDEM/UNESP.

Para Eder Sader é a partir de 1961 que o capitalismo brasileiro, que já experimentava uma crise econômica estrutural, acaba por desencadear uma crise política, concretizada pela tentativa de golpe “bonapartista<sup>316</sup>” frustrada do presidente Jânio Quadros<sup>317</sup>. Crise que induz os trabalhadores a começarem a romper os limites do corporativismo, a docilidade institucional da classe, faltando, porém, a construção de uma verdadeira vanguarda revolucionária, para que a revolução socialista possa ocorrer no país<sup>318</sup>. Esta posição de Sader só vem a confirmar a tese já exposta no primeiro capítulo de que foi a forma como se desenrolavam os conflitos de classe no país, que levou inúmeros sujeitos a se colocarem a necessidade da fundação de um novo sujeito-coletivo que pudesse assumir, com o tempo, a direção da classe, desenhando no horizonte do conflito vivido pelos trabalhadores, uma estratégia de luta revolucionária.

Foi isto que aproximou sujeitos que ajustaram as relações políticas possíveis para constituição, no primeiro momento, dos traços identitários necessários para acomodação do conjunto heterogêneo que formava o sujeito-coletivo nomeado de ORM-PO. Evidente que a edificação de um eixo aglutinador não significou o desaparecimento das diferenças dos sujeitos que constituíram a ORM-PO, proporcionou apenas a coexistência de sujeitos oriundos de diferentes experiências e perspectivas, a um mesmo projeto político preliminarmente esboçado.

O consenso do grupo foi baseado nos seguintes princípios: 1) O Brasil, apesar de conviver com resquícios de relações pré-capitalistas, facilmente encontradas primordialmente no campo, já era um país tipicamente capitalista, e por tanto não fazia sentido a formulação estratégica de uma revolução por etapas tal qual preconizava o PCB (visto no anteriormente), estando assim estabelecida as condições objetivas para uma revolução anti-imperialista, mas também já socialista; 2) Posto isso, se impunha a necessidade incontornável e urgente da formação do partido de vanguarda

---

<sup>316</sup> Expressão corrente do vocabulário polopista, como vimos já em uso no Brasil por uma vasta e rica tradição trotskista e pela própria LSI, uma das organizações formadoras da POLOP.

<sup>317</sup> Um dos primeiros textos que buscavam interpretar este ato de renúncia foi publicado ainda em 1961 pelo então fundador e militante da POLOP, Moniz Bandeira. Neste texto o autor defende a tese hoje largamente aceita das intenções golpistas do ex-presidente, confirmada pelo próprio, anos depois no livro: QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso A. M. História do povo brasileiro, 1ª ed., Vol. VI “O Brasil contemporâneo, crises e rumos”, colaboração de Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, J. Quadros Editores Culturais S.A., São Paulo, 1967, p.236-246. Cf. BANDEIRA, Moniz. O 24 de agosto de Jânio Quadros in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979.

<sup>318</sup> SADER, Eder Simão. Proletariado e desenvolvimento econômico. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.6. CEDEM/UNESP.

verdadeiramente revolucionário, fundamental para a organização dos trabalhadores. Sendo, contudo, da convicção da POLOP de que ela não poderia de imediato, diante de suas inúmeras fragilidades, assumir o papel deste partido, restando-a o objetivo de contribuir para sua formação, o que significava travar um indispensável embate com o que acreditavam se tratar de reformismo, pensamento dominante no movimento organizado dos trabalhadores, diluído pelo PTB, PSB e PCB; 3) A importância no Brasil da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, tendo sido integrado posteriormente a esta aliança também os estudantes, haja vista a radicalidade que assumiram no Brasil dos anos 1960. Contudo, era clara a certeza da centralidade dos trabalhadores da indústria urbana nesta luta revolucionária, sem eles nada aconteceria; 4) E autonomia perante os exemplos históricos de processos revolucionários exitosos.

Como as discrepâncias de perspectiva do PCB e dos fundadores da POLOP em torno da caracterização do desenvolvimento capitalista brasileiro já foram expostos no primeiro capítulo, além do que é fundamental na crítica destes militantes ao que eles viram como reformismo nas teses pecebistas. Dois dos princípios coesionadores da POLOP como listados acima. Nos ocuparemos neste capítulo da análise das propostas políticas imediatas da POLOP, como a aliança de trabalhadores da cidade e do campo, e a Frente de Esquerda, e da própria prática militante e visão estratégica da organização sobre o trabalho nas fábricas, no campo e no movimento estudantil. Tarefa executada na primeira seção deste capítulo.

Na segunda seção tratamos do quarto princípio listado acima, a de autonomia perante outros processos revolucionários, e na terceira seção analisamos a história da POLOP em seu trabalho político ocorridos nos momentos finais da democracia brasileira.

Para além do fato de que a POLOP possuía o entendimento de que o Brasil já era um país capitalista, que mantinha em andamento, a passos largos, uma revolução burguesa que se realiza tendo como característica marcante o crescimento constante e intenso da burguesia industrial, mas possuindo a particularidade de se desenvolver sem uma total ruptura com o latifúndio, e com apoio importante do imperialismo, sendo a aliança: burguesia industrial-latifúndio-imperialismo, a aliança que enverga o domínio capitalista no Brasil<sup>319</sup>, não carecendo assim da realização de nenhuma etapa revolucionária precedente a luta socialista. A crise econômica e a intervenção “decidida do movimento de massas no

---

<sup>319</sup> PINTO, A. Apontamentos sobre a revolução brasileira. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963. CEDEM/UNESP.

quadro político brasileiro<sup>320</sup> reforçavam para os militantes da POLOP que as condições objetivas para socialismo já existiam, o que não queria dizer que daí derivaria naturalmente a revolução, pois para tanto sempre dependeria da intervenção revolucionária consciente. “Os fatos apontam, pois, um aguçamento da contradição entre a classe operária e a burguesia [...]. É evidente, porém, que sem um esforço para intensificar a consciência que a classe operária vai adquirindo desse processo, estaremos arriscando a ver a burguesia substituir seus líderes desgastados por outros mais rentáveis<sup>321</sup>”.

Para a POLOP, porém, o momento de crise estrutural e ascensão da consciência política dos trabalhadores pelo qual passava o país, impunha uma situação inevitável de revolução ou reação. E seria sobre este país dominado politicamente por um “regime latifundiário-burguês<sup>322</sup>” em crise, que a POLOP tentaria agir na contribuição para formação de um partido revolucionário, buscando romper o domínio do reformismo no campo da esquerda e na vida política dos trabalhadores já em mobilização. Pois a “esquerda [...] para se organizar à altura das necessidades da luta de classes, tende romper com toda a tradição de uma ideologia e prática reformistas, que já causou sua desarticulação no passado<sup>323</sup>”.

Assim, a Organização se via como fomentadores da “nova esquerda”, que chega para ocupar o vácuo deixado pela “velha esquerda”, que apesar de seu papel “significativo” nas lutas do passado, já se encontrava superada, atrasada em relação ao desenvolvimento das lutas de classe no país.

### **1. A construção da aliança dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, e uma Frente de Esquerda.**

Paul Singer, em artigo bastante elucidativo sobre as condições em que se desenrolavam os conflitos em torno da propriedade da terra, problema central da questão agrária<sup>324</sup>, explana sobre o que acreditava ser o retrato da situação do campo naquele Brasil da primeira metade dos anos 1960. Os conflitos se manifestavam através da complicada relação entre o “posseiro” e o “grileiro”. Ao tratar da condição do posseiro, o autor esclarece que este é o sujeito que ocupa, tomando posse de uma terra improdutiva, um solo que se

<sup>320</sup> Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.5. CEDEM/UNESP.

<sup>321</sup> O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.3. CEDEM/UNESP.

<sup>322</sup> Por uma frente da esquerda revolucionária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.4. CEDEM/UNESP.

<sup>323</sup> O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.1. CEDEM/UNESP.

<sup>324</sup> SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.7. CEDEM/UNESP.

encontra naquelas condições primordialmente pela ociosidade, ou seja, pela falta de trabalho humano. Na terra ocupada, o posseiro cultiva para sustento próprio, sendo suas vendas ao mercado uma prática esporádica e aleatória. Contudo, quando o “progresso” chega a eles, basicamente através da construção de estradas pelo governo, que acabam por ligá-lo melhor ao mercado e assim valorizar sua terra, acaba por surgir à figura do “grileiro”, que é aquele que reivindica a terra ocupada, às vezes se valendo do direito de posse de gerações, em algumas situações, através inclusive da apresentação de títulos forjados, conseguidos mediante suborno a cartórios e/ou juizes. Assim, com ajuda do Estado e/ou força policial particular (utilização de capangas) se posta a lutar pela expulsão dos posseiros “beneficiados” pelo progresso<sup>325</sup>.

O conflito é inevitável, mas o que parece novo para o autor deste texto, é a crescente resistência do posseiro, que, porém, só se pode explicar pelo nível mais elevado que as lutas populares alcançaram no Brasil, pelo maior grau de organização do proletariado urbano, que transborda para o campo oferecendo aos posseiros cobertura política, assistência jurídica e auxílio material<sup>326</sup>.

O autor fala também sobre outras relações que se estabeleciam no campo, como a “parceria”: situação onde o produtor (o parceiro) entrega uma parte da produção *in natura* ao proprietário da terra, variando a proporção, às vezes trata-se de um quarto (quarta), de um terço (a terça), ou metade (a meia), e até mesmo dois terços<sup>327</sup>; outra relação corriqueira no campo é o “colonato”: que agrega relações de produção não idênticas, ou seja, capitalistas e pré-capitalistas, pois,

O colonato é, em essência, um regime de trabalho assalariado, em que uma parte do salário é paga em dinheiro e a outra em bens de consumo: casa, uso de uma pequena área para cultura ou criação do colono etc. Em muitos casos o pagamento em dinheiro é apenas nominal; os colonos são obrigados a fazer suas compras no ‘armazém’ da fazenda e no fim do mês resgatam apenas os vales ficando geralmente endividados, o que os impede de deixar a fazenda se o quiserem<sup>328</sup>.

---

<sup>325</sup> SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.8. CEDEM/UNESP.

<sup>326</sup> Idem.

<sup>327</sup> Idem.

<sup>328</sup> Idem.

Para o autor é sem dúvidas o convívio entre estas duas distintas relações de produção a marca primordial do campo neste período histórico, por isso, se faz importante precisar estas duas formas distintas. A capitalista é aquela,

[...] que torna 'livre' o trabalhador agrícola, livre no duplo sentido de despojado dos meios de produção e livre para poder oferecer sua força de trabalho onde ela alcançar melhor preço. O trabalhador de uma moderna fazenda capitalista não possui quaisquer instrumento de trabalho e muito menos o meio de produção fundamental para a agricultura, ou seja, a terra. Ele vive pela alienação da única mercadoria que ele possui, isto é, que ele 'produz' ao viver: a sua capacidade física e mental de trabalhar<sup>329</sup>.

Por não estar preso por relações extra-econômicas ao seu patrão, este é livre, pode assim escolher trabalhar por quem lhe oferecer melhores vantagens de trabalho, assim sendo, sua situação assemelhasse a de um trabalhador urbano de fábrica.

Já a outra relação de trabalho caracterizasse pela falta da liberdade acima referenciada ao trabalhador agrícola, que "parceiro", ou "colono" não possui terra nem mesmo os instrumentos necessários para o exercício do trabalho na terra, mas se encontra ligado aos meios de produção pelos laços sociais extra-econômicos que acaba mantendo com a terra em que trabalha e com o dono dela. Não raramente "nasceu na fazenda e seus antepassados já cultivaram a terra que se encontra sob seus cuidados<sup>330</sup>", amiúde tem o fazendeiro como padrinho dos seus filhos, e seu chefe (ou orientador) político, e a ele deve fidelidade e lealdade pessoais, do qual espera em contrapartida proteção e amparo nos momentos de necessidade. Assim,

A terra não lhe é uma coisa estranha, como é a máquina para o operário. É o seu chão, seu lar, ao qual ele acha que tem direito, enquanto cumpre suas obrigações. Uma das consequências desta situação é que o trabalhador não se acha em condições de oferecer sua força de trabalho onde melhor pagam por ela. De um lado porque se abandonasse a fazenda perderia os 'direitos' que pensa ter adquirido. De outro porque deve favores e também, frequentemente, porque tem dívidas com o fazendeiro que não pode saldar<sup>331</sup>.

O autor lembra que esta tensão real entre a existência de relações pré-capitalistas e relações plenamente capitalistas leva alguns sujeitos a identificarem-na com uma relação conflituosa caracterizada pelo convívio de relações capitalistas (entendidas como modernas)

---

<sup>329</sup> SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.9. CEDEM/UNESP.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Idem.

e relações servis aparentemente feudais, formulando a hipótese da existência de resquícios feudais em solo brasileiro. Para o autor trata-se de uma perspectiva equivocada, visto não ter existido feudalismo no Brasil tal qual existiu na Europa, pois “no sistema feudal apenas uma parcela mínima da produção se destinava à troca, ao passo que na economia colonial [que ainda vigor no país, mesmo depois de ter deixado de ser colônia] a parte ‘principal’ da produção se destina ao mercado<sup>332</sup>”. Enfim, é a “cultura comercial”, o sistema de trocas, que impulsiona no Brasil a produção, diferente da condição feudal clássica. E esta “cultura comercial dá ao mais-produto extraído do trabalho camponês a possibilidade de se transformar em equivalente geral, em dinheiro, dando à riqueza do seu dono o caráter móvel de ‘capital’<sup>333</sup>”.

Ao falar sobre a situação da época, aponta as transformações pelas quais vem passando o campo, movidas pela penetração do capitalismo na agricultura que provoca “um efeito dissolvente sobre estas relações, abrindo um período de transformações e de crise que constitui a base para a extensão da luta de classes a um antes fechado em si e aparentemente imune às mudanças sociais<sup>334</sup>”.

[...] a opressão do sistema antigo se soma à do novo sistema de exploração: o trabalhador agrícola é reduzido à mesma condição do operário industrial, sem mesmo ter os míseros direitos que a legislação trabalhista assegura a este, sem ter um sindicato que o defenda, sem ter a independência política e social que lhe permita fazer valer seus direitos. E neste ponto, ele se revolta<sup>335</sup>.

Ao fim, Singer salienta a importância desta relação conflituosa existente no campo para a luta comunista no país, ou seja, da questão agrária para o próprio futuro da revolução. Pois, segundo o autor, o operário industrial quando se mobiliza pela melhoria de vida, ou seja, melhor redistribuição social da riqueza que ele produz, no caso aumento de salários, uma das formas mais evidentes para tal, ele não afeta o sistema de produção engendrado, pois “salários maiores são sempre salários. O sistema de exploração – embora talvez atenuado persiste<sup>336</sup>”. Mas já o “camponês não tem meios de atenuar a exploração. Ou ele continua na terra ou se deixa expulsar. Se continua contra a vontade do latifundiário,

---

<sup>332</sup> SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.10. CEDEM/UNESP.

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> Idem, p.9

<sup>335</sup> Idem, p.11.

<sup>336</sup> Idem.

tem que se tornar dono dela. Se se deixa expulsar torna-se um pária social. Não há escapatória.” E assim, ao lutar pela terra toca inevitavelmente “no sistema de relações de produção. Ele não reivindica, como o operário, apenas melhor remuneração pelo seu trabalho, mas a posse dos meios de produção.” Assim sendo, torna-se a camada social mais propensa a tornar-se a “vanguarda da luta pela mudança do sistema social<sup>337</sup>”.

Diante deste cenário, sendo o campo um espaço tão privilegiado de aguçamento social, a POLOP buscou inserir-se no trabalho que já vinha sendo desenvolvido em alguns lugares do país, onde já estavam estabelecidas fortes organizações de trabalhadores rurais.

Vânia Bambirra, em entrevista concedida a Oliveira, confirmou ter feito parte de um trabalho militante junto com as ligas camponesas em Minas Gerais:

[...] surgiu a figura de Francisco Julião e as Ligas Camponesas, a gente achava que era necessário uma aliança operária camponesa, então achamos que era muito conveniente nos aproximar de Francisco Julião que era um líder muito autêntico. “As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste, depois se espalharam pelo Brasil; nos propusemos a organizar as Ligas Camponesas de MG, e eu era quem coordenava as Ligas Camponesas junto com dois advogados fantásticos: Welington Romanelli, se não me falha a memória, e o Lins, eu não me lembro o primeiro nome dele; eles eram os advogados das Ligas, porque as Ligas eram assim: surgia uma questão de terra, um posseiro queria ficar na terra, vinha um fazendeiro para expulsar, então a figura dos advogados eram chaves nas Ligas Camponesas, eles entravam com uma ação judicial para garantir que eles ficassem na terra até que o processo corria, o que demorava anos. Assim nós formamos as Ligas Camponesas<sup>338</sup>.

Também Arnaldo Mourthé em entrevista a Oliveira confirmou presença no mesmo trabalho militante da POLOP com as ligas camponesas

[...] apoio a Julião e seus companheiros em MG, inclusive com assistência jurídica, feita por nosso companheiro Romanelli, depois exilado no Chile, e tínhamos nosso próprio trabalho de apoio a camponeses, poderíamos dizer hoje, sem-terra, na defesa de suas posses. Esse trabalho durou de 1961 a 1964, quando veio o golpe<sup>339</sup>.

A mesma aliança política com as ligas camponesas é confirmada por Theotônio dos Santos, que indica também outros estados onde a POLOP, segundo ele, possuía militantes exercendo trabalho político.

---

<sup>337</sup> SINGER, Paul. A luta dos camponeses no Brasil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.11. CEDEM/UNESP.

<sup>338</sup> BAMBIRRA, Vânia apud OLIVEIRA, op. cit., p.81.

<sup>339</sup> MOURTHÉ, Arnaldo apud OLIVEIRA, op. cit., p.81.

[...] no plano camponês nós tínhamos uma relação muito forte com as Ligas Camponesas, com o Julião e organizamos Ligas Camponesas em várias partes, em Minas, em Goiás, em Brasília, aqui no Rio inclusive tivemos uma participação também, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, então dentro das Ligas Camponesas nós formamos uma ala dentro do movimento camponês, quando se realizou o I Congresso Camponês em Minas, o Partido Comunista defendia uma tese, era de reforma agrária mais limitada, o Julião defendeu uma reforma agrária mais radical e uma exigência muito grande à Jango neste sentido. E de fato as palavras de ordem nossa predominaram durante o Congresso, a massa camponesa era grande e bastante vinculada as nossas palavras de ordem<sup>340</sup>.

Porém, a POLOP, como indica Teotônio dos Santos, nunca foi força majoritária. Conseguia fazer valer as suas palavras de ordem e tese, contra aos dos PCB, somente em aliança com as Ligas Camponesas, aliança, que contudo, foi quebrada logo em seguida. Se foi o golpe que pôs fim a este trabalho, antes disso, ele já estava bastante debilitado, devido as polêmicas que forçaram a POLOP a se voltarem contra as Ligas camponesas e seu principal líder, Francisco Julião, citado pela memória dos três ex-militantes da POLOP. Os detalhes desta discussão e as arestas da polêmica suscitada serão expostas a seguir. Este primeiro momento serve apenas para demonstrar que a POLOP buscou de fato se inserir na luta política que já era desenvolvida no campo. Assim como nas movimentações e organizações da classe trabalhadora das cidades.

Pois, apesar do reconhecimento da importância da luta no campo, a POLOP dava, contudo, bastante ênfase na participação da classe operária – entendida como o trabalhador urbano da indústria – na revolução, pois acreditava ser o operariado o grupo social que dava significado as outras lutas, como por exemplo, a estudantil, visto ser “o único capaz de mobilizar as camadas mais radicais da pequena-burguesia”, e dos milhões de camponeses que “despertam para a vida política”, e “dar consciência a sua luta<sup>341</sup>”. A POLOP reafirmava a existência, grandeza, e força dos operários, nas condições contemporâneas (início dos anos 1960) do Brasil, porém, reconhecia limites da ação política, como a falta de independência de classe, já que sobrevivia sob a ideologia burguesa, o reformismo nacionalista, e se encontrava presa politicamente a estrutura sindical corporativista criada pelo Estado Novo. Para POLOP as condições para esta libertação começavam a avançar, contudo, dependeria também da “integração da teoria socialista na luta diária: se os jovens que hoje estudam os

---

<sup>340</sup> SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, op. cit., p.81-82.

<sup>341</sup> O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.1. CEDEM/UNESP.

problemas teóricos se encontrarem com os operários industriais e rurais num mesmo partido<sup>342</sup>”.

Na revista *Política Operária* é publicado artigo de Eder Sader que ao buscar apresentar uma história do sindicalismo no Brasil até a data de sua divulgação (1963), tendo como início as primeiras décadas do século XX, apresenta a importância que as lutas sindicais vinham tomando, seja em sua vertente anarcosindicalista, seja sob liderança socialista, fazendo com que a classe dominante se prendesse as mudanças político-sociais que levaram Getúlio Vargas ao poder federal. Neste texto o autor analisa criticamente as condições em que se deu a construção do sindicato corporativista, denunciando seu objetivo histórico de tutela da ação dos trabalhadores resistentes a exploração burguesa, pois, “Se por um lado sua função era representar os interesses dos operários, por outro era conter a classe, permitindo a rápida acumulação de capitais para a burguesia<sup>343</sup>”.

O controle que o Estado passou a exercer sobre os sindicatos através do Ministério do Trabalho promoveu, segundo Sader, até o momento histórico em que ele escreve tal artigo, um sucesso considerável neste objetivo. Contudo, as condições começam a mudar, devido o avanço da consciência dos trabalhadores, denotada na própria formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Porém, o texto de Sader se pretende mais audacioso do que simplesmente resgatar a história do sindicalismo brasileiro, busca intervir neste processo de formação da consciência da classe, e para tanto, propõe que a CGT seja o instrumento proletário de fato autônomo em relação à burguesia, pois segundo sua compreensão, não bastava levantar pautas proletárias, mas se devia também propor respostas proletárias. Desta forma, deveria se desvencilhar do controle, das reformas e respostas apresentadas pelo governo burguês de Jango<sup>344</sup>.

Uma das pautas imediatas da POLOP no âmbito da luta política sindical, como integrante a estratégia de ruptura com a estrutura sindical corporativista, era a da abolição do Fundo Sindical. Em texto datado de 1963, Eric Sachs explica em que constituía esta concepção de liberdade sindical, afirma que apesar das divergências internas pelas quais passou e passa a burguesia brasileira, elas sempre concordavam com a “conservação das

---

<sup>342</sup> O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>343</sup> SADER, Eder Simão. O sindicato na vida política do país. *Revista Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.13. CEDEM/UNESP.

<sup>344</sup> Idem.

amarras da vida sindical que o Estado Novo deixou” e por isso mantinham a sua estrutura sindical corporativista. Qualquer tipo ou forma de governo, mesmo tendo sido alterada com o tempo (presidencialismo, parlamentarismo, presidencialismo de novo) mantinha a mesma estrutura de pé. O proletariado, contudo, boa parte formada nesta estrutura, acabava por não criticá-la, não possuindo a perspectiva de superá-la. “Nestas condições, somente uma vanguarda vinda de fora pode iniciar a batalha<sup>345</sup>”. Não se trata mais de lutar pela “conquista de posições” nos departamentos do ministério do trabalho e direções dos sindicatos, mas, pela abolição destas amarras e estrutura. Para tanto apresentava as propostas da POLOP:

[...] abolição do Fundo Sindical; dos controles financeiros exercidos pelo Ministério através do Banco do Brasil; dos diversos órgãos ministeriais principalmente da Comissão de Enquadramento; do Estatuto Padrão, e, finalmente, de todas as faculdades do Ministério de reconhecimento, de dissolução e de intervenção nos organismos sindicais<sup>346</sup>.

Porém, Sachs faz questão de definir melhor isso, ao salientar a formação de grupos de pessoas sindicalizadas que bancaram uma campanha pela abolição do Fundo Sindical em prol da liberdade, mas que, apesar da boa intenção de muitos, o movimento acabou por cair nas mãos dos ditos “sindicatos democráticos” e das associações operárias controladas por líderes religiosos, que acabaram até mesmo pedindo ao presidente Jânio a abolição do fundo sindical. Sachs faz questão de afirmar que não se trata de lutar apenas pelo fim do fundo sindical, mas de toda estrutura que cessa a liberdade de ação dos sindicatos, demonstrando claramente que sua crítica, e proposta de ação contra o sindicalismo corporativista não era a mesma que tinha a vertente política liberal ou conservadora, que também marcava presença na luta sindical, e tinha suas diferenças e críticas a “facção burguesa” trabalhista<sup>347</sup>.

Esta foi uma das propostas políticas da POLOP que não foram bem aceitas, devido a familiaridade que os sindicalistas já possuíam com o Fundo Sindical, que já enraizado na cultura política dos sindicatos no país, acabava por ocupar papel de certa importância no desenvolvimento das atividades sindicais até ali.

Otavino Alves da Silva, ex-militante fundador da POLOP relatou a Pomar que um trabalho junto aos operários era feito por Eric Sachs que “[...] dava assistência aos têxteis do

---

<sup>345</sup> MENDES, Eurico. O crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.52. CEDEM/UNESP.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Idem.

Rio, e o Eder [Sader] aos gráficos de São Paulo. No sindicato dos marceneiros [em Minas Gerais], tínhamos O Serrote, um boletim que tratava dos problemas da categoria<sup>348</sup>". Segundo relato mais extenso de Theotônio dos Santos, a POLOP chegou

[...] a ter influências em alguns sindicatos, tivemos, por exemplo, uma participação no primeiro encontro sindical nacional que foi feito em 61 que deu origem a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que foi reconhecido depois pelo Almino Afonso como uma confederação dos trabalhadores, neste congresso que foi feito aqui no Rio, nós formávamos um grupo de oposição dentro do Congresso muito ativo, não tinha controle do Congresso, mas tinha a presença forte levantando bandeiras que assustavam muito a direção comunista e a direção pelega, sobretudo pelo Partido Trabalhista, às vezes outros partidos que formava aquela direção sem visão ideológica maior e foi justamente este grupo e essa pressão que levou ao rompimento entre o Partido Comunista e essa corrente, pra poder ficar bem diante de uma massa que estava pressionando por posições mais avançadas do Partido, ele acabou rompendo com eles e se criou aí o Comando Geral dos Trabalhadores sob direção comunista e de um setor trabalhista com a qual a gente tinha muito boa relação em Minas e os outros setores era um pouco anarquistas de modo que era um pouco difícil entrar numa direção política, foi feito uma composição bastante progressista<sup>349</sup>.

Como linhas políticas gerais de orientação para este trabalho político, a POLOP defendeu a construção de uma Frente dos trabalhadores da cidade e do campo, proposta exposta logo na capa do primeiro número do seu jornal *Política Operária*. A justificativa da proposta era dada pela compreensão da POLOP sobre as condições políticas nacionais estabelecidas após a renúncia do presidente Jânio, para a POLOP, cada vez mais polarizada entre esquerda e direita, o que fazia com que o parlamentarismo, a solução de compromisso estabelecida na época, não funcionasse como esperado, e principiasse seus primeiros sinais de fracasso. Porém, a POLOP acreditava que a direita se organizava melhor do que a esquerda, apesar dos reveses que tinha sofrido, como a derrota ao estabelecimento de seu golpe, orquestrado em uma tentativa de impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Isto, devido a uma questão bastante evidente, pois possuíam historicamente uma melhor estrutura, enquanto a esquerda tem sempre que eliminar de seus quadros a ideologia dominante tipicamente liberal e o reformismo. Todo este quadro desenhado pela POLOP fazia com que urgisse a necessidade de unidade das forças de esquerdas existentes

---

<sup>348</sup> POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, março/abril/maio de 1994.

<sup>349</sup> SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, op. cit., p.82.

no país. São compreendidas enquanto destacamentos de esquerda neste momento, os partidos políticos tradicionais legais ou ilegais, como o PCB, o PSB e a própria ala mais à esquerda do PTB<sup>350</sup>.

Diante destas condições, a POLOP acreditava que neste momento a luta teria “sem dúvida, caráter defensivo, pois, para as grandes massas, sua principal razão de ser será a defesa do seu nível de vida, em crescente deterioração por influência da inflação<sup>351</sup>”, além da própria desorganização do campo da esquerda (compreendidos evidentemente como os representantes dos trabalhadores), que resultava em sua parca força, impossibilitando delinear posições de luta realisticamente mais audaciosas.

Será o enfretamento a carestia de vida, contra, enfim, a destruição das condições de vida dos trabalhadores, que fará germinar a luta por uma intervenção socialista. Espera-se, e deve-se lutar para que nesta ação, os sindicatos ainda submetidos à estrutura corporativista legada pelo Estado Novo se adaptem às novas condições de luta, pois, “é justamente a mobilização das bases operárias nas fábricas a única possibilidade de conquistar a Liberdade sindical – a qual deve, de antemão, constar como uma das principais reivindicações da Frente<sup>352</sup>”. Segundo ainda a POLOP, as reivindicações dos trabalhadores do campo deviam também ser endossadas pela Frente. Contribuir para organização dos trabalhadores no campo deve ser tarefa da Frente, principalmente onde já se apresentam as melhores condições. O sentido real da Frente para POLOP era a “de unir, numa ação comum, as forças tradicionais da esquerda, que têm suas bases nas cidades, e de encontrar uma ligação orgânica entre sua luta e a que se inicia por iniciativa dos camponeses<sup>353</sup>”.

Apesar de saber da possibilidade de os partidos tradicionais não aderirem a esta proposta, e assim continuarem “em seu imobilismo, em sua inércia, deixando as massas desarmadas perante os futuros golpes da reação”, a POLOP acreditava que se o fizerem estarão remando “contra a corrente”, pois, o “amadurecimento da luta de classes no país levará as condições em que se está frente não surgir da iniciativa dos partidos já existentes”, frutificará da base “será formada nas fábricas, nos bairros, nas faculdades, em função de

---

<sup>350</sup> Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.1. CEDEM/UNESP.

<sup>351</sup> Idem.

<sup>352</sup> Idem.

<sup>353</sup> Idem.

reivindicações concretas e de lutas parciais que obrigarão as cúpulas a se definir. [...] O tempo trabalha neste sentido<sup>354</sup>”.

Esta proposta de se unir as forças tradicionais em uma ação comum da esquerda, denota claramente, uma característica marcante da história da POLOP, a saber, seu senso de realidade, que lhe impede de se perceber como o partido de vanguarda da classe operária, e que ajuda a se compreender como de fato é, uma pequena organização, marginalizada no campo político do país, e com parca inserção na classe trabalhadora, o que lhe excluía a pretensão de representante das forças da revolução. Para tanto observava a necessidade de, em princípio: “Elaborar essas reivindicações, coordenar essa luta”, e por isso, estando também consciente da união com outros agrupamentos políticos mais representativos até então, se colocava a disposição do debate com as outras organizações e partidos do campo de esquerda interessados na proposta: “E para isso abrimos, desde já, as colunas desse jornal<sup>355</sup>”.

Esta característica marcante da história da POLOP reaparece insistentemente, como por exemplo, ao propor a formação da Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, em 1963, como a forma mais eficaz de barrar um golpe e assim avançar na luta proletária para resolução dos problemas que afetam a vida dos proletários brasileiros. A POLOP Já possui um tom muito mais crítico aos agrupamentos ditos reformistas, pois estes obstaculizavam a formação de tal frente com seu apoio ao governo e uma frente única com a burguesia.

Como a POLOP só via no proletariado, os trabalhadores das cidades e do campo, a força e liderança possível para realizar com êxito as tarefas burguesas e anti-imperialistas ainda a serem concretizadas, defendia, e defendeu ainda por muitos anos, a necessidade desta frente dos trabalhadores das cidades e do campo para edificação de um governo proletário de transição, um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo, mas ainda não plenamente socialista, devido as reformas burguesas que ainda deverão ser realizadas. Estas reformas anti-imperialistas e burguesas levadas a cabo por um governo de tal perfil, colocariam, desta forma, fim as premissas que apontam para um golpe de Estado, seja fascista ou bonapartista, representando também “o primeiro passo real para a

---

<sup>354</sup> Por uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>355</sup> Idem.

dissolução da Velha Sociedade – indispensável e inseparável da luta em torno de objetivos socialistas propriamente ditos<sup>356</sup>”.

Deste processo deveriam participar também os estudantes, movimento estudantil organizado. Aliás, o movimento estudantil que se tornava cada vez mais combativo com o passar daqueles anos, foi o espaço onde a POLOP obteve sua melhor inserção, mesmo nunca tendo sido a força estudantil dominante em nível nacional, teve importante participação nas mobilizações principiadas pelos estudantes. Algumas entrevistas de ex-militantes concedidas a Oliveira ajudam a esclarecer, e mapear melhor esta inserção.

Segundo Ceici Kameyama, a POLOP esteve em chapa eleita para diretoria da UNE encabeçada pela AP, que tinha como presidente da entidade Aldo Arantes, chegou a ter um militante na direção, Kameyama afirmou ainda que “em São Paulo a POLOP era muito estudantil tinha uma base forte na Filosofia da USP, tinha gente na Economia, na Filosofia e na Politécnica<sup>357</sup>”. Enquanto Emir Sader lembrou em entrevista que a POLOP conquistou “[...] durante muitos anos o grêmio da Faculdade de Filosofia da USP<sup>358</sup>”.

Em nível nacional, explica Theotônio dos Santos, a participação da POLOP:

Também aí nós conseguimos um espaço bastante importante para a colocação das discussões nos congressos estudantis. Só tínhamos a vice-presidência, nunca tivemos a presidência da UNE, mas tínhamos um peso dentro da UNE, menor porque o PC era muito forte, a AP vinha crescendo e trazendo gente que vinha da direita se radicalizando com uma posição de esquerda e isso permitiu formar uma nova maioria na UNE muito importante para o peso que a UNE teve. **Se bem que do ponto de vista prático nós não tínhamos força, vamos dizer pra colocar assim em confrontação aberta com os comunistas**, mas através destas alianças a gente conseguiu construir um movimento bastante mais radical do que o Partido gostaria, muito mais à esquerda<sup>359</sup>.

Do ponto de vista da análise teórica, o único texto da POLOP que trata especificamente do movimento estudantil neste período até 1964, ao qual à pesquisa teve acesso, foi um artigo publicado na revista PO número 4, assinado por Vânia Bambilra.

O artigo traz críticas contundentes a dirigentes estudantis. Centra-se na forma política de atuarem, como cúpulas estudantis, e não como vanguarda de um processo de conscientização revolucionária. O que acaba provocando, segundo a autora, o

<sup>356</sup> MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.18. CEDEM/UNESP.

<sup>357</sup> KAMEYAMA, Ceici apud OLIVEIRA, op. cit., p.80.

<sup>358</sup> SADER, Emir apud OLIVEIRA, op. cit., p.80.

<sup>359</sup> SANTOS, Theotônio apud OLIVEIRA, op. cit., p.80-81. Grifos da autora.

empreendimento de conchavos e alianças questionáveis. Assim, a autora defende um processo de democratização do movimento estudantil, que acabe por minar a situação de predomínio existente de uma corrente política sobre as outras<sup>360</sup>.

Aproveita para criticar o que vê como resultado prático dos problemas expostos acima, como o isolamento político do movimento estudantil, apesar de alguns experimentos para aproximação com a massa, como a criação do CPC e a “UNE volante” que, contudo, na prática possui deficiências que impossibilitam tal imprescindível aproximação. Além da falta de empenho dos estudantes na politização revolucionária dos operários e camponeses, apesar de reconhecer a iniciativa de alguns estudantes. Bambirra crítica também a não consolidação da importante aliança operário-estudantil-camponesa, apesar de esta proposta aparecer nos discursos estudantis.

E por fim, crítica o conteúdo, no caso, a visão dominante nos movimentos estudantis da importância da revolução nacional democrático-burguesa, que, sempre segundo a autora, leva o movimento ao reboquismo burguês, entregando a esta à liderança da intervenção política. Deixando por isso de se incentivar (e assim, concretizar) uma intervenção política autônoma.

## **2.1. Do fracasso de uma Frente de Esquerda Ampla, para a União dos Marxistas Revolucionários por uma Frente de Esquerda revolucionária em busca do Partido Revolucionário.**

O convite a uma Frente dos trabalhadores da Cidade e do Campo recebeu respostas da esquerda. O deputado Almino Afonso, líder da bancada trabalhista na Câmara Federal e o deputado Sérgio Magalhães, políticos que se encontravam à esquerda do PTB, manifestaram-se a favor da convocação da POLOP para formação da frente única das forças de esquerda<sup>361</sup>. Segundo a POLOP, o deputado Sérgio Magalhães declarou:

[...] torna-se inadiável a formação de uma frente única de todas as forças de esquerda para fazer frente à atual crise que atravessa o país. [...] Essa frente única, esse pacto de ação das forças populares se faz ainda mais necessário, sobretudo diante da ofensiva das forças reacionárias que ameaçam desencadear o terror e a violência tomando a iniciativa de tentar destruir o próprio regime democrático<sup>362</sup>.

<sup>360</sup> BAMBIRRA, Vânia. Novo impulso para o movimento estudantil. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.12-14. CEDEM/UNESP.

<sup>361</sup> Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>362</sup> Idem.

Importante perceber que havia uma boa relação de militantes da POLOP com o PTB, uma das correntes formadoras da POLOP eram inclusive oriundas da juventude do PTB, além da presença de Moniz Bandeira que era a época assessor político do deputado Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. (O livro de Bandeira sobre Jânio ganha prefácio do deputado).

Do PCB veio um texto de Marco Antônio Coelho – “Frente das Esquerdas ou Frente Única Nacionalista e Democrática”, publicada nos *Novos Rumos*, órgão do PCB, que demonstra a inviabilidade da junção duas organizações em torno de uma única frente, pois a concepção de “Frente de Esquerda” do PCB contaria com a presença de setores da burguesia nacional, mesmo apontando que a classe operária seria a sua hegemonzadora, esta frente ainda assim contaria com a burguesia nacional. Enquanto para a POLOP não se tratava de uma mera “Frente de Esquerda”, mas de uma “Frente de classe” que por isso não poderia contar com a burguesia, visto ser ela o inimigo a se combater. Para POLOP, sendo o imperialismo a etapa ulterior do capitalismo, quando se combate o imperialismo, necessariamente se combate o capitalismo como sistema. Se não se entende isso, corre-se o risco de abandonar a perspectiva revolucionária da luta anti-imperialista e acabar, portanto, preso a ideologia nacionalista, limitando-se a defesa de meras reformas a sociedade existente.

Para POLOP a frente seria “[...] uma frente de classes nas bases que una e mobilize o proletariado urbano, para que possa jogar o seu peso na luta de classes e na luta anti-imperialista, para que coordene o seu movimento político e social e para que venha de fato a desempenhar o seu papel de dirigente<sup>363</sup>”. Esta concepção da Frente demarcava a impossibilidade de uma união com o PCB e o PTB, conseguindo apenas algumas adesões particulares de militantes destes partidos. Respondendo ao texto de Marco Antônio Coelho, acima citado, a POLOP explicava sua posição sobre os interesses da tal “burguesia nacional”:

O autor consagra grande parte do seu artigo ao esforço de provar que certo setor da burguesia brasileira é antiimperialista. Não define esse setor, não nos diz quais são as forças em jogo. Pela sua argumentação, pode-se concluir, todavia, que se trata da parte da burguesia que apoia a Petrobrás, a criação de indústrias estatais com a Cia. Do Vale do Rio Doce, Volta Redonda, a F.N.M. etc. Ora, medidas de capitalismo de Estado estão sendo apoiadas pela burguesia, ou parte dela, quando reforçam a economia

---

<sup>363</sup> Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

capitalista (e não só no Brasil). Daí provar, que essa burguesia é antiimperialista ou revolucionária, falta, porém, muito. Poderá mostrar, simplesmente, que certos e importantes setores da burguesia nacional estão em choque com a política norte-americana, que eles têm reivindicações próprias, que desejam melhorar a sua posição ‘dentro do sistema de colaboração com o imperialismo americano’. Todas as conferencias inter-americanas o demonstram – sejam elas econômicas, como a primeira, ou políticas como a segunda Conferencia de Punta Del Este. Mas toda vez que o sistema imperialista (ou inter-americanos) é ameaçado, encontramos a burguesia nacional e o imperialismo no mesmo campo de defesa da civilização Cristã-Occidental. A divergência é de métodos e de custo de defesa<sup>364</sup>.

A POLOP afirma saber que se pode tirar proveito destas fissuras intra-classe burguesa na luta revolucionária, contudo, pondera, pois não se pode contar que elas produzam cisões ao ponto de impulsionar esta luta. A burguesia local entra em choque com o imperialismo movida por objetivos próprios, choca-se com os setores imperialistas na disputa pela acumulação de capital, nas disputas de mercado, preços de produtos e a parte da mais-valia a ser adquirida, e não por conta de uma “concordância com as esquerdas” com uma “frente imaginária”<sup>365</sup>. A POLOP mantinha a convicção de que a burguesia havia deixado a muito de ser revolucionária neste continente<sup>366</sup>. As reformas nacionalistas a serem feitas, só poderiam acontecer através da pressão, e de preferência, lideradas pelo proletariado, o que pode ser constatado nos fatos históricos já evidentes, como,

[...] no campo da política interna, na questão do petróleo. Qual o político, que dependa de voto popular em escola nacional, que ouse defender abertamente uma política petrolífera entreguista? Vimos o exemplo de Jânio, que não compôs, entretanto, nenhuma ‘frente’ com a esquerda. O que pesa, realmente, é a pressão de baixo em torno de certos objetivos<sup>367</sup>.

Com o fracasso do entendimento com o PCB em busca da composição de uma Frente de Esquerda, mas diante do crescimento do campo comunista crítico ao PCB demonstrado pela formação do PCdoB e do MRT, a POLOP publica um documento endereçado a estas organizações, intitulado “Pela união dos marxistas revolucionários”, “a fim de propor a

---

<sup>364</sup> Frente única – Frente de classe. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.10. CEDEM/UNESP.

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

realização de entendimentos para a mais ampla colaboração prática, teórica e organizativa<sup>368</sup>”.

No documento a POLOP justifica a urgência desta união, através da exposição de duas críticas as tendências comunistas existentes. Uma destinada ao PCB e sua linha política “oportunista e reformista” que acabava por orientar as massas a marcharem a reboque da burguesia; a segunda aos trotskistas, no caso o POR (representante da IV IC no Brasil) e seu “aparente esquerdismo, que, sem se basear numa apreciação das condições objetivas da luta de classes e do grau de consciência do proletariado, rejeita os instrumentos legais de luta – inclusive eleitoral – como meios capazes de mobilizar as massas para a luta revolucionária<sup>369</sup>”, contribuindo para que a classe proletária não avance o tanto quanto poderia se se aproveitasse da crise da burguesia. Desta forma, para que isso não continue a acontecer em diante, é preciso a formação de uma “vanguarda consciente e organizada” forte o suficiente para propor um projeto autônomo e coerentemente revolucionário e conquistar as massas para ele<sup>370</sup>.

Para POLOP,

Os revolucionários marxistas têm, para atender a essa exigência histórica, de unificar suas forças em um só movimento, que será a base do futuro partido revolucionário da classe operária. Tal unificação, ampliando a força dos diferentes grupos que dela participaram, permitirá realizar [...] tarefas, fundamentais para o avanço da revolução brasileira<sup>371</sup>.

As tarefas de início se resumiam a: unificação das forças esquerdas revolucionárias em uma Frente única da Esquerda, que se contrapusesse a existência da frente única com a burguesia; ao desenvolvimento e aprofundamento da luta ideológica no país, desmascarando as concepções burguesas, e a política “reboquista e oportunista” dos grupos de esquerda reformistas; e a orientação à luta das massas e de suas organizações, na cidade e no campo na formação de uma aliança operário-camponesa representada em uma frente única dos trabalhadores da cidade e do campo<sup>372</sup>.

---

<sup>368</sup> Pela união dos marxistas revolucionários. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.49. CEDEM/UNESP.

<sup>369</sup> Idem, p.50.

<sup>370</sup> Idem.

<sup>371</sup> Idem.

<sup>372</sup> Idem.

Para a POLOP à esquerda comunista no Brasil estava dividida fundamentalmente entre reformistas e revolucionários. Mas aproveita-se para definir sua concepção de revolucionários, excluindo alguns grupos.

É evidente que não entendemos por revolucionários os meros radicais esquerdistas. Revolucionários são os que vêm na luta anti-imperialista um aspecto da luta pelo socialismo e postulam que a liderança desta cabe aos operários e camponeses; os que não submetem o proletariado à liderança ideológica da burguesia, através da prática de um nacionalismo reformista, e procuram fazer avançar sua consciência revolucionária; os que, pela denúncia sistemática, ofereceram às massas um caminho próprio no emaranhado das soluções burguesas; revolucionários, enfim, são os que concebem dentro do marxismo-leninismo a derrubada do Estado burguês pela classe operária e camponesa e formam, no seio destas, quadros marxistas-leninistas para dar-lhes uma vanguarda consequente<sup>373</sup>.

O chamado da POLOP ao PCdoB e MRT para deixar o sectarismo de lado e avançar em uma união, foi feito devido ao entendimento que a POLOP possuía sobre as três organizações, resumido abaixo:

Em primeiro lugar, pela composição de seus quadros, na maioria operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por sua unidade de concepção sobre o caráter da Revolução brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa Revolução, que é o marxismo-leninismo<sup>374</sup>.

Porém a POLOP esclarecia que não se está convidando a se dissolver as três organizações através de uma fusão mecânica, pois isso apenas enfraqueceria esta nova organização a ser forjada, já que ainda permaneciam grandes divergências entre elas, que não podiam ser desprezadas. A POLOP pensava tal união em processo contínuo e cauteloso sendo que uma “coordenação das atividades dos três grupos seria o primeiro passo a criação de um núcleo consciente – marxista e leninista – de uma ampla frente de massa, a ser criada na luta prática<sup>375</sup>”. Assim, interferir nas lutas já em desenvolvimento, e formar o partido revolucionário seria algo que deveria acontecer junto. E para POLOP o tempo urgia, sendo tal tarefa imprescindível e urgente para o futuro da revolução. Sendo que até ali já havia sido perdido muito tempo.

---

<sup>373</sup> Pela união dos marxistas revolucionários. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.51. CEDEM/UNESP.

<sup>374</sup> Idem.

<sup>375</sup> Idem, p.52.

A frente da esquerda revolucionária proposta pela POLOP denunciava intervenções correntes na luta política da época, como a “Aliança para o progresso”, que segundo a POLOP “não tem, para o imperialismo norte-americano, outra finalidade que a de reforçar sua dominação sobre os países da América Latina e subornar seus governos para uma covarde agressão contra Cuba Socialista<sup>376</sup>”, e assim aproveitava para propor uma plataforma de luta que possa ser debatida e que possa servir de programa político para formação da Frente de Esquerda sugerida.

Nesta plataforma pode-se encontrar algumas bandeiras de lutas caras a POLOP, como o fim do Fundo Sindical “e transferência de todas as arrecadações para os cofres e confederações, em proporções a serem fixadas pela Central Sindical”, compreendida como parte da luta pela autonomia sindical, contra a “atual estrutura sindical, o domínio dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a Legislação Sindical em vigor, elaborados durante o Estado Novo<sup>377</sup>”; da “expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega da terra aos camponeses<sup>378</sup>”.

Em “carta aberta ao PCB” publicada na revista *Política Operária* de outubro de 1963, a POLOP alertava que continuar a apoiar o governo federal acabará por desgastar as forças de esquerda, pois logo a inevitável insatisfação do povo levará estes à conclusão de que se é este governo que a esquerda pode lhes proporcionar, ela não nos serve, e assim poderá acabar por optar por possibilidades bastante trágicas<sup>379</sup>, pois “a polarização ideológica que se produziu no país só deixa alternativa entre reação ou revolução<sup>380</sup>”.

Para POLOP não se pode confiar no governo Goulart, pois se trata de um governo de traição, o que não se trata, contudo, de uma crítica meramente moralista, pois sabe que este comportamento (de traição) não é fruto de um desvio de caráter do presidente, líder do governo, mas da inevitável reação de um governo burguês que precisa do beneplácito do proletariado devido às condições de um regime democrático<sup>381</sup>.

A POLOP, nesta tentativa de diálogo com o PCB, busca esclarecer da forma mais clara possível a sua posição política,

---

<sup>376</sup> Por uma frente da esquerda revolucionária. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.4. CEDEM/UNESP.

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem, p.6.

<sup>379</sup> Carta aberta ao PCB de 1963. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.30-35. CEDEM/UNESP.

<sup>380</sup> Idem, p.33.

<sup>381</sup> Idem, p.30-35.

Quer isso dizer que deve a esquerda renunciar aos processos legais de luta e partir, agora, para uma política insurrecional [...]? A resposta é negativa. O caráter revolucionário de uma luta não reside na forma que ela assume, mas em seu conteúdo. Nem cabe à esquerda a iniciativa de fechar os caminhos legais à transformação revolucionária do país. Podemos deixar esta tarefa para a burguesia, que a executará, sem dúvida alguma, no momento em que perceber que tal transformação é inevitável<sup>382</sup>.

Segundo a POLOP os “companheiros do PCB” sempre se assustam ao verem se falar em revolução neste tom, por lembrarem da linha política do partido presente no “Manifesto de Agosto de 1950”, contudo, salienta que o equívoco daquela linha estava no fato de não perceber a situação concreta do Brasil naquele momento, que era de ascensão e desenvolvimento do capitalismo, que fazia com que as massas estivessem empolgadas com as mudanças do país, enquanto o momento atual (início dos anos 1960) é de crise do capitalismo brasileiro, e desilusão popular, ou seja de desestabilidade. Para POLOP o PCB radicalizou no momento em que o regime esteve estável e forte, e ameniza no momento em que o regime demonstra fragilidade<sup>383</sup>.

Esta “Carta aberta ao PCB” é a evidência de mais uma tentativa frustrada da POLOP de constituir um diálogo com os “companheiros do PCB” que obtivesse como resultado a construção de uma “unidade no movimento comunista brasileiro com base em uma política de classe, em uma política operária independente<sup>384</sup>”. Isto também demonstra a o senso de realidade da POLOP de que sabia da força da reação, e a desorganização da esquerda comunista, e que sendo assim era necessária uma união, o que ia de encontro a certo triunfalismo dos comunistas do PCB, mais do que isso demonstra a certeza que a POLOP possuía de que o PCB era uma força hegemônica no campo do comunismo brasileiro, com muito mais inserção na classe trabalhadora organizada do que ela tinha conseguido, e assim sendo, da clareza de reconhecer seu pequeno papel e parca força política, diante dos problemas a se enfrentar pela frente.

A POLOP traçava críticas ferrenhas à postura assumida pelo PCB, lembrava a necessidade da violência revolucionária, ao indicar, criticamente, que a “coexistência pacífica”, a nova menina dos olhos do PCB era válida apenas nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não deveria possuir a mesma importância estratégica ao

---

<sup>382</sup> Carta aberta ao PCB de 1963. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.33. CEDEM/UNESP.

<sup>383</sup> Idem, p.33-34.

<sup>384</sup> Idem, p.35.

tratar das relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração. Lhe incomodava a crítica à política de coexistência pacífica quando interpretada como parte do conflito político que envolve a luta de classes que se desenvolve nos países capitalistas. Como esclarecia Eric Sachs, se o discurso da “coexistência pacífica” é propalado por representantes da URSS em visitas diplomáticas, ele pode ser visto como um argumento diplomático, mas se é endereçada às classes oprimidas do mundo capitalista ela só pode se tornar ideológico.

Com quem é que a classe operária e seu movimento revolucionário nos países capitalistas devem coexistir? Com o campo socialista? Isso seria uma redundância, pois eles são aliados na luta pelo socialismo. Então, com a sua própria burguesia e com o imperialismo? Isso é a renúncia à revolução e a autolimitação a um mero movimento de reformas<sup>385</sup>.

Mas, segundo Sachs, é exatamente o que era recomendado pelo C.C. do PCUS.

Continua em sua crítica afirmando ser esta orientação fracassada, como demonstrada pela própria história, visto que nenhum partido fez a revolução em seu país através do seguimento de tal linha política, pelo contrário, tendo sido as revoluções vitoriosas apenas aqueles que não agiram assim, ou até mesmo se rebelaram contra tal linha oficial, como foi o caso da China, Iugoslávia e Cuba, para Sachs, exemplos de que esta orientação era um equívoco historicamente comprovado<sup>386</sup>. Usa como exemplo também o Partido Comunista da Argélia que conseguiu liderar a vitoriosa independência argelina após romper com o Partido Comunista Francês, que devido sua política de conciliação com a “burguesia progressista” negaram a apoiar a luta de independência dos argelinos que se desenvolvia<sup>387</sup>.

A POLOP, contudo, não deixou de explicar suas críticas também aos trotskistas da IV I.C., que com seu ultra-esquerdismo que chega a mencionar uma “guerra atômica revolucionária” acaba por levar água ao moinho da direita, lembrando Lenin que já havia verificado “que o oportunismo da direita e o ultra-esquerdismo da esquerda se alimentam mutuamente<sup>388</sup>”, o autor defende que estes encontram-se em um “papel análogo aos dos anarquistas [há quem Lenin se referia à época], há meio século, que não tinham perspectiva

---

<sup>385</sup> LINHARES, Eurico. Coexistência pacífica e luta de classes. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.38. CEDEM/UNESP.

<sup>386</sup> Idem, p.39.

<sup>387</sup> Idem, p.40.

<sup>388</sup> Idem, p.41.

histórica para enfrentar o reformismo oficial e começaram a apelar para bombas, mais modestas então<sup>389</sup>.

Theotônio dos Santos Jr. publicou artigo intitulado “A Luta ideológica no Brasil” que ambicionava “abordar os principais temas da ideologia burguesa que tem exercido grande influência nas massas brasileiras e nas lideranças de esquerda”, e analisar os principais “erros de concepção da própria esquerda brasileira<sup>390</sup>”. Enfim trata-se de um texto que se propõem travar um debate político-ideológico com as forças burguesas, mas principalmente no campo da esquerda, tendo sido publicado fragmentariamente em três edições seguidas da revista *Política Operária*, crítica a aliança com a burguesia, depois o “‘solidarismo’ dos cristãos revolucionários”, e por fim o “aventureirismo de esquerda que se resume na revolução a qualquer preço” pautada na cópia acrílica de experiências internacionais, como a cubana<sup>391</sup>.

Porém, o texto acaba privilegiando a polêmica político-ideológica com a recém-formada Ação Popular (AP)<sup>392</sup>. O autor começa reconhecendo o crescimento da ação católica, particularmente os universitários (JUC), na luta popular, estudantil, camponesa e até operária. Caracterizando-a como uma nova orientação política da Igreja, que, contudo, por ainda está presa a metafísica da visão de mundo religiosa, não compreendia a realidade como ela de fato era, o que seria conseguida apenas pela investigação “científica<sup>393</sup>”.

O autor criticava o fato de AP, valendo-se da crítica aos evidentes equívocos dos comunistas do PCB, acabar por estender muita destas críticas ao comunismo de forma geral, uma crítica que às vezes eram destiladas de forma velada, apenas para não “ficar mal” com a esquerda<sup>394</sup>. Ou seja, achava irônico que o anti-capitalismo da AP não levasse a organização a adotar o comunismo, pelo contrário, também discordavam do comunismo, buscando um

---

<sup>389</sup> LINHARES, Eurico. Coexistência pacífica e luta de classes. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.41. CEDEM/UNESP.

<sup>390</sup> VOGT, Frederico. A Luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.16. CEDEM/UNESP. Este primeiro texto foi equivocadamente atribuído a *Frederico Vogt*, na verdade trata-se de Teotônio dos Santos Jr., como foi ratificado no número seguinte da revista.

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> Talvez as antigas relações políticas do autor com muitos dos fundadores da AP, quando estes faziam parte de uma mesma organização, a saber, a Mocidade Trabalhista de Minas Gerais (como visto na terceira seção do primeiro capítulo desta dissertação) possa explicar o demasiado espaço que a polêmica com a AP ganha no decorrer do texto.

<sup>393</sup> JÚNIOR, Theotônio S. A luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.62. CEDEM/UNESP.

<sup>394</sup> Idem.

terceiro caminho<sup>395</sup>. Assim sendo, o autor marca as diferenças existentes entre a POLOP e a AP, pois diferente da ação católica, a POLOP fazia uma crítica ao PCB “mas dentro de uma visão marxista-leninista<sup>396</sup>”. Enquanto a ação católica se tratava de “movimento de radicalização política da pequena-burguesia”, ambíguo, que procura salvar a população dos males do capitalismo, mas sem pegar a via comunista<sup>397</sup>. Este movimento redundara na organização da AP.

Por fim, o autor ressaltava “como pontos positivos a crítica ao nacionalismo e à aliança com a burguesia, a defesa do conteúdo de classe proletário na direção revolucionária, a defesa de uma ampla frente de esquerdas, ‘sem sectarismos e discriminações’”, contudo, lembrava da máxima leninista de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, e assim a AP não podia propor uma tática política consequente e empreender uma prática revolucionária, pelo contrário, tem tudo para cair em certos oportunismos políticos. Por fim, definia então a posição que a POLOP deveria assumir perante o surgimento da AP.

Em conclusão, podemos tomar como nosso papel, diante da esquerda cristã, de um lado, denunciar suas confusões e erros teóricos, assim como seu oportunismo e empirismo político, mas, de outro, marchar com eles em torno de reivindicações e ações concretas onde for possível a unidade, estimulando-os nos seus avanços e criticando-os nos seus recuos<sup>398</sup>.

Uma organização com quem a POLOP sempre manteve boas relações, que porém, se deterioraram com o tempo foi as Ligas Camponesas. No primeiro número do seu jornal, a POLOP informa sobre a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil ocorrido entre 15 a 17 de novembro de 1962, em Belo Horizonte, onde foi

---

<sup>395</sup> A AP era bastante crítica ao comunismo justificando sua posição através dos exemplos do comunismo “realmente existente”, Theotônio em defesa a crítica que a AP fazia a ditadura do proletariado em seu documento-base, esclarecia certos pontos: “Aqui somos obrigados a esclarecer alguns pontos. Marx define a ditadura do proletariado como ‘a organização do proletariado como classe dominante’ (Manifesto, 1848). Posteriormente, incorpora a experiência da Comuna de Paris para estudar historicamente as formas que esta democracia operária (ou ditadura do proletariado, tanto faz) poderia assumir. É então que observa a necessidade de derrubar a antiga ordem para se poder construir a nova. Não há portanto qualquer identificação entre a noção de ditadura do proletariado e a de partido único”.

JÚNIOR, Theotônio. A Luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.59. CEDEM/UNESP.

<sup>396</sup> JÚNIOR, Theotônio S. A luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.62. CEDEM/UNESP.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> JÚNIOR, Theotônio. A Luta ideológica no Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.62. CEDEM/UNESP.

assinada uma moção de solidariedade a Cuba, publicada no jornal<sup>399</sup>. No relato a POLOP informa que a ULTAB assumiu uma posição mais moderada (reformista) neste congresso, apontando a reforma agrária enquanto substituição das relações sociais agrárias fundadas pelo escravismo e imperialismo para acomodação de relações de caráter exclusivamente capitalistas. Enquanto as Ligas camponesas optaram pela inclusão dessa luta em uma perspectiva revolucionária e radical em busca do socialismo, para estes a reforma agrária tinha que ser radical. ULTAB optou no congresso por uma linha reformista, que admite a reforma agrária obtida por meios pacíficos e legais. Enquanto as Ligas acreditam “que a vitória não poderá excluir uma solução de força<sup>400</sup>”. Ao se solidarizar com a posição assumida pelas Ligas no Congresso, a POLOP apresenta uma entrevista do deputado Francisco Julião, representante das Ligas, onde este defende a tese de que o capitalismo já não tinha o que oferecer ao Brasil, e que, portanto, era preciso avançar em uma luta anti-capitalista. Foi aprovada a proposta da Liga de realização do I Encontro de Operários, Camponeses e Estudantes (conhecido como congresso operário-camponês-estudantil<sup>401</sup>) com encerramento em 1 de maio de 1962<sup>402</sup>, que contudo, seria adiado, e adiado novamente para julho de 1964, e que portanto acabaria por nunca acontecer devido o golpe de 1964. Segundo a POLOP o congresso havia demonstrado para esquerda a importância do campesino para as mudanças do país, e assim, a necessidade urgente de junção das forças urbanas com as do campo<sup>403</sup>.

A POLOP reconhecia a importância da política assistencialista das Ligas, que não se confundia com o assistencialismo paternalista, mas sim como uma forma de manter o camponês “interessado na existência da organização a que pertence, desenvolver seu espírito associativo e conduzi-lo a esgotar todas as possibilidades que lhe oferece o sistema social vigente quer para defender seus direitos, quer para satisfazer suas necessidades básicas<sup>404</sup>”, ação que acabar por proporcionar, inclusive, que seus quadros entrem em

---

<sup>399</sup> Reforma Agrária ou revolução no Congresso dos camponeses. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.7. CEDEM/UNESP.

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> Esta aliança operário-camponesa-estudantil contudo nunca se concretizou de fato, apesar de a POLOP ver um potencial em todo congresso estudantil que possuía dois operários e um camponês. Esta aliança ficou mais na vontade do que realidade.

<sup>402</sup> Idem.

<sup>403</sup> Idem.

<sup>404</sup> Problemas do movimento camponês no nordeste. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.12. CEDEM/UNESP.

“contato direto e constante com o camponês e habilitando-o a compreender seus problemas e perspectivas<sup>405</sup>”.

Contudo, preocupava-se com graves deficiências que, segundo ela, as Ligas possuíam. A principal era teórica, pois levam aos camponeses palavras de ordem “pequeno burguesas”, e são incapazes de falar com propriedade dos problemas ao homem do campo, assim, realizam pregação que estão fora do alcance de compreensão dos camponeses. Segundo a POLOP, palavras como “nacionalismo”, “imperialismo” e “exploração capitalista” “e outros termos dessa natureza nada mais representam, com efeito, do que abstrações cuja vinculação com sua realidade existencial o camponês não é ainda capaz de estabelecer<sup>406</sup>”. Aliado a isso, possuem dificuldade em criar “líderes camponeses, pertencentes ao próprio meio em que se desenvolve sua ação<sup>407</sup>”.

É preocupante também a indefinição ideológica das Ligas, pois da forma como avalia a situação a POLOP observava a existência de três grandes forças no nordeste entre os camponeses, o grupo que seguia Julião que era o mais radical, o grupo da ULTAB que diverge dos métodos radicais do primeiro, e era mais reformista, e a terceira força eram os setores católicos, que se postaram contra o socialismo, apesar de críticos do capitalismo, acabam em sua pregação anti-comunista, por ajudar a burguesia<sup>408</sup>.

O jornal *Política Operária* trazia notícias sobre conflitos no campo e eventos das Ligas camponeses, dando sempre que possível audiência as suas ações. Na terceira edição do jornal, por exemplo, apresenta matéria sobre o evento de solidariedade à família, e revolta pela morte do líder das Ligas camponesas de Sapé na Paraíba, João Pedro Teixeira, assassinado no dia 2 de Abril de 1962, por jagunços, pistoleiros e mesmo soldados contratados pelos latifundiários da Paraíba. Relembrando que conflitos constantes como este passam a ocorrer com frequência no campo<sup>409</sup>.

Publica na mesma edição a “Carta de Ouro Preto” de Julião, líder das Ligas, que expressa sua opinião sobre as eleições, resumida abaixo:

---

<sup>405</sup> Problemas do movimento camponês no nordeste. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.9. CEDEM/UNESP.

<sup>406</sup> Idem, p.12.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962. CEDEM/UNESP.

[...] a democracia, como se pratica, no Ocidente ‘cristão’, não passam de uma grosseira farsa, de uma mistificação, de um engodo, de uma injeção de morfina para adormecer a cólera santa do povo. [...] Tu sabes, companheiro, que menos de um quinto de nossa população votou no último pleito[?]. E isso mesmo porque foi o mais disputado de toda a vida da República. [Isto] Porque o analfabeto não vota num país que não tem vergonha de ostentar 90% de analfabetos entre a massa camponesa e 70% sobre toda a população. [Além da exclusão dos marinheiros e soldados, os que possuem o direito de ir as urnas, não escolhem os candidatos, pois] Este não nasce do povo mas de um conchavo, de um conluio feito pelos ajuntamentos de pessoas e grupos interessados no seu próprio destino. [...] A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contando que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical, como o primeiro passo<sup>410</sup>.

Depois de pintar um quadro realístico de completo flagelo da sociedade brasileira, apresentando um panorama da miséria e fome que acomete a maioria esmagadora dos brasileiros, da negação a saneamento básico, educação, tratamento médico, teto e terra para trabalhar em prol dos lucros exorbitantes, do acúmulo e concentração exacerbada da riqueza, da manutenção do latifúndio<sup>411</sup>, da injustiça que acoberta a corrupção, e da violência contra os que resistem a tudo isso, Julião afirma:

Sendo eu um homem de esquerda socialista convicto, que procura dar todo o seu tempo, sua experiência e seu entusiasmo à causa dos humildes, certo que não haverá paz, nem justiça, nem dignidade, enquanto um homem explorar outro e um país mais forte saquear o mais fraco, confesso o meu desencanto pela democracia representativa, como se pratica no Brasil<sup>412</sup>.

Porém, em pouco tempo as relações com as Ligas se tornaram amargas. Segundo a POLOP, em texto crítico as posturas das Ligas, o próprio crescimento da força dos camponeses provocou uma crise em seu seio, deixando claro os limites daqueles que eram até então sua representação (liderança). A POLOP afirma ter estado sempre ao lado das Ligas em colaboração em suas lutas, contudo, sempre fez questão de criticar os seus limites, como o personalismo marcado pela predominância de Julião, “e daqueles por ele ungidos”, além do empirismo, destituído “de qualquer preocupação teórica”, e o “absoluto desprezo pelo papel político da classe operária e a dos assalariados agrícolas e a crença irracional em determinada forma de luta levava-a a uma concepção aventureira da revolução

<sup>410</sup> Julião denuncia a farsa eleitoral. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p.9-10. CEDEM/UNESP.

<sup>411</sup> Segundo dados de Julião em torno de “80% das terras de lavoura e criação do país estão nas mãos de 2% apenas de brasileiros.” In: Idem, p.9.

<sup>412</sup> Idem, p.10.

brasileira<sup>413</sup>". Isto porque a Organização sempre acreditou numa aliança entre trabalhadores da cidade e do campo com liderança dos operários, além de ter sempre buscado enfatizar a importância de se desenvolver no "movimento camponês uma orientação política de cunho marxista-leninista<sup>414</sup>".

Continua a POLOP em sua avaliação sobre as críticas das Ligas,

Os inevitáveis fracassos do aventureirismo, a desorganização do movimento e a decomposição decorrente de sua linha empirista levaram Julião e seus amigos a uma apressada tentativa de formar um organismo político capaz de lhes dar cobertura. Surgiu assim o Movimento urgiu assim o Movimento Radical Tiradentes marcado desde o início por todos os vícios que o originaram. E ainda uma vez a Política Operária procurou através de sua participação e da sua crítica orientar corretamente o novo passo que se tentava<sup>415</sup>.

Quando a crise se agravou, levado pelo "desespero, o medo, e o sentimento de derrota fizeram então com que Julião e seus amigos investissem às cegas contra tudo e contra todos." E devido a posição crítica que a POLOP possuía desde "antes do desastre" acabou por se tornar o alvo escolhido "para o primeiro ataque", sendo a ela deferidos "insultos gratuitos, acusações infundadas e ridículas e mesmo [calúnias]" demonstrando o "primarismo político" dos acusadores e sua falta de capacidade auto-crítica<sup>416</sup>.

Segundo a POLOP, "O número de 25 de dezembro do jornal 'Liga' nos dá um triste exemplo de quão baixo se pode cair quando o despreparo teórico e o aventureirismo tomam o lugar do socialismo científico e da prática revolucionária<sup>417</sup>". Enfim, a POLOP defende-se apontado a irresponsabilidade, oportunismo e aventureirismo de seus críticos.

Em artigo com pretensão de avaliar os "Problemas dos trabalhadores no campo", Arnaldo Mourthé aponta a imprescindibilidade da luta no campo para o movimento comunista, dada a importância que ela passou a constituir no Brasil devido a mobilização dos próprios camponeses, e que, portanto, deve-se orientar a direção das lutas camponesas por uma reforma agrária na perspectiva revolucionária de enfrentamento a burguesa<sup>418</sup>.

---

<sup>413</sup> Novo Plano Cohen. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.9. CEDEM/UNESP.

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> Idem, p.10.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> MOURTHÉ, Arnaldo. Problemas dos trabalhadores no campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.19-24. CEDEM/UNESP.

Em outro artigo de Mourthé, agora sobre o sindicato rural, ele denuncia a ideia de “dádiva” que tenta atribuir o governo a sua concessão à possibilidade de sindicalização dos trabalhadores do campo, lembrando que esta conquista só foi possível graças as Ligas e associações espontaneamente formada pelos camponeses e contra a vontade do governo e da classe dominante. Assim, busca destruir tal mistificação da dádiva, afirmando ser o direito de sindicalização uma conquista e não um presente do governo, denunciando assim o “jogo do paternalismo da burguesia” e de seu governo. Aliado a isso denuncia a tentativa “oportunista e reboquista” de muitas frentes políticas e religiosas (no caso os cristãos) de fundarem “sindicatos-fantasmas” e federações sem qualquer condição só para conseguirem construir “instrumentos seus para alcançarem posição dentro do governo”, apontando para o perigo de um direito duramente conquistado (o da sindicalização) a acabar por tornar-se mais uma amarra, e assim um retrocesso na luta<sup>419</sup>. Diante disso, a POLOP continuou buscando interferir na luta em favor da independência das organizações camponesas, porém sem seu aliado mais forte até então, esta sua empreitada ficou cada vez mais difícil.

## **2. Autonomia intelectual e política: a POLOP e as outras experiências revolucionárias vitoriosas**

A POLOP denunciou bastante o que acreditava se tratar de reboquismo soviético do PCB, mas também de qualquer outro. Tendo sido veemente contra a transposição mecânica das formas organizatórias desenvolvidas pelos movimentos de outros países. Para eles era necessário conhecer a realidade particular do lugar da ação, para que daí pudesse se construir a organização mais adequada possível para a forma como a luta neste local se desenvolvia. A importância dada aos caminhos “russo”, “chinês”, “iugoslavo” e agora “cubano” estavam no exemplo de que países mais atrasados do que o Brasil podem fazer a revolução socialista, contudo, “os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação<sup>420</sup>”. Reafirmando seu princípio sobre os modelos, a POLOP lembrava que “todo povo e todo movimento revolucionário tem de cavar o seu caminho. Os exemplos ensinam, mas não poupam o trabalho. O marxismo, onde

---

<sup>419</sup> MOURTHÉ, Arnaldo. Nós e o sindicato rural. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.5. CEDEM/UNESP.

<sup>420</sup> O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

abalou o mundo, foi antes de tudo criador<sup>421</sup>". Algo importante de ser lembrado sempre na luta política, pois segundo a POLOP, era uma convicção que já havia sido perdida no Brasil, devido à submissão da "velha esquerda" que não traça sua estratégia através das necessidades do proletariado brasileiro, mas, levando em consideração as vontades dos partidos que tiveram êxito em sua revolução.

A POLOP foi uma entusiasta divulgadora da revolução cubana, como pode ser visto nas inúmeras notícias sobre a revolução veiculadas pelo seu periódico. A revolução cubana é presença constante em basicamente todos os números do *Política Operária*, às vezes material de capa, como no seu segundo número. Notícias, entrevistas, ou extratos de discursos de Fidel. Análises mais aprofundadas da revolução e dos seus primeiros passos, e pedidos de solidariedade para com ela.

Atacou o imperialismo e as ações da USA contra cuba. Denunciou reuniões da OTAN que pareciam planejar novas sanções ou até mesmo invasão a Cuba<sup>422</sup>. Acreditando ser dever dos comunistas divulgar os avanços em Cuba para alimentar na classe a certeza da necessidade da luta e do caminho a se seguir<sup>423</sup>.

No jornal, não raramente eram divulgados partes de discursos de Fidel. Um proferido em função da comemoração do 5º aniversário do triunfo da revolução<sup>424</sup>. Outro sobre em que Fidel que se assumia marxista-leninista, e a revolução como sendo socialista<sup>425</sup>. Como disse Arnaldo Mourthé: "Sempre vale a pena falar de Cuba quando se vai falar sobre as verdades de Cuba, a fim de que as calúnias, as omissões da imprensa burguesa sejam desmascaradas".<sup>426</sup>

Contudo, sempre salientava que a estratégia revolucionária cubana (guerra de guerrilhas) não poderia ser aplicada em outros países, não da mesma forma que havia sido em Cuba, devido às condições específicas destes países, aliás, esta era uma questão de

---

<sup>421</sup> O nome e um programa. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>422</sup> BANDEIRA, Moniz. Se Goulart ceder aos lanques o povo defenderá Cuba nas ruas. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP. Interessante que a maioria dos textos sobre revolução cubana divulgada pela PO eram escritos por Moniz Bandeira, que chegou a viajar a Cuba em 1960 e se reuniu com Che Guevara

<sup>423</sup> Doc. 00145 - Solidariedade ao povo cubano (Teses para o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba – escrito por Moniz Bandeira em 10 de março de 1963). CEDEM/UNESP.

<sup>424</sup> *Jornal Política Operária*, nº 9, 22 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP.

<sup>425</sup> Revolução antiimperialista e socialista tem que ser uma só. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962. CEDEM/UNESP.

<sup>426</sup> MOURTHÉ, Arnaldo. Nós e o sindicato rural. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.5. CEDEM/UNESP.

princípios da organização, que era sempre muito severa as propostas ou intenções de adequações de modelos históricos, seja o russo, chinês, cubano, etc. No caso específico a crítica à guerra de guerrilhas, estratégia fundamental para a revolução cubana, a POLOP defendia com muito ímpeto a incoerência desta estratégia para a realidade brasileira, pois no Brasil, diferente de Cuba, a despeito dos imensos conflitos no campo, a luta de classes encontrava seu “clímax nos centros de produção” urbanos. “A guerrilha não pode, pois ter a mesma importância em tais circunstâncias, porque nos países mais industrializados não se pode cogitar de ganhar uma luta de tal envergadura com um punhado de homens armados [...] à margem das grandes massas<sup>427</sup>”.

Sempre foi uma preocupação para a POLOP a necessidade do protagonismo da classe trabalhadora urbana, do operário, ainda mais num país industrializado como o Brasil, uma realidade distinta da que os revolucionários encontraram em Cuba, pois o proletariado industrial daquele país era reduzidíssimo, estando à maioria do proletariado em uma condição de trabalho e experiência rural.

A sua euforia em torno da revolução que acontecera em Cuba resultava do reconhecimento de que a revolução cubana legara importantes ensinamentos para todos os povos oprimidos do mundo, e principalmente latino-americanos, somente ponderava: “convém lembrar as condições sob as quais os fatos se desenrolaram em Cuba<sup>428</sup>”, compreender o terreno onde a experiência revolucionária foi gestada. Pois, advertia a todos de um princípio irrevogável seu: “Se não pretendemos apenas tirar o chapéu perante os grandes do passado, então teremos que aplicar seu método à experiência colhida nas condições concretas do presente<sup>429</sup>”.

Assim, devia se considerar, por exemplo, que no Brasil, nem em outros países da própria América naquele momento, como Argentina e Chile, se encontravam esgotadas “as possibilidades legais” às quais se referia Che Guevara como uma das necessidades para vitória de uma guerrilha revolucionária. Pelo contrário, segundo a POLOP

[...] democracia burguesa, com todas as suas restrições, representa ainda o terreno melhor para a organização da classe operária. Aproveitá-la para isso e promover uma corrida contra o tempo é nossa tarefa, pois a tendência da classe dominante é restringi-la cada vez mais. De nosso lado

---

<sup>427</sup> A propósito da “Guerra de guerrilhas”. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.11. CEDEM/UNESP.

<sup>428</sup> Idem.

<sup>429</sup> Idem, p.9.

devemos defendê-la até o fim, inclusive porque a defesa dos direitos democráticos faz arte da educação dos trabalhadores<sup>430</sup>.

Aproveitar os espaços legais ainda existentes de disputa política era fundamental para formação da consciência revolucionária da classe protagonista da revolução, visto que a consciência é sempre “resultado de um trabalho político, de uma educação revolucionária que deve ser adquirida no decorrer de muitas lutas parciais<sup>431</sup>”. Porém, apesar disso, advertia a POLOP:

Não que se trate todavia de uma ‘legalidade a todo custo’. De nada adiantaria querer comprar a legalidade com a renúncia a uma educação revolucionária, como vem ocorrendo na última década. A democracia burguesa é apenas o terreno de onde podemos partir para a conquista da democracia socialista<sup>432</sup>.

Assim, a POLOP definia uma leitura sobre a revolução cubana que divergia de leituras feitas por outras organizações, como o PCB, e as Ligas. Havia aí disputa também, inclusive, da própria concepção sobre o caráter da revolução cubana, pois uns falavam em revolução nacionalista, antiimperialista.

Para a POLOP a revolução cubana havia derrubado alguns mitos como a estratégia de coexistência pacífica, a ideia de revolução por etapas, devido ao atraso econômico dos países que passaram por um processo de colonização (semi-coloniais), enfim Cuba provaria que a revolução antiimperialista e socialista tem que ser uma só. A luta contra o imperialismo era real, mas acreditava que esta necessária luta pela libertação nacional, só poderá sair vitoriosa se evoluir para uma luta socialista, e Cuba é o exemplo<sup>433</sup>. Mas discordava da apropriação acrítica do exemplo cubano feito pelas Ligas, que demonstravam um espontaneísmo quando assumiam a centralidade da guerra de guerrilhas.

Assim, o dissenso da POLOP com a estratégia da guerra de guerrilhas estava no fato de que, apesar de não desconsiderar a necessidade da violência na ação revolucionária, a POLOP compreendia que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia levado a indústria a um patamar distinto do de Cuba, estando os trabalhadores urbanos da indústria no Brasil em um contingente muito maior do que o cubano, o que fazia deles os verdadeiros

---

<sup>430</sup> A propósito da “Guerra de guerrilhas”. *Jornal Política Operária*, nº 2, abril de 1962, p.11. CEDEM/UNESP.

<sup>431</sup> Idem.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> Doc. 00145 - Solidariedade ao povo cubano (Teses para o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba – escrito por Moniz Bandeira em 10 de março de 1963). CEDEM/UNESP.

líderes da revolução. Uma ação armada levada apenas por alguns militantes (a vanguarda) sem a sua participação, inviabilizaria qualquer possibilidade de êxito, ainda mais em um país onde ainda não havia se esgotado os caminhos da luta democrático burguesa.

O fato é que a luta violenta instaurada em momento onde ainda prevalecia um campo democrático instituído, conquista histórica da luta dos trabalhadores, seria mal vista pela mesma classe que, contudo, deveria a ela se incorporar. Produzindo o efeito contrário do almejado, os repeliriam da luta. Enfim, de fato a revolução cubana destruiu certos mitos, contudo, construiu outros.

Sobre a revolução chinesa e o conflito sino-soviético, a POLOP declarou, em nota do seu Comitê Nacional (em agosto de 1963), apoio ao Partido Comunista Chinês (PCC) no conflito deste com o Partido Comunista Soviético (PCUS), em divergência que ficou conhecida como conflito sino-soviético, pois entendia que as diferenças que fizeram o PCC entrar em confronto com o PCUS não eram diferenças pequenas, mas de princípios, tratava-se do conflito entre marxistas revolucionários e revisionistas reformistas. O apoio ao PCC se dá ao fato de que suas objeções ao PCUS acabam por coadunar com a já maturada estratégia revolucionária da POLOP, de que a linha política da vanguarda da revolução deveria ter como base a teoria revolucionária marxista-leninista, e de que a passagem do capitalismo ao socialismo somente poderia se dar pela ruptura revolucionária, e não através da superação de etapas artificialmente criadas por uma teoria reformista onipotente. Aliado a isso, agradava a POLOP a crítica do PCC a estratégia política de coexistência pacífica, que era entendida não no sentido de paz entre nações de regimes sociais distintos, ou mesmo opostos, tendo com isso o objetivo de adiar, ou mesmo evitar, uma guerra entre nações, mas, era compreendida como um acordo de paz, e assim aliança, entre as classes inevitavelmente opostas (pois se trataria de opressores e oprimidos). Esta compreensão estava no bojo da prática política da aliança com os burgueses progressistas em seu suposto enfrentamento aos burgueses compreendidos como mais reacionários. Assim, “Para não assustar os aliados burgueses, [eram] suprimidos os aspectos revolucionários e os objetivos socialistas da luta da classe operária e dos comunistas e evitado todo ataque direto contra a sociedade burguesa como tal<sup>434</sup>”. Para POLOP estava “claro que semelhante política só pode ser seguida mediante renúncia a uma educação revolucionária das massas e isso significa a

---

<sup>434</sup> E.M. Política Operária e as divergências sino-soviéticas. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.44. CEDEM/UNESP.

propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos<sup>435</sup>”.

Por fim, porém, salienta que não se trata daí de definir a experiência chinesa como modelo de revolução, e se submeter ao PCC, pois a POLOP continuava marcando sua posição de autonomia perante as outras experiências revolucionárias, sendo necessário adaptar a teoria revolucionária as condições concretas da luta de classes no país<sup>436</sup>.

As considerações da POLOP sobre este conflito polêmico, assim como sua compreensão sobre a revolução cubana, denotam sua concepção de revolução que diferente da do PCB, defendia que a revolução anti-imperialista imediata no Brasil seria socialista, ou não seria revolução, pelo menos não em prol da satisfação dos trabalhadores.

Ao fim de uma das suas edições do jornal *Política Operária*, a POLOP apresentou um retrato da China revolucionária, dando ênfase as suas “comunas populares” como edificadoras do socialismo chinês. Elogiando a genialidade do PCCh e de seu secretário-geral Mao Tsé Tung<sup>437</sup>, mas mantendo-se independente.

### **3. Na ante-sala do golpe, a democracia por um fio**

Quando diante do primeiro momento de realização de eleições desde sua existência, no caso o processo eleitoral de 1962, a POLOP apresentou-se contra as posições revolucionárias que urdiam o voto nulo, a não participação no processo eleitoral como forma de desmascarar o próprio processo eleitoral burguês. Afirmou categoricamente que: “As palavras de ordem ‘revolucionárias’, intransigentes, etc., que ‘não admitem concessões’ que não levam em conta as situações concretas em que nos encontramos e que se contentam em repetir as fórmulas puras do marxismo enlatado e acabado, não atingem o povo<sup>438</sup>”.

Desta forma, a POLOP participou limitadamente, é óbvio, do processo eleitoral daquele ano, firmaram, por exemplo, junto com o PCdoB, apoio a candidatura de Cid Franco ao governo de São Paulo pelo PSB. Tal candidatura foi visto pela POLOP como a primeira

---

<sup>435</sup> E.M. *Política Operária* e as divergências sino-soviéticas. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.44. CEDEM/UNESP.

<sup>436</sup> MOURTHÉ, Arnaldo. Problemas dos trabalhadores do campo. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.25-26. CEDEM/UNESP.

<sup>437</sup> Jornal *Política Operária*, nº 10, 29 de janeiro de 1964, p.13. CEDEM/UNESP.

<sup>438</sup> As esquerdas e as eleições. *Jornal Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p.11. CEDEM/UNESP.

candidatura tão radical e abertamente anti-burguesa que surge depois de muitos anos no cenário nacional, e viu neste processo “uma possibilidade real de mobilização das massas operárias da cidade e dos trabalhadores do campo contra as candidaturas burguesas e latifundiárias<sup>439</sup>”, sendo uma campanha com potencial de servir para amadurecimento político das massas. “Essa mobilização só será possível se a campanha se transformar em um veículo de politização e esclarecimento das massas e em um instrumento de desmascaramento do próprio processo eleitoral burguês<sup>440</sup>”, por isso ver nesta aliança em torno deste processo eleitoral “um passo em direção à Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”. Contudo, lamenta a falta do apoio do PCB e da esquerda do PTB no processo, o que faz com que a Frente fique incompleta<sup>441</sup>.

Subordinando a atividade eleitoral às necessidades globais da revolução, a POLOP vem apoiando a candidatura Cid Franco em São Paulo como fator de aglutinação da Esquerda e instrumento de propaganda socialista<sup>442</sup>.

Publica no jornal uma nota do PSB proclamando a candidatura Cid Franco, que demonstra estar o partido ciente dos limites da democracia representativa da época: “A caricatura de democracia que aí está destina-se apenas a salvar as aparências. Atrás da fachada, o regime não passa de uma ditadura cruel exercida por uma minoria de privilegiados<sup>443</sup>”.

Em nota divulgada pela revista *Política Operária*, a organização, depois de passado o processo eleitoral, afirma que apesar da fragorosa e esperada derrota eleitoral da candidatura Cid Franco (PSB) da Frente de Esquerda, foi importante e valoroso pela experiência política adquirida pela militância que participou da experiência<sup>444</sup>.

A POLOP não participou da campanha do plebiscito que instauraria o parlamentarismo ou presidencialismo, diferente do PCB que apoiou o que ele definia como as “forças progressistas” na luta pelo presidencialismo, a POLOP se absteve criticamente da campanha. Pois sabia e afirmou que o parlamentarismo instaurado as presas, e através de inúmeros arremedos legais e políticos, havia sido à saída encontrada pela burguesia para salvar a sua dominação, pois temia que se radicalizasse a mobilização popular realizada

---

<sup>439</sup> Jornal *Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>440</sup> Idem.

<sup>441</sup> Idem.

<sup>442</sup> Doc. 00138. *Política Operária: O que é.* (documento da POLOP de SP). 1963, p.1. CEDEM/UNESP.

<sup>443</sup> Jornal *Política Operária*, nº 3, maio de 1962, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>444</sup> As eleições em S. Paulo. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962, p.3-2. CEDEM/UNESP.

contra a sua tentativa desastrada de golpe<sup>445</sup>. Nesse sentido, se fez complacente com as críticas e acusações dos trabalhistas e comunistas do PCB sobre a ideia de que a implementação do parlamentarismo naquele momento representava apenas um “golpe branco” para impedir o avanço das reformas, e colocou-se em condição de apoio a “todas as medidas que representem um avanço da consciência das massas e sejam capazes de levar a essa solução<sup>446</sup>”. Concordava que se deviam combater as forças mais conservadoras, porém, salientava criticamente que não se deveria aceitar sinceramente, com risco de passar recibo de ingenuidade, as saídas trabalhistas como salvação da pátria, a não ser que esteja se falando da pátria burguesa<sup>447</sup>. Assim, seria pura inocência acreditar que o presidencialismo com os trabalhistas a frente do governo, pudesse mudar de fato a situação incômoda dos trabalhadores, sendo pouco proveitoso para a verdadeira luta a se travar, restringir-se a dicotomia empobrecida de parlamentarismo e presidencialismo. Afirmava: “O parlamentarismo não é, em si mesmo, nem pior nem melhor do que o presidencialismo. Não é a forma do sistema política que importa, mas a classe a cujo serviço esse sistema se encontra<sup>448</sup>”.

A compreensão de que o Estado brasileiro era um estado sustentado pelo “regime latifundiário-burguês<sup>449</sup>” definia seu posicionamento sobre a campanha plebiscitária de 1963, que discutia a alteração do regime político vigente no país. Posição explícita no artigo assinado por Pedro Xavier que se refere a “Velha Esquerda” como aquela que acaba sempre agindo enquanto “apêndice da política burguesa”, sendo que na campanha do plebiscito não tinha sido diferente, pois ofereceu mais uma vez seus serviços, costurando a cobertura ideológica popular de parte da burguesia engajada na campanha (interessada na vitória do presidencialismo no plebiscito).

O autor se questionava, e respondia em seguida a uma questão importante, esclarecedora da estratégia da Organização: “podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente<sup>450</sup>”.

---

<sup>445</sup> Parlamentarismo, presidencialismo: a falsa mudança. *Jornal Política Operária*, nº 1, janeiro, 1962, p.3. CEDEM/UNESP.

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Idem.

<sup>449</sup> Por uma frente da esquerda revolucionária. *Revista Política Operária*, nº 6, 1963, p.4. CEDEM/UNESP.

<sup>450</sup> XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um ‘Não’ às Esquerdas. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.13. CEDEM/UNESP.

A negação em preparar-se o proletariado para suas próprias reivindicações históricas, a fuga ao desmascaramento do caráter mistificador das bandeiras burguesas, a ajuda à circulação das ideias burguesas no meio operário é que têm impedido o desenvolvimento do proletariado como força política própria. E sua inexistência como força política própria é que permite sempre à burguesia abandonar seu incômodo parceiro assim que necessário<sup>451</sup>. [...] Desta forma, quando os reformistas, devido à fraqueza política atual do operariado e à possibilidade de se aproveitar as necessidades reformistas da burguesia, apoiam os planos burgueses, permitem que esses planos ganhem as massas, mobilizam as massas para eles, entregam a liderança do processo à 'fração progressista' da burguesia, eles justamente deixam de aproveitar essa onda reformista para o proletariado<sup>452</sup>.

É no próprio processo de luta que se forja a vanguarda e o programa revolucionário (projetos e perspectivas políticas), que por contrapartida se desenvolve nas condições sociais existentes e não nas nuvens. Porém, para a POLOP, ao aceitar a liderança da burguesia, "aceita-se antecipadamente os limites burgueses das reformas<sup>453</sup>".

Segundo a POLOP, a volta do presidencialismo não se tratou de uma campanha contundente contra o imperialismo como afirmou os reformistas, mas premissa necessária para a efetivação de um plano reformista, que salve a burguesia e o capitalismo brasileiro em crise, e barre a participação das massas no processo histórico aberto com esta crise, através do reforço do poder central. E para que tais reformas não evoluam para uma intervenção revolucionária<sup>454</sup>.

Denunciar isso foi a tarefa assumida pela POLOP, pois somente nesta luta político-ideológica, podia se dar os primeiros passos para organização autônoma da classe, construindo assim o caminho para o socialismo<sup>455</sup>. Visto que "O apoio, assim, da Esquerda ao fortalecimento do centro burguês, sem qualquer possibilidade de participação ou controle do poder, significa entregar docilmente às classes dominantes o instrumento necessário para sua estabilização no poder<sup>456</sup>".

Para a POLOP a luta em torno do plebiscito, que envolveu a permanência do parlamentarismo ou à volta ao presidencialismo era fruto das contradições da burguesia

---

<sup>451</sup> XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um 'Não' às Esquerdas. Revista *Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.13. CEDEM/UNESP.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> Idem.

<sup>454</sup> Idem, p.14.

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> Idem.

brasileira, uma luta liderada pelas facções políticas da burguesia brasileira envoltas em seu conflito interno e não guarda grande interesse ao proletariado<sup>457</sup>.

Contra um regime parlamentar que facilita a representação dos múltiplos interesses que dividem as classes dominantes, a burguesia industrial propõe a instauração de um poder pessoal presidencialista ou ditatorial – que lhe permita fazer avançar o capitalismo brasileiro, através das indispensáveis reformas estruturais<sup>458</sup>.

Sendo assim, a luta em favor da instauração do presidencialismo ou da permanência do parlamentarismo não é liderada pela classe operária, e nem deveria de ser, pois não toca diretamente os seus interesses. A vitória plebiscitária de qualquer que seja o regime não será necessariamente uma vitória popular<sup>459</sup>. Depois da realização do plebiscito, retomou a tese, agora, segundo a POLOP atestada pela própria história, pois a campanha do plebiscito não agitou as massas, “que permaneceram indiferentes ante uma cartada que, bem o sabiam, não lhes dizia absolutamente respeito<sup>460</sup>”.

Assim, para POLOP, em apreciação sobre o resultado do plebiscito: “Presa nos termos dessa contradição, a saída encontrada pela burguesia foi manter-se no terreno do bonapartismo institucional, representado pelo sistema presidencialista<sup>461</sup>”.

A posição da POLOP sobre a Frente de Mobilização Popular (FMP) também era crítica, debatido na segunda conferência extraordinária, realizada em julho de 1963, a organização acreditava que:

A FMP permaneceu como órgão de cúpula e não conseguiu vincular-se diretamente às massas; 2- A linha política da FMP continua limitada às posições reformistas da burguesia; 3- Com referência a FMP, a tarefa da POLOP é impulsionar os setores radicais que a integram no sentido de uma política revolucionária de classe, como a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo<sup>462</sup>.

Assim ficou decidido que “Os militantes da POLOP que atuam em caráter individual na FMP, levantem o programa e as palavras de ordem da FER, procurando conquistar para

<sup>457</sup> A crise brasileira. *Revista Política Operária*, nº 4, outubro de 1962. CEDEM/UNESP.

<sup>458</sup> Idem.

<sup>459</sup> Idem.

<sup>460</sup> *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.5. CEDEM/UNESP.

<sup>461</sup> Idem.

<sup>462</sup> Doc. 00165 - Resoluções da II Conferência Extraordinária. Julho de 1963, p.5-6. CEDEM/UNESP.

estas posições os setores mais consequentes da FMP”, pois a “POLOP não participará da FMP enquanto organização<sup>463</sup>”.

A POLOP também viu o “programa mínimo” para formação da “Frente de apoio às reformas de base” ou “Frente Ampla” como uma estratégia da burguesia para dividir a esquerda revolucionária, conter o movimento de massas e promover a colaboração de classe. Pois: “Tal como se encontra, o programa mínimo integra muitas das antigas reivindicações das forças populares. Se o Sr. João Goulart pretende aplicá-las, não necessita, portanto, de nenhum compromisso prévio de apoio, por parte dessas forças.” Ou seja, tal apoio estar claro que será dado mesmo sem frente nenhuma, assim a frente é na verdade uma forma de barrar que as massas peçam mais, demandem mais do que a burguesia está disposta a ceder. Programa que se apresenta com objetivo de aderência da “esquerda positiva<sup>464</sup>”.

Assim a POLOP tirou palavras de ordem: “NÃO AO ESQUEMA DA FRENTE AMPLA!” e “NÃO AO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS!<sup>465</sup>”.

Tal atitude em retrospectiva histórica pode ser caracterizada como posição suicida, visto as condições políticas da época que nitidamente começavam a ficar insustentável, porém, justamente por isso, a POLOP desconfiava de praticamente todos os lados, estava convencida que o agravamento da crise do capitalismo brasileiro levaria certas forças políticas a ação golpista, contudo, mantinha dúvidas sobre quem daria o golpe. Dividida, uma parte da organização apostava em forças anti-trabalhistas, e outra vertente em uma ação bonapartista do próprio João Goulart, por isso esbravejava ser imperioso barrar o golpe bonapartista de Jango tanto quanto o golpismo da reação lacerdista<sup>466</sup>.

Em análise do governo Goulart, a POLOP acreditava que o apoio das esquerdas era absolutamente necessário ao seu governo, pois, “O sr. Goulart só representa qualquer coisa para a burguesia na medida em que lhe garante o controle das massas. Até hoje, dispôs realmente desse controle, mas através das organizações sindicais e políticas que o apoiam<sup>467</sup>”. Para isso serve Brizola, a Frente de Mobilização Popular e “a ação em duas

---

<sup>463</sup> Doc. 00165 - Resoluções da II Conferência Extraordinária. Julho de 1963, p.5-6. CEDEM/UNESP.

<sup>464</sup> PERES, Sargento Márcio. As lutas de classe e as forças armadas. *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p.8. CEDEM/UNESP.

<sup>465</sup> Idem.

<sup>466</sup> *Jornal Política Operária*, nº 9, 22 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP.

<sup>467</sup> O caminho da crise brasileira. *Revista Política Operária*, nº 6, 1963, p.2. CEDEM/UNESP.

frentes no meio sindical, através de Almino e de Crockatt<sup>468</sup>. A POLOP acreditava que Jango estava preparando terreno “para a implantação de um governo de tipo bonapartista<sup>469</sup>”. Sendo a “pregação ‘revolucionária’ de Brizola” parte integrante deste plano, pois possuía objetivo de retirar das “esquerdas a liderança das massas, transferindo-a para aquele a quem o sr. Goulart confiara essa tarefa – o sr. Leonel Brizola” e de “desmoralizar o regime<sup>470</sup>”.

Rui Marini é um dos que apontam as supostas pretensões de Jango a um golpe bonapartista. Para ele Goulart sabia que dependia de uma forte ligação com o povo, ou seja, apoio popular, para se manter como representante da burguesia, e nela possuía sua melhor chance de assumir um governo bonapartista<sup>471</sup>, por isso mantinha os políticos, organizações e sindicatos de esquerda sempre muito próximos.

A caracterização de Marini sobre o governo Jango é bastante crítica, visão, aliás, que corrobora a da POLOP (como visto em outros documentos assinados pela organização, ou por outros militantes), para Marini o governo já está há muito desvinculado dos anseios das massas.

Sobre João Goulart em particular, sua avaliação é bastante dura, e é a que segue:

Político afeito às velhas práticas fisiológicas, tradicional mente estribado no peleguismo e no empreguismo afeito às concessões e à conciliação, o atual Presidente da República vem realizando o pior governo de que a burguesia já dispôs, e tanto mais decepcionante quanto se segue às brilhantes promessas que o Sr. Jânio Quadros soubera cintilar<sup>472</sup>.

Para POLOP Goulart possuía nítidos interesses golpistas, como demonstrara seu pedido derrotado de estado de sítio. E a POLOP se ver obrigado a explicar, devido os anseios de militantes do PCB que parecem ver em Jango a existência de um Fidel brasileiro, que ao buscar um golpe, Goulart não pretende promovê-lo para levar a cabo um projeto político popular, mas “lhe interessa é o poder pessoal, é a ambição de mando. Serve-se das reformas para obter o apoio da esquerda reformista e para fazer crer às massas que está a serviço

---

<sup>468</sup> O caminho da crise brasileira. Revista *Política Operária*, nº 6, 1963, p.2-3. CEDEM/UNESP.

<sup>469</sup> Idem, p.1.

<sup>470</sup> Idem.

<sup>471</sup> MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.9. CEDEM/UNESP.

<sup>472</sup> Idem, p.6.

destas. Presta, com isto um serviço à burguesia, pois dificulta a mobilização das massas para lutar por conta própria<sup>473</sup>”.

Crítica o PCB em seu apoio ao governo,

É inevitável, pois, que a decepção que o governo está causando, e que deverá agravar-se ainda muito mais, venha a refletir-se diretamente sobre a esquerda. Se, amanhã, esse povo traído e explorado vier a se passar para qualquer Lacerda que lhe apareça com uma pretensa fórmula de salvação nacional, sobre quem recairá a responsabilidade, senão sobre a esquerda?<sup>474</sup>

Por este temor a POLOP vê no plano da “Frente Ampla” também, o aumento do poder pessoal do Goulart, onde se estuda como se dará sua permanência no governo, seja pela alteração dos jogos democráticos para sua reeleição, ou através do golpe puro e simples. E critica documento do SG do PCB Luís Carlos Prestes que anunciou “a integração efetiva do Partido no esquema da ‘frente ampla’<sup>475</sup>”. “Não há dúvida de que, a partir de agora, o PCB está unido ao Sr. João Goulart para o que der e vier. Para JG-65 ou para o golpe, se for o caso<sup>476</sup>”.

A POLOP alertava:

O que vem fazer o Sr. Prestes, com seu artigo, é por demais grave para que possa passar em brancas nuvens. [...] Ao dar, pois, este passo, ao se acasalar oficialmente com o Sr. João Goulart, a direção reformista do PCB deixa de ser um mero entrave ao avanço do movimento comunista no Brasil e da esquerda em geral. Ela se converte em uma ameaça concreta ao movimento revolucionário e marca definitivamente seu divórcio em relação aos verdadeiros interesses da classe operária brasileira<sup>477</sup>.

Finalizando com o pedido direcionado as bases do PCB que continuam ainda marxistas-leninistas, para se livrarem da direção reformista do Partido<sup>478</sup>.

A POLOP também se posicionou contra o plano Trienal. Rui Mauro Marini em sua avaliação sobre o plano afirma que seu fracasso não se deu pelo fato de o governo ter respeitado os desejos da massa que demonstrou sua insatisfação, como Prestes chegou a

<sup>473</sup> Jornal *Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.2. CEDEM/UNESP.

<sup>474</sup> MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.9. CEDEM/UNESP.

<sup>475</sup> Jornal *Política Operária*, nº 13, 12 de março de 1964, p.3. CEDEM/UNESP.

<sup>476</sup> Idem.

<sup>477</sup> Idem.

<sup>478</sup> Idem.

afirmar em seu discurso no Recife, pois diferente do que afirma os reformistas do próprio governo e do PCB, segundo Marini, o governo não está nem aí para as massas<sup>479</sup>.

Com o aprofundamento da crise a solução “nacionalista e democrática” necessária para a realização das reformas burguesas que previa o Plano Trienal se tornou inviável, devido ao fato de que tal aliança só é possível quando a burguesia concede ao proletariado como forma de se costurá-la, contudo, a crise brasileira se aprofunda e a burguesia não se encontra mais em condições de conceder, não lhe interessando assim tal aliança. Ora, as condições de avanço da consciência da classe oprimida no país amedrontam a burguesia, que teme pela sua própria existência.

Nestas circunstâncias, como se atreveria a burguesia a isolar-se de seus aliados tradicionais, de quem a separem choques de interesses, mas aos quais se liga pelo compromisso comum no sistema de exploração vigente no país? E, sobretudo, para garantir-se o apoio das massas, teria de oferecer-lhes, não simplesmente algumas vantagens econômicas, mas ataques ao regime da propriedade privada latifundiária, suscetíveis de serem usados amanhã como precedente para sua própria liquidação?<sup>480</sup>.

Theotônio dos Santos, criticando outra proposta aventada pela esquerda reformista, explica “Por que fracassaria um ministério de centro esquerda?”. Começa expondo as já conhecidas teses da POLOP de que o Brasil já um país marcadamente capitalista, apesar de ainda manter relações pré-capitalistas no campo, e de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro está intimamente entrelaçado com o capitalismo internacional, sendo dele dependente histórico, o que aponta para conclusão de que assim sendo a “burguesia nacional não pode destruir o imperialismo e o latifúndio porque são seus aliados e porque liquidá-los seria extinguir a si mesma, pois a eles está intimamente associada<sup>481</sup>”. Além disso, o autor expõe, porém, explica melhor, a tese de que o capitalismo brasileiro, formado historicamente dentro destas condições, passa por uma crise.

A crise brasileira é por nós definida como uma crise de crescimento capitalista. Este crescimento é dificultado, de um lado, pelas deficiências de mercado interno e externo. O primeiro é limitado pelas condições pré-capitalistas que sobrevivem no campo assim como pelas sobrevivências arcaicas encontradas nos próprios setores capitalistas agrícolas. O segundo é limitado pelas condições do mercado mundial, controlado pelas grandes

---

<sup>479</sup> MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista *Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.5. CEDEM/UNESP.

<sup>480</sup> Idem, p.8.

<sup>481</sup> JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? Jornal *Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.6. CEDEM/UNESP.

potencias. Não só encontramos dificuldades de exportar em grande escala nossos produtos industriais como vemos cair dia a dia o preço das matérias primas de exportação. O que se reflete na frágil estrutura do país ainda dependente da importação, limitada esta pelos poucos recursos cambiais (queda dos preços dos produtos de exportação) e pelos prazos curtos de pagamento das dívidas internacionais. O que se torna mais grave porque ainda sofremos uma sangria enorme de divisas, através da remessa de lucros e 'royalties' e do pagamento de serviços (frete marítimo, por exemplo) a empresas estrangeiras<sup>482</sup>.

Desta forma, esta crise tende a perpetuar-se, chega a prever para o ano seguinte, o ano de 1964, "um agravamento da crise econômica que as classes governantes não sabem enfrentar", assim, chega à conclusão de que é "impossível, nas condições atuais do mercado mundial, um desenvolvimento capitalista nacional independente", estando determinada ao fracasso a política nacional-desenvolvimentista posto nestes termos de libertação nacional, e sendo assim, a única saída para independência residiria na derrota do imperialismo e latifúndio. Sendo que "as classes sociais capazes de derrotar o imperialismo e o latifúndio são os trabalhadores da cidade e do campo, apoiados pela classe média, pequena burguesia, estudantes e intelectuais<sup>483</sup>", em uma luta feroz e sem volta contra "a máquina burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário", e a própria burguesia nacional que contribui para manutenção deste regime em declínio. Ou seja, somente a revolução socialista salvaria o país, possibilitando um verdadeiro desenvolvimento nacional autônomo. Por isso, nenhum Ministério de centro-esquerda poderia funcionar nas condições da época<sup>484</sup>.

O autor relembra que não é a primeira vez na história "que a burguesia entrega o poder aos reformistas em condições de crise [...], confiando na sua habilidade de conter as massas e jogando sobre suas costas o mais pesado ônus da crise<sup>485</sup>". A história assistiu ao fracasso da social-democracia alemã no entreguerras, que acabou por resultar no Nazismo, e ao fracasso do Partido Trabalhista inglês que durante a Segunda Guerra acabou perdendo as eleições.

Por isso, com o decorrer do prolongamento da crise, o autor vê o inevitável aumento da insatisfação popular, e assim sendo, das greves, o que torna necessário a preparação de uma direção política honesta [o partido - a vanguarda] para classe. Alertando que somente

---

<sup>482</sup> JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.6. CEDEM/UNESP.

<sup>483</sup> Idem.

<sup>484</sup> Idem.

<sup>485</sup> Idem.

“uma política operária própria lhe impedirá de ser mero reboque do governo. E ser reboque do governo hoje significa sofrer os prejuízos dele – a desmoralização por sua eterna vacilação e incompetência para realizar as reformas – sem poder captar os lucros – a boa vontade da burguesia e do imperialismo<sup>486</sup>”.

Seu último alerta indica que: “Um governo que só agite problemas, tome medidas isoladas e incompletas, só fará atijar a direita no país, levá-la à clandestinidade e à sua militarização, colocando o risco de uma violenta guerra civil neste país<sup>487</sup>”.

Eric Sachs vê também uma divisão nos interesses das classes dominantes no país, de fato uma almeja o desenvolvimento industrial do país, tendo como modelo os países industrializados do centro do capitalismo, contudo, enfrenta como obstáculos “a situação anacrônica no campo e condições desvantajosas no mercado mundial<sup>488</sup>”. Esta é a parte da classe dominante que investe nas reformas desenvolvimentistas, porque tem que investir para realização de seus objetivos, e assim apoiam o governo e seu projeto nacional-reformista. Contudo, “Do lado oposto, na coligação das classes dominantes, encontramos o latifúndio tradicional, ligado ao capital comercial e bancário e a toda uma escala de intermediários, que exploram o campo e estão interessados na conservação do *status-quo*”, que acaba por sustentar representações políticas mais conservadoras<sup>489</sup>.

Porém, a diferença da POLOP com o PCB, exposta por Eric Sachs, é que a POLOP acredita que as duas facções mantêm íntimas relações com imperialismo, e não pretende em condições alguma romper relações com ele, travam na verdade uma luta intra-classe na busca pela liderança da própria classe, ou seja, pela representação dos interesses da classe como um todo, e nisso depende o apoio que o imperialismo pode dar a elas. [Lembremos também que não ver a necessidade de uma revolução democrática-burguesa]. Eric toma como os porta-vozes destas duas frações distintas da classe dominante, o presidente Goulart, e o governador Lacerda. “Ambas as facções se preparam para disputar o poder, romper o equilíbrio de forças dentro da coligação das classes dominante e reunificá-las sob o seu domínio<sup>490</sup>”.

---

<sup>486</sup> JÚNIOR, Theotônio. Por que fracassaria um ministério de centro esquerda? *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.8. CEDEM/UNESP.

<sup>487</sup> Idem, p.6.

<sup>488</sup> MENDES, Eurico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. *Revista Política Operária*, nº 7, outubro de 1963, p.16. CEDEM/UNESP.

<sup>489</sup> Idem.

<sup>490</sup> Idem.

Teme porém, que um golpe nasça com uma aparência de “esquerda” e acabe por extirpar os poucos direitos democráticos populares que existem, o que seria a tese de um golpe bonapartista efetivado por Jango. Enfim, permanecia a certeza do golpe, e a dúvida sobre sua forma, se bonapartista ou fascista.

Entrando no auge da crise a POLOP ainda apoiou e se aproximou da radicalização dos subalternos das Forças Armadas. Em texto sobre o assunto, Rui Mauro Marini aponta a mobilização dos sargentos como um avanço da luta de classes. Defende que as lutas que moveram as camadas inferiores das Forças Armadas, dos sargentos e os marinheiros, eram frutos de uma “consciência política empiricamente adquirida, em função do trato diário dos problemas imediatos”, o que fez com estes se identificassem com as reivindicações das organizações operárias e camponesas já em mobilização, fazendo com que os problemas específicos dos subalternos das forças armadas os levassem a luta pela “ampliação das franquias democráticas”, contudo, o prosseguimento do conflito “se confunde, em última instância, com a luta pela transformação social e econômica do país<sup>491</sup>”.

Entusiasmado com o levante de Brasília ocorrido em 12 de setembro de 1963, Marini aponta o rompimento que este evento,

[...] representou com as formas tradicionais que assumiam entre nós as lutas de massa (pelo menos nas cidades). Até então, estas se limitavam a exercer pressão externa sobre o centro de poder político, a fim de influenciar suas decisões. O que os sargentos fizeram consciente ou inconscientemente, foi ignorar a regra que admite que o poder pode ser pressionado, mas não questionado. Pegando em marmas na madrugada do dia 12, colocaram em questão a própria legitimidade do poder que os excluiu da participação política – o que implicava em abrir as portas para a instituição de novo poder<sup>492</sup>.

Assim concluía o autor de que somente por isso os sargentos já eram “uma ameaça ao regime político atual, mas não chegam a ser uma ameaça efetiva à dominação da burguesia.” Mas completa, com convicção e entusiasmo: “Unidos, porém, ao movimento operário, se converteriam ao braço armado de uma revolução que não deixaria pedra sobre pedra da dominação burguesa no Brasil<sup>493</sup>”.

---

<sup>491</sup> MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço das lutas de classe. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.3. CEDEM/UNESP.

<sup>492</sup> Idem.

<sup>493</sup> Idem.

Assim, deixava novamente claro a importância que acreditava ter o operariado na continuidade desta luta, salientando que “os sargentos tendem a se adiantar às lideranças sindicais, no processo de radicalização, mas dependem, para dar completo seguimento à sua ação, de que a classe operária defina os objetivos da luta que eles se dispõem a travar<sup>494</sup>”.

O sargento Márcio Peres ao tratar das mobilizações dos subalternos das forças armadas, salientou que as “lutas reivindicatórias das camadas inferiores das Forças Armadas, principalmente dos sargentos” vão expondo o recorte de classe que marca a própria Força Armada, pois,

[...] os graduados são recrutados nas camadas mais humildes da sociedade, isto é, nas classes operária e camponesa, raramente na classe média, e nunca na burguesia. Em contrapartida, os oficiais são recrutados na burguesia e, às vezes, na classe média. Este fato é sintomático e significativo. Somente em casos excepcionais é que um militar, oriundo da classe operária ou camponesa, consegue atingir ao oficialato, e assim mesmo após submeter-se a uma série de vexames. Não pode comandar, não pode ir além de capitão na ativa, há uma verdadeira discriminação e uma brutal diferença quanto ao tratamento<sup>495</sup>.

A POLOP já denunciava a armadilha por trás das acusações da direita de que grupos comunistas preparavam uma luta armada, como forma de condensar o anti-comunismo no meio popular, e assim preparar terreno para um golpe contra a democracia. Ou seja, a POLOP com isso tentava alertar a esquerda para se prepararem para o enfretamento que começava a tomar forma, para se libertar do “reboquismo”<sup>496</sup>.

A crise econômica do capitalismo brasileiro se aprofundava, e as ações dos reformistas não resultavam mais nos efeitos esperados, denotando o fracasso delas, as ilusões antes denunciadas.

A POLOP temia a muito o golpe, e via a cada novo dia a possibilidade mais clara desta ação, e levado pelas condições de radicalização, se radicalizava. Porém, apesar de prever que o golpe viria, o que diga-se de passagem não era grande mérito, pois, muitas outras organizações previram também, a POLOP tinha dúvidas, como todos os outros, de quem

---

<sup>494</sup> MARINI, Rui Mauro. O movimento dos sargentos e o avanço das lutas de classe. *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964, p.3. CEDEM/UNESP.

<sup>495</sup> PERES, Sargento Márcio. As lutas de classe e as forças armadas. *Jornal Política Operária*, nº 12, 27 de fevereiro de 1964, p.6. CEDEM/UNESP.

<sup>496</sup> Novo Plano Cohen. *Revista Política Operária*, nº 5, janeiro-fevereiro de 1963, p.8-9. CEDEM/UNESP.

daria o golpe. De que direção ele de fato viria. Afirmava ser imperioso barrar o golpe bonapartista de João Goulart tanto quanto o golpismo da reação lacerdista<sup>497</sup>.

Em 1964, a dias do golpe, a POLOP fazia balanço otimista do ano anterior visto ter demonstrado claramente, segundo a avaliação, a incapacidade do PCB de se desvincular do aparelho governamental, do presidente Goulart e sua trupe. “[...] a esquerda tradicional” não acompanhou à pressão das massas. Um contingente grande de pessoas insatisfeitas começa a surgir e não se vê na esquerda tradicional representação adequada, acabando desaguando em lutas e organização precária e dadas ao espontaneísmo propicio a tais situações. A massa provocou uma radicalização política que não ganhou vazão na esquerda tradicional, encontrando ai, na verdade seu limite. “As massas estiveram sempre inquietas e dispostas a grandes ações. À falta de uma bandeira definida e de uma direção coerente, perderam-se, contudo, em lutas parciais, quase sempre de caráter econômico, que revelavam enorme potencial de luta não capitalizado<sup>498</sup>”.

Mas ao crescer a possibilidade da Revolução, crescem na mesma proporção também a possibilidade de formação de um regime bonapartista (o golpe de Jango), havia também a possibilidade da derrota de Jango, com um golpe ou uma vitória nas eleições de 1965 de uma chapa conservadora<sup>499</sup>. As eleições de 1965 até houveram, mas não para presidente, como era esperado, pois o país já assistia ao estabelecimento de um governo ditatorial. Que mobilizou contra as organizações comunistas uma brutal repressão, mas isso já é outra história...

---

<sup>497</sup> Jornal *Política Operária*, nº 9, 22 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP.

<sup>498</sup> 51(1)51 (Documento sem título) trata-se de uma proposta ao 3º Congresso. Brasília, 22/03/1964, p.1. LABELU. Acervo Victor Meyer.

<sup>499</sup> Idem, p.6.

## Considerações finais

A partir de 1961, ano de fundação da POLOP, o país convivia com um aguçamento das relações no campo, o que caracterizava, para alguns, uma crise agrária que incentivava uma desvalorização constante da moeda, inflação, que provocava aumentos no salário nominal, mas mantinha, ou mesmo corroía, o seu valor real, em uma espiral que não cessava, e assim aumentava constantemente o custo de vida. Fazendo assim da carestia de vida um dos problemas imediatos que mais afligia a população. Foi neste cenário que a POLOP defendeu que o capitalismo brasileiro, forte na década anterior, encontrava-se em crise. “[...] uma crise nacional profunda, para a qual não se vê saída dentro do sistema institucional burguês; [...] crise política das classes dominantes e do seu sistema de governo, a crise de dominação de classe” que acabava por provocar “a radicalização das classes médias, que se põem contra o regime, podendo, entretanto, bandear-se tanto para a esperança da revolução como para o desespero da contra-revolução<sup>500</sup>”.

Foi este tipo de avaliação dos problemas enfrentados pelo país naqueles anos, que fez com que os grupos gestantes da POLOP acreditassem que em breve poderia se estabelecer a possibilidade histórica de uma situação revolucionária. Não só no Brasil, mas em toda à América, pois tudo parecia indicar que o imperialismo, pensado nos termos de Lenin como a nova fase superior do capitalismo, encontrava-se em crise. Sendo que sua crise escancararia as portas para o caminho da revolução. Por isso todos os políticos burgueses pareciam reconhecer a inevitabilidade das reformas.

Porém, tal situação histórica, apesar de ter possibilitado a formação da POLOP, e da defesa de uma intervenção revolucionária, fomentava também a predominância de propostas de cunho nacionalista que por sua ordem não introduziam em sua agenda política nenhuma saída revolucionária para crise, muito menos de características socialistas, tendo sido tais formulações assimiladas pelo Partido Comunista do Brasil da época, principal partido do campo comunista.

---

<sup>500</sup> Extraído de um livrinho intitulado “O caminho da revolução brasileira”, publicado originalmente em 1963, e de autoria de um dos fundadores da Polop, Moniz Bandeira. Neste livro o autor analisa as várias faces da crise brasileira deste período, buscando nela argumentos para sua proposta de intervenção socialista imediata, sem a necessidade de etapas, posição preconizada pelo PCB. Porém, Bandeira logo em seguida pondera, lembrando que: “A crise brasileira evolui, rapidamente, no sentido dessas tendências, o que, entretanto, não quer dizer que o sistema capitalista nacional, em si, não tenha mais possibilidades de expansão.” BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira in: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979, p.140.

O enfrentamento com tal força no campo comunista nunca permitiu a POLOP as condições necessárias para a arregimentação de forças possíveis para uma possível intervenção revolucionária imediata. Além das suas próprias limitações práticas, frutos, em parte, de uma organização que possuía pouca estrutura, poucos militantes – oriundos de culturas políticas até certo ponto distintas –, e mesmo de pouca inserção social, seja nas cidades ou no campo. Pois, ainda que tivesse feito o esforço para adentrar nos círculos de trabalhadores já organizados e combativos, que só proliferavam com o passar do tempo e o aprofundamento da crise em que o país estava mergulhado, a POLOP nunca conseguiu se fazer força política suficiente para criar, naquele momento, as condições teóricas que acreditava necessárias para formação da vanguarda que a classe operária brasileira precisava para fazer avançar sua luta, muito menos constituiu prática militante efetiva suficiente para construção deste projeto revolucionário.

Tais condições permitiram que a organização fosse golpeada, como tantas outras, sem qualquer resistência, pela contrarrevolução que veio logo em seguida. Continuará com vida nos anos seguintes, mas em condições ainda mais desfavoráveis.

## Bibliografia:

ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: *MORAES, João Quartim de (org.). História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*, vol.2; 2ª ed., Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007, p.127-186.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de doutorado em História; São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000.

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª Ed; São Paulo: editora brasiliense, 1979.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60 in: REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, João Quartim (org's). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Capítulo 4: O campo Científico. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., revista, 2010.

CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes; LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira*. Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005.

----- . A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a *classe* e a *nação* (1956-1959). No prelo.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: As memórias de um comunista*. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) in: FORTES, Alexandre (Org's). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira: O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964)*. Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2005.

DECCA, Edgar de. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 5ª edição, São Paulo: editora Brasiliense, 1992.

DEMIER, Felipe A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Universidade Federal Fluminense (UFF), Tese de Doutorado, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo: O PCB e as esquerdas revolucionárias no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O Brasil dos Trotskistas 1930 - 1960*. Os Trotskistas no Brasil Arquivo Edgar Leurentho, Cad. AEL, v.12, n.22/23, Campinas, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 21ª ed., 2005.

GALDINO, Antônio Carlos. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. Dissertação de mestrado em Ciência política, UNICAMP, 1994.

GARCIA, Marco Aurélio. Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira. Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960-1979. *Em Tempo*, 84, 4 de outubro de 1979.

GERRATANA, Valentino. Stálin, Lênin e o marxismo-leninismo in: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia*, vol. 9, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*, vol. II. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

KUPERMAN, Esther. *Velha Bossa Nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LEAL, Leovegildo P. Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. Revolução Russa in: LUXEMBURGO, Rosa. *Rosa, a vermelha: vida e obra de Rosa Luxemburgo*. VARES, Luiz Pilla (org.); 2ª ed. revista, São Paulo: Busca Vida, 1988.

MÀREK, Franz. Sobre a estrutura mental de Stálin in: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*, vol. 7, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARTINS. Éder Luís. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o "Seminário Marx" (1958-1964)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa 'liberal' da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese de doutoramento em história. Porto Alegre: PUC/RS, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas: Edunicamp, 2002.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org's). **Corações Vermelhos**. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. Tradução Claudia Berliner; revisão técnica e da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: Delgado, Lucília A.; Ferreira, Jorge (org's). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim de. Comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954) in: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil: Teorias, interpretações*, Vol. 3. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MORENO, Ricardo. Refletindo alguns ensinamentos acerca da experiência do socialismo real. In: PINHEIRO, Milton (org.) *Outubro e as experiências socialistas no século XX*. Salvador: Quarteto, 2010.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. Tempo da Experiência Democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOBERTO, Lineker. *Sobre a "Frágua inovadora": a formação da nova esquerda brasileira e as origens da POLOP*. Monografia de graduação em história. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis RJ: Vozes, 5ª ed., 1987.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX* (vol. 2. O tempo das crises). 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: Objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras Histórias: Contribuições à história do trotskismo no Brasil – 1952/1966 O caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Dissertação de mestrado em história, 1997.

POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva In: *Revista Teoria e Debate* nº 24, março/abril/maio de 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense; 7ª edição, 1987.

PRESTES, Ana Leocádia. Da declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Revista Crítica Marxista*, nº32, p.147-174, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RENZI, José Pedro. *Um terceiro partido nos caminhos da liberdade: Socialistas brasileiros na redemocratização em 45*. Dissertação de mestrado de Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), 1994, p.131.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 213-282.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Vol.3. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1992.

SADER, Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antônio Candido In: *Revista Teoria e Debate* nº 2, março de 1988.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol. I. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.157-183.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: os comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo editorial e Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO); 1ª edição, 2001.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: AnnaBlume; Salvador: UNEB, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte. Oficina de livros. 1990.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed., Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2007.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, Global Editora, Brasil, 1980.

VIANNA, Marly de A. G. 90 anos da revolução russa In: PINHEIRO, Milton (org.) *Outubro e as experiências socialistas no século XX*. Salvador: Quarteto, p.59-76, 2010.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O partido socialista brasileiro e o marxismo (1947-1965) in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org's). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª Ed., 2003.

## Fontes:

### Documentos do PCB:

A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do C.C. do PCB (abril de 1957) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

Carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do PCB sobre o debate político (novembro de 1956) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

Comitê Central do PCB. Projeto de Resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX congresso do PC da URSS (Voz operária, Rio de Janeiro, 20-10-1956) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

Comitê Central do PCB, Resolução política da convenção nacional dos comunistas (agosto de 1960) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

“Frente Democrática de Libertação Nacional (Agosto de 1950)” in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

PRESTES, Luís Carlos. “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política” (Voz operária, Rio de Janeiro, 29-03-1958) in: CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

### Documentos referentes a Liga Socialista Independente:

*Projeto de programa da Liga Socialista Independente*. São Paulo, 1956. CEDEM UNESP, POLOP: Doc. 0123-0137.

SACCHETTA, H. Frente-única burguesa e golpe bonapartista. Publicado originalmente no Editorial da *Ação Socialista*, São Paulo, ano 1, nº 1, dez. 1958.

SACCHETTA, H. Nem Lott, nem Jânio: por uma política de classe. Publicado originalmente no Editorial da *Ação Socialista*, São Paulo, ano 2, nº 3, jul., 1959.

*Jornal Ação Socialista*, nº 1, dezembro, 1958, AEL/UNICAMP

*Jornal Ação Socialista*, nº 2, fevereiro, 1959, AEL/UNICAMP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 3, junho, 1959, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 4, setembro, 1959, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 5, outubro, 1959, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 6, dezembro, 1959, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 7, abril, 1960, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 8, agosto, 1960, CEDEM UNESP.

*Jornal Ação Socialista*, nº 9, setembro, 1960, CEDEM UNESP.

**Revistas *Movimento Socialista*:**

Revista Movimento Socialista, nº 1. Rio de Janeiro. Editorial. Ano I. 1º de julho de 1959

Revista Movimento Socialista nº 2. Rio de Janeiro. Ano I. 1º de dezembro de 1959.

**Documento de outras organizações:**

Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Manifesto-Programa (fevereiro de 1962) in: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Ação Popular – AP documento base (fevereiro de 1963) in: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

**Documentos da POLOP:**

1(1)1 O nome e o programa, 1962, LABELU, Acervo Victor Meyer.

2 (1)2. Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, LABELU, Acervo Victor Meyer.

4 (1)4 Programa Socialista para o Brasil, 1967, LABELU, arquivo Victor Meyer.

Doc. 0171 - A propósito do Programa (1963). CEDEM UNESP.

Doc. 0173 - Teses sobre a Questão do Programa (1963). CEDEM UNESP.

Doc. 0171-0172 - *A propósito do Programa (1963)*, p.1. CEDEM UNESP.

SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*. CEDEM UNESP.

- 1- Política Operária: O que é. (1963) CEDEM UNESP.
- 2- O que é o Jornal? (1964) CEDEM UNESP.
- 3- Tese do II Congresso da PO (janeiro/1963) CEDEM UNESP.
- 4- Solidariedade ao Povo Cubano *de Moniz Bandeira* (1963) CEDEM UNESP.
- 5- Declaração Política da II Conferência Extraordinária da PO (julho/1963) CEDEM UNESP.
- 6- Qual o Significado Político de um Brizola? CEDEM UNESP.
- 7- Resoluções da II Conferência Extraordinária (julho/1963) CEDEM UNESP.
- 8- A propósito do Programa (1963) CEDEM UNESP.
- 9- Teses sobre a Questão do Programa (1963) CEDEM UNESP.
- 10- Partido Revolucionário e o Partido Socialista (1963) CEDEM UNESP.
- 11- A Formação Teórica para a Militância Política (Boletim nº 2) CEDEM UNESP.

- 12- Como se Organiza uma Base (Boletim nº 4 – abril/1963) CEDEM UNESP.
- 13- As Tarefas de Agit Prop da PO (Boletim nº 5) CEDEM UNESP.
- 14- As Tarefas da Esquerda Perante o Novo Governo Burguês (Boletim nº 8) CEDEM UNESP.
- 15- VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, nº7, outubro de 1976. CEDEM UNESP.

### **Jornais Política Operária:**

- Jornal Política Operária, nº 1, janeiro, 1962, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 2, abril, 1962, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 3, maio, 1962, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 4, outubro, 1962, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 5, 1963, CEDEM UNESP  
Jornal Política Operária, nº 6, 1963, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 7, outubro, 1963, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 8, 15 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 9, 22 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 10, 29 de janeiro, 1964, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 11, 5 de fevereiro, 1964, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 12, 27 de fevereiro, 1964, CEDEM UNESP.  
Jornal Política Operária, nº 13, 12 de março, 1964, CEDEM UNESP.

### **Sites consultados:**

Currículo de Érico Sachs em:  
[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101\\_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Curriculo%20Erico%20Sachs.pdf).  
Acessado no dia 22/06/2014.

Entrevista de Michael Löwy aos professores Ângela de Castro Gomes e Daniel Araújo Reis em 11 de setembro de 1996, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Publicado na internet com título: *“Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy”*.  
<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres2-1.PDF>.  
Acessado em 21/08/2013.